

# ***De Brizola a Cabral De Collor a Dilma***

*A geografia do voto no Rio de Janeiro  
de 1982 a 2010*

**Antonio C. Alkmim**

EDITORA  
**PUC**  
RIO

CORRIGE

CONFIRMA

**Reitor**

Pe. Josafá Carlos de Siqueira SJ

**Vice-Reitor**

Pe. Francisco Ivern Simó SJ

**Vice-Reitor para Assuntos Acadêmicos**

Prof. José Ricardo Bergmann

**Vice-Reitor para Assuntos Administrativos**

Prof. Luiz Carlos Scavarda do Carmo

**Vice-Reitor para Assuntos Comunitários**

Prof. Augusto Luiz Duarte Lopes Sampaio

**Vice-Reitor para Assuntos de Desenvolvimento**

Prof. Sergio Bruni

**Decanos**

Prof. Paulo Fernando Carneiro de Andrade (CTCH)

Prof. Luiz Roberto A. Cunha (CCS)

Prof. Luiz Alencar Reis da Silva Mello (CTC)

Prof. Hilton Augusto Koch (CCBM)

# ***De Brizola a Cabral*** ***De Collor a Dilma***

*A geografia do voto no Rio de Janeiro  
de 1982 a 2010*

**Antonio C. Alkmim**



© **Editora PUC-Rio**

Rua Marquês de S. Vicente, 225  
Projeto Comunicar – Casa Editora/Agência  
Gávea – Rio de Janeiro – RJ – CEP 22453-900  
Telefax: (21) 3527-1760/1838  
www.puc-rio.br/editorapucRio  
edpucRio@puc-rio.br

**Conselho Editorial**

Augusto Sampaio  
Cesar Romero Jacob  
Fernando Sá  
Hilton Augusto Koch  
José Ricardo Bergmann  
Luiz Alencar Reis da Silva Mello  
Luiz Roberto Cunha  
Miguel Pereira  
Paulo Fernando Carneiro de Andrade

**Projeto Gráfico**

João Luiz Freire

Alkmim, Antonio C.

De Brizola a Cabral. De Collor a Dilma: a geografia do voto no Rio de Janeiro de 1982 a 2010 [recurso eletrônico] / Antonio C. Alkmim. – Rio de Janeiro : Ed. PUC-Rio , 2014.

232 p. : il. (color.) ; 29 cm

Inclui bibliografia.

ISBN (ebook): 978-85-8006-140-6

1. Eleições – Rio de Janeiro (Estado) – História – 1982-2010. 2. Voto – Rio de Janeiro (Estado) – História – 1982-2010. I. Título. II. Título: De Collor a Dilma

CDD: 324.98153

**Este livro não pode ser comercializado.**

Quem conhece a si mesmo e conhece  
o adversário pode garantir a vitória.  
Quem conhece o tempo e o território  
alcançará de modo absoluto.

Sun Tzu

# Sumário

I. Apresentação .....	7
II. Introdução .....	11
III. Especificação dos indicadores eleitorais .....	19
IV. Eleitores e estrutura social no Rio de Janeiro .....	25
V. A população e a evolução do eleitorado .....	39
VI. Abstenções e votos brancos e nulos para presidente e governador no Estado do Rio de Janeiro.....	45
VII A importância das eleições para presidente e governador .....	55
VIII. As eleições para governador no Rio de Janeiro .....	57
IX. As eleições para presidente no Rio de Janeiro .....	69
X. Considerações finais .....	84
XI. Mapas das eleições para governador no Estado do Rio de Janeiro (1986-2010) .....	89
XII. Mapas das eleições para presidente no Estado do Rio de Janeiro (1989-2002) .....	160
XIII. Índice de mapas individuais de candidatos .....	221
XIV. Bibliografia .....	224
XV. Anexo .....	228

# I. Apresentação

Há alguns anos desejava escrever este livro. Mais do que uma obsessão, tratava-se de uma necessidade. Não pela genialidade a ser empregada no texto ou no seu estilo, mas pela especificidade das informações. Trata-se de apresentar um lado da história recente da fase democrática brasileira referente às eleições para presidente e governador realizadas no Estado e na capital do Rio de Janeiro.

O período em questão situa-se entre 1982 e 2010, quando foram realizadas oito eleições para o cargo de governador do Estado (sendo três delas com segundo turno) e seis eleições presidenciais (também três com segundo turno).

Compor este estudo resultou em um trabalho inédito sobre a história eleitoral fluminense. Daí o valor desta contribuição, que a meu ver reside em dois aspectos. Primeiro, as informações provenientes dos resultados eleitorais oficiais foram apenas mais recentemente sistematizadas pelos Tribunais Eleitorais na sua forma digital, mesmo assim necessitando de habilidades específicas para sua captura, tratamento e sistematização, a fim de tornar o dado bruto sintético e inteligível para o público. Informações entre 1982 e 1989 (estas especialmente para a capital do Rio de Janeiro) exigiram um esforço de pesquisa direta às fontes secundárias de informação disponibilizadas em publicações diversas. Algumas eleições, especialmente as de 1989 para presidente da República, referentes às zonas eleitorais da cidade do Rio de Janeiro, exigiram um esforço quase arqueológico para a captura de seus resultados.

O segundo aspecto a ser mencionado deve-se à utilização das malhas geográficas eleitorais dos municípios do Estado do Rio de Janeiro e das zonas eleitorais cariocas. Partimos de 64 municípios no Estado e 26 zonas eleitorais da capital, em 1982, para atingir 92 municípios e 96 zonas eleitorais em 2010. A utilização técnica do geoprocessamento foi um componente essencial para este trabalho, dando-lhe a inteligibilidade adequada, permitindo mais facilmente a compreensão e a análise da distribuição espacial do voto nestes 28 anos por meio dos mapas construídos.

Apesar da complexidade técnica, optei por uma análise a mais simplificada possível, permanecendo praticamente no procedimento descritivo, abrindo mão de outras possibilidades teóricas e metodológicas para o tratamento do rico material empírico aqui disponibilizado por meio dos mapas digitais.

O livro está dividido em 15 partes: as duas primeiras compõem-se da presente apresentação e introdução. Na introdução forneço uma resumida digressão sobre o conteúdo social das eleições, sua relação com os sistemas políticos e eleitorais, assim como seus correlatos, com o intuito de posicionar preliminarmente o leitor diante desta vasta discussão em curso. Trata-se de uma discussão teórica inicial, porém sucinta.

A terceira parte traz o plano dos indicadores eleitorais utilizados. Os indicadores eleitorais são indicadores sociais e mantêm com estes uma relação conceitual e empírica. Assim, para uma melhor compreensão do voto, além do formato institucional, há que se incorporar uma avaliação de indicadores demográficos, sociais, econômicos e culturais. Há também uma breve discussão sobre essa relação, embora não esteja aí o objetivo central do estudo.

A quarta parte traz uma discussão sobre a especificidade social e política do Rio de Janeiro, pois adianto a defesa da hipótese do vínculo entre o voto e a estrutura econômica e social.

Partimos da caracterização da região metropolitana e da capital do Estado, que apresentam fortes conotações de diferenciação estrutural, recorrentemente relatadas pela literatura e pelas estatísticas disponíveis, em suas mais diversas modalidades. A imagem de cidade partida, construída a partir do livro de mesmo nome do jornalista Zuenir Ventura (1994), é singela em sua dupla partição perante a mais extremada e complexa segmentação do Estado, especialmente de sua área urbana, sendo a segunda unidade da federação mais urbanizada, próxima aos 100%, superada apenas pelo Distrito Federal.

A quinta parte contém o tratamento empírico dos dados e dos indicadores derivados do plano dos indicadores eleitorais, formulando um quadro da relação entre eleitorado e população. A sexta é sobre a decomposição da participação eleitoral (abstenção, votos nulos e brancos).

A sétima parte do livro faz uma análise sobre a centralidade das eleições majoritárias no sistema político brasileiro, especialmente as eleições de presidente e governador, desdobrando essa análise nos capítulos oitavo e nono: um dedicado às eleições para governador no Estado e a outra às eleições presidenciais aí ocorridas, procurando identificar padrões referentes às dimensões de tempo e de espaço.

Feito isto, o capítulo décimo traz as principais conclusões e considerações finais sobre o conjunto do trabalho realizado.

Temos ainda, em anexo, dois quadros referentes às abstenções e votos nulos anexos, acompanhados de quatro mapas ilustrativos sobre a composição dos municípios fluminenses e das zonas eleitorais da capital em 1982 e 2010.

Finalmente, mas importantes porque inéditos, o sumário dos mapas individuais dos candidatos aos cargos de governador e presidente nesse período, seguido por um índice dos mapas individuais dos candidatos e pela bibliografia.

Talvez este seja o único ou um dos poucos livros em que o autor tem a audácia ou modéstia ao afirmar que os mapas apresentados ao final são tão ou mais importantes do que o próprio livro, pois trata-se da apresentação de todos os indicadores eleitorais (abstenções, votos brancos e nulos, assim como a proporção de votos válidos obtidos individualmente para todos os candidatos com ao menos 4%) nas 14 eleições realizadas (ou 20, considerando os segundos turnos) nestes 28 anos.

Elaborou-se uma espécie de atlas eleitoral do Rio de Janeiro, o que efetivamente motivou o autor no intuito de preencher essa lacuna sobre a história da política fluminense.

Mas tal lacuna não está plenamente preenchida. Por uma opção teórica foram priorizados os cargos de presidente e governador, pois, como veremos adiante, o Executivo exerce o papel central dentro do sistema de poder da federação brasileira.

Embora possua também inéditas informações sobre as disputas de prefeito da capital a partir de 1985, preferi não incorporar essas informações neste momento, reduzindo o escopo da análise aos dois cargos

executivos mais importantes da República, harmonizada na escala dos municípios e das zonas eleitorais da capital.

De forma alguma desprezo as informações sobre o Legislativo (em especial os cargos de senador e deputado federal), mas igualmente as suprimi, ou melhor, nem as reuni, em função do critério teórico adotado e pela maior extensão para o levantamento empírico, o que foge à capacidade de esforço do autor.

Não posso deixar de registrar algumas importantes colaborações. Inicialmente, ao professor Marcus Figueiredo, que iniciou um laboratório sobre eleições no Rio de Janeiro no Iuperj, atual IESP, e depois, tornou-se um valioso orientador de minha tese de doutorado defendida em 1997, em que utilizei parte deste material para os anos de 1982 até 1994 (Alkmim: 1997).

Tornei-me, desde o início do processo, pelos idos dos anos 1990, um “coleccionador de figurinhas eleitorais”, em parceria com outros colegas, entre eles os amigos Nelson Rojas de Carvalho e Reynaldo Campos, estes, desde o primeiro momento. Com eles foi possível obter as figurinhas mais difíceis, especialmente a da referida eleição de 1989, sem a qual o álbum não estaria completo.

Outra dificuldade foi formar um mapa digital para as 26 e, posteriormente, 96 zonas eleitorais cariocas, o que exigiria um relato à parte. Além dos amigos citados, agradeço a Sandro Gripp e Karina Kuschnir (parceira de um artigo publicado pela FGV, contendo parte deste material, em 2001), que ajudaram no espinhoso empreendimento de formação do mapa digital das zonas eleitorais, que finalmente se concretizou. Conte também com o permanente apoio de Jairo Nicolau, outro parceiro e “coleccionador de figurinhas eleitorais”. Mais recentemente fui beneficiário dos ricos comentários, ajustes, sugestões e de uma generosa e gratuita consultoria em geoprocessamento por Sônia Terron. A todos, o meu agradecimento.

Enfim, a referida tese de doutorado e um artigo publicado em 2006 pela Escola Nacional de Estatística do IBGE (Alkmim: 2006) são os insumos mais diretos para a confecção deste livro.

Antonio C. Alkmim  
Professor da PUC - Rio  
a.alkmim@uol.com.br

## II. Introdução

No *Dicionário de política*, organizado por Norberto Bobbio (2010), e no verbete que trata sobre o tema da representação política, Maurizio Cotta (2010) afirma que “o elemento fundamental do mecanismo de garantia da representação é dado pelas eleições”. (Cota: 2010, p.1104). Apesar de aparentemente simples, a definição abre um amplo conjunto de questões sobre os dois conceitos centrais aí envolvidos: representação e eleição.

As eleições nos sistemas políticos atuais sinalizam a “vontade agregada” de cidadãos e eleitores que depositam geralmente e de maneira regular os seus votos nas urnas por meio de um sistema que denominamos democracia representativa e que se manifesta em boa parte dos países pelo mundo. Esse modelo teria sido inspirado a partir do formato político inventado pelos gregos e aperfeiçoado de diferentes formas ao longo da história até a multiplicidade dos sistemas eleitorais contemporâneos.

Um primeiro problema abordado pelo próprio verbete no *Dicionário* diz respeito à representação política e eleitoral, que pode ser entendida e exercida das mais diferentes formas. O próprio texto de Cotta define três modelos: o delegativo, a representação baseada na confiança e a representação entendida como espelho da sociedade (Cotta: 2010, p.1102).

Uma abordagem clássica sobre o conceito de representação política pode ser encontrada no livro de Hanna Pitkin (1967), em que, partindo da etimologia do conceito, remonta a sua primeira utilização na teoria política de Hobbes e dispõe de tipos diferenciados em sua multiplicidade dentro da tradição do pensamento político clássico. Representar significa, originalmente para essa autora, tornar presente aquilo que não está presente, e partir daí dá-se início a uma inspiradora e controversa discussão que leva o conceito de representação para outras esferas como o direito, a arte, a filosofia.

Há ainda que ressaltar que, a partir de Rousseau, a possibilidade da representação é diretamente questionada, pois, em seu proposto modelo de democracia direta, a vontade não pode ser representada, pois

deixa de ser vontade, e por essa contradição política e lógica diversos outros autores criticam a possibilidade prática de implementação da democracia representativa por meio do voto, pois a representação política seria simplesmente um engodo, uma falsidade. A própria Hanna Pitkin, em um texto mais recente (1989), admite claramente o paradoxo que persiste quanto ao conceito, reformulando a sua posição inicial.

Peço desculpas ao leitor, mas inicio esta introdução com esta discussão, sem dúvida importante, para afirmar que não é esse o ponto central da argumentação. Mas, antes de apontar o enfoque do presente trabalho, resta ainda ressaltar outro limite estabelecido para este estudo, pois não haverá um aprofundamento sobre o formato de nosso sistema eleitoral e suas implicações.

Existe uma vasta bibliografia sobre o tema e uma boa introdução sobre os diversos tipos de sistemas eleitorais internacionais existentes que pode ser encontrada em Nicolau (2012), abrindo uma classificação a partir dos sistemas majoritários, mistos e proporcionais. No caso brasileiro, combinamos o sistema majoritário para os cargos do Executivo – presidente, governadores e prefeitos – e para o cargo de senador, sendo complementado pelos demais cargos referentes ao Poder Legislativo: deputados federais, deputados estaduais e vereadores.

Sobre o sistema eleitoral brasileiro, em especial, sugiro dois outros livros: um organizado por Avelar e Cintra (2007), mais amplo e que por meio de diversos artigos trata do sistema político brasileiro como um todo (sua formação, institucionalidade, relação dos poderes, federalismo, relação do Estado com a sociedade, incluindo o sistema eleitoral, partidos políticos e eleitorado, mídia, contextualização internacional) e uma indicação referente a outro livro de Nicolau (2012) sobre as eleições no Brasil, desde o Império.

Feitas as delimitações que considero inicialmente necessárias ao leitor, passo ao tratamento do alcance e objetivo deste livro.

Encaro o momento eleitoral em si como um fato social durkheimiano, desconsiderando o seu caráter positivista de identificar o fato social como coisa concreta e sim como um fenômeno social. É no momento do voto que a manifestação sociológica se impõe a partir da vontade agregada do eleitor. É nesse exato e único momento que a vontade geral se

apresenta em seus múltiplos significados. E isso até o mais ácido dos críticos do sistema eleitoral representativo, como Rousseau, admite, ao afirmar que os ingleses se tornam livres apenas no momento do sufrágio, transformando-se imediatamente na sequência, quando se dão representantes, em escravos, e com ironia afirma: merecidamente (Rousseau: 2005, p.187).

Pois é no fato eleitoral em si que se encontra o objeto da presente investigação. Diferentes teorias se debruçam sobre o fenômeno eleitoral, depreendendo diferentes conclusões, o que novamente remete ao tema da representação em si. Karl Marx, por exemplo, vê nas eleições um jogo político que se desenrola tendo como pano de fundo a estrutura social, encobrendo os conflitos das classes sociais, sendo estas que efetivamente movem o curso histórico da sociedade. Prevalece para Marx o que denomina cretinismo parlamentar pretensamente descolado do conflito social (Marx: 1978). Ao contrário, John Stuart Mill, assim como outros liberais, apontam no resultante do processo eleitoral a síntese dos mais diferenciados interesses e opiniões existentes nas comunidades políticas, como se essa resultante fosse o espelho ou o mapa da sociedade (Mill: 1981).

Uma atualização dessa discussão envolve autores como Almond e Verba apontando que a diferenciação e a fragmentação social afetam decisivamente a participação eleitoral e que uma maior qualificação da participação e do engajamento político deriva do nível de cultura cívica existente em cada sociedade, sendo esse um fator determinante para atingir um mais alto nível de desenvolvimento social, econômico e político (Almond e Verba: 1965).

Outro conceito a ser mencionado é o de clivagem social, utilizado por Lipset (1959) e que visa a estabelecer o elo de ligação entre os segmentos sociais inseridos em realidades e ambientes específicos e a sua atuação na esfera da disputa e distribuição de poder. Para Lipset, o maior igualitarismo do ponto de vista econômico e social torna as condições mais favoráveis para o surgimento e manutenção das democracias. Mas o que diretamente nos interessa é a ideia de que as clivagens sociais, uma vez que estão citadas nos sistemas de representação, tal como em modelos europeus como a Bélgica e a Holanda, geram, mesmo por meio da competição eleitoral, a garantia de que a diversidade (principalmente étnica e religiosa) será refletida pelo sistema eleitoral.

O problema se torna mais complexo na medida em que pode ocorrer uma hierarquia entre clivagens, não garantido o equilíbrio institucional (Lane e Errson: 1990), ou que a simples existência de clivagens sociais, mesmo que intensas e com contextos históricos e diferenciados, não necessariamente produz impacto no sistema partidário ou na formação do governo (Lijphart: 1984). Finalmente, outros autores como March e Olsen (1984) rejeitam o conceito, defendendo a total autonomia do sistema político e de representação, desvinculado do sistema social e centrando sua análise nos aspectos institucionais da política. Levando ao extremo esse argumento, as instituições moldam os sistemas e os resultados eleitorais.

Até esse ponto da discussão não fica ainda claro o enfoque que será dado ao tema das eleições realizadas no Rio de Janeiro, entendidas como o fato social a ser abordado, sobre o significado das eleições em si. Para melhor resumir a questão, caberia a pergunta: quais os determinantes de uma votação? Eles existem? Se existem, quais são? Ou simplesmente não existem e cada votação é única, singular, específica? O turbilhão de teorias apenas anunciado aqui tem a ver com essas indagações.

Uma restrição ajuda a trilhar um caminho. Os estudos eleitorais são abordados empiricamente de duas formas principais. Por meio de *surveys*, pesquisas de intenção de voto, comportamento político e eleitoral que têm como unidade de análise o cidadão ou o eleitor, ou, como no caso deste estudo, os resultados eleitorais, capturados como registros administrativos e transformados em indicadores.

Dá a nossa perspectiva é associada à vertente política sociológica que pressupõe uma identidade entre os eventos eleitorais e a estratificação e segmentação da sociedade em sua repercussão, em primeiro lugar, no espaço geográfico, pois a hipótese básica e central é que o voto, tanto nos municípios fluminenses, quanto nas zonas eleitorais cariocas, adquire um evidente significado. Ou seja, o voto mantém uma correlação estrutural com a divisão territorial no Rio de Janeiro. Essa correlação é explicada pela estrutura e pela segmentação socioeconômica do Estado.

Um dos autores que defende esta perspectiva é Rokkan (1970), introduzindo também a dimensão temporal, importante, pois o estudo aqui realizado chega a 28 anos de eleições. O autor considera a dimensão temporal e espacial básica para a estruturação do sistema partidário.

rio. De acordo com esse modelo as diferenças políticas existentes na sociedade moderna operam a partir de um eixo que distingue o centro da periferia, entendendo-se aí uma oposição entre um maior localismo anterior ao processo capitalista industrial e o fortalecimento do Estado-nação dele resultante. Opõe ainda o pragmatismo político à orientação ideológica. O processo de modernização dos Estados europeus, processo em si da revolução industrial, foi a resultante de conflitos que opunham interesses culturais específicos aos da cultura dominante, interesses religiosos aos interesses do Estado, interesses econômicos do setor primário aos do secundário, interesses corporativos dos trabalhadores aos dos empresários. Esses interesses estariam manifestos pelo sistema partidário, por ele organizados e estruturados ao longo do tempo.

Há que se fazer uma importante ressalva à proposição de Rokkan, a fim de extrair a inspiração teórica que parece pertinente a esta análise. O processo e a escala geográfica a que se refere o autor são nacionais e não regionais, como no nosso caso, assim como o período e o processo macrossocial e econômico descritos também são diversos. No entanto, nos serve a ideia da evolução espacial do padrão de voto, em que se destaca a distinção centro/periferia, indispensável para o estudo do Estado e da capital fluminense, assim como a ideia de polarização e difusão igualmente rebatidas espacialmente.

No Brasil, estudos sobre geografia eleitoral e análise espacial ganharam força na última década. Entretanto, não poderíamos deixar de mencionar alguns trabalhos mais antigos. Uma interessante aplicação de análise espacial é o estudo de Silva (1975), avaliando as eleições estaduais de Pernambuco entre 1950 e 1954. Nesse estudo utilizam-se modelos de polarização e difusão eleitoral.

O autor chega à conclusão de que, naquele Estado, teria ocorrido um processo de influência do eleitorado mais urbanizado da Zona da Mata (onde se localiza a capital de Recife) em direção ao Agreste (zona intermediária) e Sertão (área de agricultura tradicional). A quebra de hegemonia governista no período analisado estaria associada a esse processo de difusão (Silva: 1975).

O modelo aplicado por Silva, dessa forma, mantém características próximas às de Rokkan: uma distinção regional no Estado pernambucano, carregada por uma diferença social e econômica, combinada a

uma vetorização eleitoral ao longo do tempo. Seria esse o padrão encontrado no Estado do Rio de Janeiro após os 28 anos de eleição de governador e presidente?

Vale mencionar, ainda para o caso do Estado do Rio de Janeiro, uma oposição entre os estudos de Soares (1965) e Souza (1972) com base em uma mesma pesquisa de opinião realizada sobre as eleições presidenciais de 1960. Soares defende uma associação significativa entre a preferência dos entrevistados e os seus atributos de status socioeconômico, estabelecendo uma aproximação entre a ideologia dos entrevistados e as suas bases sociais. Souza, em contrapartida, aponta fatores ligados ao processo de decisão racional dos eleitores como os mais importantes para a definição do voto, considerando suas flutuações.

O pioneiro livro de Couto (1966) constitui importante referência e traz a variável espacial de forma direta. Traça em linhas gerais uma associação entre o voto partidário e a distribuição do eleitorado carioca pelas zonas eleitorais entre 1945 e 1965. Utilizando o critério da renda familiar (captada por meio de sondagens do IBOPE), divide as zonas eleitorais do ex-Estado da Guanabara em áreas proletárias, de classe média, neutras ou mistas. Examinando os resultados eleitorais chega à conclusão de que, em 20 anos, acirrou-se a polarização ideológica expressa pelo confronto entre PTB e UDN, refletida diretamente na conformação espacial daquele Estado, que culminou em 1960 com a eleição de Carlos Lacerda. Esse estudo encontra-se em sintonia com a nossa hipótese de que a divisão eleitoral a ser identificada no Rio de Janeiro traz uma direta sintonia com a estratificação social e espacial.

A partir da sumária discussão teórica aqui referida colocamos duas questões relativas à base de dados aqui apresentada.

1. Existe um ou mais padrões espaciais de voto para presidente e governador no Estado e no município do Rio de Janeiro? Secundariamente, em caso afirmativo, podemos avaliar se esses padrões estão referidos a uma estrutura socioespacial?
2. Ao longo destes 28 anos de eleições, no período eleitoral recente, caso exista um ou mais padrões significativos para a explicação do voto para o executivo estadual e para presidente no Estado, qual a lógica para a mudança ou mudanças ocorridas?

Alguns conceitos estão relacionados a essas duas hipóteses: quanto à primeira hipótese, procura-se verificar a existência de campos políticos eleitorais, de acordo com a versão de Bourdieu (2011) para conceituar campos políticos. A inspiração é do autor francês, porém, não a segue *pari passu*, pois os campos políticos são segmentações mais amplas que se compõem na sociedade, enquanto que o conceito de campo eleitoral daí derivado é mais estrito, pois restrito às eleições. Assim define Bourdieu o conceito de campo político:

“Falar de campo político é dizer que o campo político (e por uma vez citarei Raymond Barre) é um microcosmo, isto é, um pequeno mundo social relativamente autônomo no interior do grande mundo social. Nele se encontrará um grande número de propriedades, relações, ações e processos que se encontram no mundo global, mas esses processos, esses fenômenos, se revestem aí de uma forma particular. É isso o que está contido na noção de autonomia: um campo é um microcosmo autônomo no interior do macrocosmo social.

Autônomo, segundo a etimologia, significa que tem sua própria lei, seu próprio *nomos*, que tem em si próprio o princípio e a regra de seu funcionamento. É um universo no qual operam critérios de avaliação que lhe são próprios e que não teriam validade no microcosmo vizinho. Um universo que obedece a suas próprias leis, que são diferentes das leis do mundo social ordinário” (Bourdieu: 2011, p. 194-195).

No nosso caso trata-se, como foi ressaltado, de estabelecer o corte preciso do ato eleitoral a partir dos seus resultados. Até porque, após as alianças e coligações eleitorais, seguem as coalizões para sustentação dos governos, em função da coincidência entre as eleições para o executivo e legislativo. Dessa forma, maiorias eleitorais e sustentação de governo são coisas distintas. Entretanto, ao avaliar os padrões de voto, ou a existência de campos eleitorais definidos ao longo do tempo, temos uma clara ideia de como a sociedade, no caso a do Rio de Janeiro, forma suas preferências, mantendo-as ao longo do tempo ou não.

Quanto à segunda hipótese podemos observar a existência de ciclos ou anaclosos polibianas, ou seja, ciclos em que forças ou campos eleitorais se alternam em um retorno ao longo do tempo, conforme descrito por Políbio na Antiguidade e referido por Bobbio (1977). Descartamos aqui a ideia de um necessário retorno ao movimento histórico ou eleitoral no nosso caso, mas partimos da premissa de que podemos distinguir fases ou ciclos bem delimitados ao longo do período, ciclos de campos

eleitorais que mantêm determinada duração. O ciclo, dessa forma, será entendido como a duração contínua de um determinado campo político eleitoral até a sua substituição por outro, podendo ser comparado assim o seu impacto político social em função dessa duração.

Podemos observar ainda a ocorrência de segmentações eleitorais mais estruturadas, processos de polarização ou difusão do voto conforme nos apontaram estudos aqui mencionados de Rokkan, Silva e Couto.

Seguimos, então, em frente, a partir dessas duas hipóteses de referência.

### III. Especificação dos indicadores eleitorais

Indicadores eleitorais são indicadores sociais e como estes têm as suas propriedades. Temos aqui uma definição do que pode ser considerado indicador social:

“Indicador social é aquele capaz de produzir um conhecimento relevante sobre a realidade, referido a teoria e conceitos, traduzido geralmente em sua expressão matemática ou estatística, geralmente diferenciado do dado bruto ou de uma variável. Procura a síntese da informação, refere-se ao tempo e ao espaço, à estrutura e aos segmentos sociais, articulando uma temática. Procura suprir a ausência ou irracionalidade da ação, assim como avaliá-la” (Lins e Alkmim: 2008, p. 66).

A definição se aplica ao indicador eleitoral, exigindo, portanto, uma especificação lógica e conceitual para a sua construção e utilização. Na verdade, os indicadores eleitorais são um subconjunto dos indicadores políticos e de participação política e social.

As principais fontes de dados para os indicadores eleitorais são duas. A primeira são as pesquisas de opinião, que fornecem informações a partir dos eleitores: suas características sociodemográficas, seu comportamento, atitudes, opiniões que de alguma forma refletem-se na sua decisão sobre o voto.

A partir de meados do século XX as pesquisas de opinião passaram a constituir uma atividade socialmente visível para os processos eleitorais, por conta dos estudos acadêmicos sobre comportamento eleitoral, mas, principalmente, pelas pesquisas de opinião e de intenção de voto, que se incorporaram intrinsecamente à realização das eleições. Além disso, os próprios políticos que têm as suas campanhas mais profissionalizadas, ou ocupantes de cargos públicos, utilizam as pesquisas de opinião e de intenção de voto para avaliar suas atuações e para a elaboração de estratégias políticas.

A segunda fonte de dados da qual derivam os indicadores eleitorais são os resultados das eleições fornecidos oficialmente pela Justiça Eleitoral, no nosso caso os Tribunais Regionais Eleitorais (TREs) e o Tribunal Superior Eleitoral (TSE). As estatísticas eleitorais são igualmente consumidas pela opinião pública, ao término das eleições, mas

também são matéria de interesse de especialistas, cientistas políticos e dos próprios políticos como material de análise, estudo, ou, no caso dos políticos (novamente, os mais profissionalizados), para formular diagnósticos e estratégias eleitorais.

As estatísticas eleitorais permitem a construção de indicadores que obedecem às propriedades dos indicadores sociais, especialmente no que diz respeito à construção de séries temporais e para distinção entre áreas de incidência de voto, procedendo assim a análises espaciais. O presente estudo é um exemplo do tipo de análise a partir dos registros oficiais das eleições transformados em indicadores.

Portanto, os indicadores eleitorais aqui tratados são decorrentes de momentos e atitudes em relação ao ato de votar e ao voto em si que podem ser desmembrados nos seguintes segmentos especificados no gráfico 1.

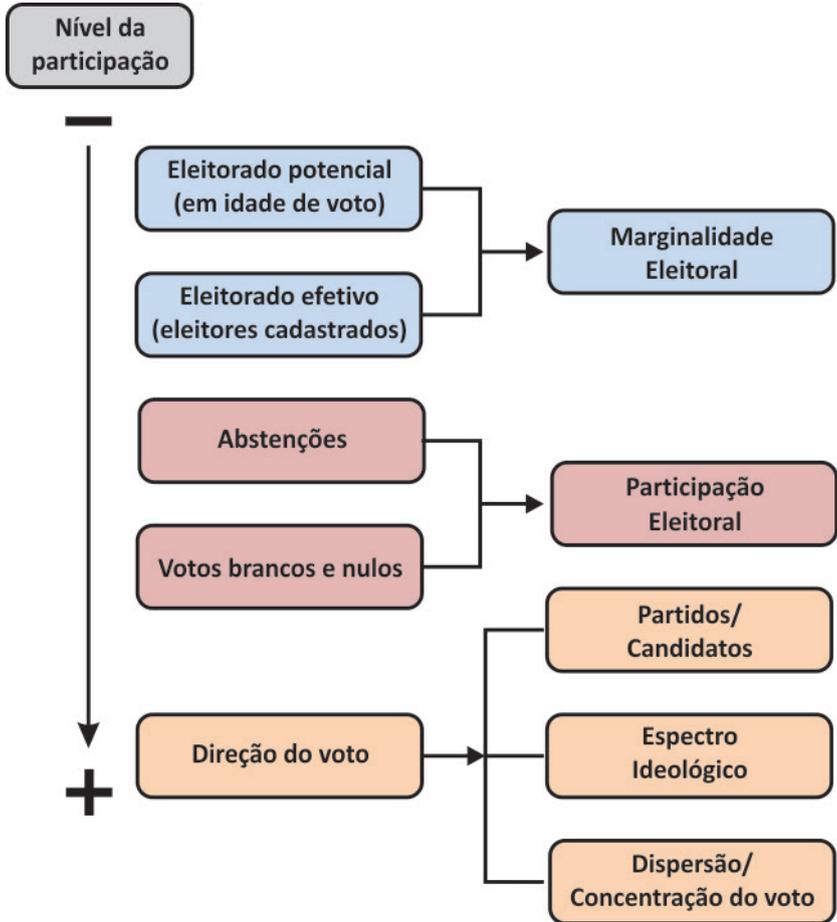
**Eleitorado potencial** – formado pela população em idade de votar, a partir dos 16 anos de idade, observando-se a facultatividade do voto para os jovens de 16 e 17 anos e para os idosos a partir de 70 anos, conforme a Constituição do Brasil.

**Eleitorado efetivo e marginalidade eleitoral** – é aquele segmento com idade de voto, cadastrado pela Justiça Eleitoral, portanto, apto a votar. A relação entre o eleitorado efetivo e o eleitorado potencial permite medir o segmento marginalizado eleitoralmente, ou seja, a população em idade de voto que não está cadastrada, observando-se as condições da facultatividade do voto.

Este indicador tem sido em boa parte negligenciado nas análises sobre eleições, sendo uma exceção a categorização proposta por Lamou-nier (1975) em um estudo sobre as eleições realizadas em Presidente Prudente em 1974, em que, identificando fatores determinantes para atitudes face ao processo eleitoral, menciona a marginalização decorrente da ausência de registro eleitoral.

Estimou-se, a partir de um suplemento sobre participação política e social da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), realizada em 1988, que a marginalidade eleitoral atinja 11% do eleitorado potencial para aqueles cujo o voto era obrigatório. Este segmento

**Gráfico I – Especificação lógica para abordagem dos indicadores eleitorais**



Fonte: elaboração do autor.

apresentava características bem marcadas do ponto de vista social, sendo encontradas as mais altas taxas de marginalidade eleitoral para as mulheres, negros e pardos, os que recebiam renda inferior a um salário mínimo, aqueles com menos de um ano de estudo, os inativos, os moradores das localidades rurais e residentes nas Regiões Norte e Nordeste. Da relação entre o eleitorado efetivo e o potencial, deriva-se, portanto, o indicador de marginalidade eleitoral (Alkmim: 1991).

**Eleitorado efetivo, abstenções, votos brancos e nulos** – uma vez transposta a barreira da formalidade do acesso ao voto, encontrando-se apto para votar, o eleitor registrado (eleitorado efetivo) detém diferentes possibilidades de comportamento no momento eleitoral:

- não comparecer, pelos mais diferentes motivos;
- comparecer e votar em branco;
- comparecer e votar nulo;
- comparecer e escolher uma alternativa para o(s) cargo(s) em questão.

As três primeiras das quatro possibilidades dizem respeito ao conceito de alienação eleitoral, agregando abstenções, votos brancos e nulos, conforme a especificação de Santos (1987). Para este autor haveria, sobretudo, um comportamento de menor comprometimento ou rejeição ao processo eleitoral.

Ao analisar a taxa de alienação eleitoral para as eleições a partir de 1945, assinala que a sua evolução está ligada a fatores psicossociais de satisfação ou insatisfação do eleitorado. Um exemplo dado pelo autor é a eleição de Juscelino Kubistchek em 1955, momento em que existia um forte sentimento de incerteza e crise, refletido pelo acirramento da disputa, ao mesmo tempo em que verificou-se o forte aumento da taxa de alienação eleitoral.

Entretanto, a alienação eleitoral deve ser vista com restrições, quando assim agregada. A abstenção eleitoral no Brasil sofreu o efeito de um aumento artificial em função da mortalidade dos eleitores que continuavam cadastrados. Este problema foi parcialmente resolvido nos recadastramentos de 1958 e 1986, tendo sido mais efetivamente equacionado a partir de 1994, quando a legislação eleitoral determi-

nou que aquele que se abstinisse de votar por três eleições seguidas seria automaticamente retirado do cadastro de eleitores.

O estudo de Lima Júnior (1990) sobre os componentes da alienação eleitoral identificou importantes diferenças entre os fatores que levam à abstenção e fatores que levam aos votos brancos e nulos. Um dos exemplos é a alta abstenção observada nos Estados do Norte que o autor correlaciona positivamente com a baixa densidade populacional da região e com suas características geográficas.

Na verdade, a abstenção apresenta diversos outros motivos que não a insatisfação eleitoral, como a migração sem a atualização do título, fazendo com que o eleitor não faça o trajeto de retorno ao seu colégio eleitoral no dia da votação; ou o próprio perfil etário da população em determinada área, podendo a abstenção ser maior onde é maior a proporção de idosos. Uma parcela dos eleitores efetivamente justifica o não comparecimento alegando diversos motivos. Somam-se a isso fatores climáticos como uma chuva forte, problemas pessoais, de transporte, como o registro de retirada ou diminuição de circulação de ônibus em cidades onde empresários temem a vitória de determinada candidatura. Além disso, há a mencionada mortalidade de eleitores, que provoca o aumento no registro de não comparecimento.

**Direção do voto** – Para os eleitores cadastrados que se dispõem a comparecer ao pleito e escolher uma (ou mais) alternativa(s) apontada(s) pelo processo eleitoral, os resultados permitem a classificação da direção do voto, segundo algumas dimensões, tais como a construção de perfis de partidos e candidatos, a utilização do espectro ideológico (esquerda/direita, progressistas/conservadores) ou ainda examinar o conteúdo dispersivo ou concentrador de candidatos e partidos do ponto de vista geográfico. Outros aspectos como a volatilidade do voto e níveis de competitividade nos distritos eleitorais em disputa constituem também possibilidades de análise.

A partir da especificação lógica do processo eleitoral, chegamos à definição de três indicadores que serão utilizados neste estudo.

1. Taxa de abstenção eleitoral. Calculada como a proporção daqueles que não comparecem às eleições, sobre o eleitorado cadastrado;

2. Taxa de votos brancos e nulos. Proporção do somatório dos votos brancos e nulos sobre o eleitorado cadastrado efetivo. Apesar de considerarmos que os votos brancos e nulos também se diferenciam e representam conotações diferentes, não foi possível fazer essa desagregação para todo o período deste estudo, especialmente porque não havia separação nos resultados divulgados pela Justiça Eleitoral para as primeiras eleições do período;
3. Taxa de votos válidos. Distingue a direção do voto. É a proporção dos votos de um candidato em relação aos votos dados a todos os candidatos que participaram de determinada eleição.

## IV. Eleitores e estrutura social no Rio de Janeiro

Uma das mais importantes características, do ponto de vista da formação do eleitorado brasileiro a partir de 1945, é o seu significativo ritmo de crescimento em relação à população total, principalmente até meados da década de 1980, quando esse ritmo diminuiu.

O aumento bruto da população afetou o crescimento do eleitorado e do número de votantes, mas não apenas isso, pois contribuiu para o aumento da participação eleitoral no país nos últimos 50 anos. Outros fatores estiveram presentes, a partir da década de 1940, justificando as mudanças estruturais na sociedade brasileira e, conseqüentemente, no eleitorado do Estado do Rio de Janeiro, dentre os quais podemos citar:

- Crescimento populacional até a década de 1980, quando passa a haver um decréscimo em seu ritmo;
- A redefinição do papel das mulheres, com sua maior qualificação e entrada na força de trabalho e na vida pública em geral, em contraposição às mais antigas gerações, voltadas mais exclusivamente para a vida doméstica ou privada;
- Processos demográficos que redundam na modificação do perfil etário da população e do eleitorado (envelhecimento), a mudança do padrão epidemiológico (com o controle de determinadas doenças), a melhoria de condições básicas ligadas à qualidade de vida (a despeito do ritmo lento e da desigualdade social), a queda da taxa de fecundidade e o surgimento de novos arranjos familiares que vão além da diminuição do tamanho médio da família nuclear;
- O processo de industrialização, urbanização e metropolização, que inverteu a relação entre o campo e a cidade, trazendo a formalização das relações de trabalho e o seu impacto para o cadastramento eleitoral, na medida em que o título tornou-se um dos pré-requisitos para a obtenção de determinados empregos;

- Altas taxas de crescimento da produção e diversificação econômica, com ênfase na industrialização, na introdução de novas tecnologias, por meio de um modelo que acentuou as distâncias e desigualdades existentes no país. O forte crescimento econômico do país fez com que o seu PIB aumentasse expressivamente, atingindo o auge do crescimento até o início da década de 1980, quando se reduziu o ritmo, não retomando a rota do desenvolvimento até o início deste século, quando experimenta uma nova fase de crescimento;
- A melhoria (lenta e em curso) dos indicadores de escolarização da população e do eleitorado, que tornam o acesso aos meios de formação e informação mais extensivos, provocando potencialmente um maior interesse e participação política;
- A quebra de barreiras formais ao voto, como os limites de idade e o voto do analfabeto.

Essas características apontam para uma mudança no perfil do eleitorado, que experimentou um expressivo crescimento e vem se tornando cada vez mais envelhecido, feminilizado e concentrado nos centros urbanos e no litoral do país, refletindo o processo de ocupação. Apesar dos avanços educacionais temos um eleitorado audiovisual, informado principalmente pela televisão aberta, mesmo considerando o avanço de outras mídias e o impacto crescente da internet e das redes sociais, seja direta ou indiretamente.

O Rio de Janeiro apresenta as características resultantes desse processo de mudanças estruturais no país, o que de imediato reflete-se pelo tamanho de sua população, a terceira maior do país, com 16 milhões de habitantes em 2010, correspondente a 8,3% da população nacional (IBGE: 2010), com seu nível de urbanização atingindo 96% (IBGE: 2010), detendo naquele ano de 2010 o segundo maior produto interno bruto nacional, alcançando 462,4 bilhões de reais, ou 10,0% do PIB nacional (IBGE: 2011). As mudanças no padrão demográfico, envelhecimento da população, diminuição da fecundidade, maior participação social e política das mulheres, aumento da esperança de vida, estão igualmente presentes na estrutura social do Estado.

Entretanto, a marca da desigualdade é um traço permanente no que diz respeito à sua estrutura econômica, socio-ocupacional, rendimentos

e acesso a serviços básicos, como educação, saúde, transportes, saneamento. O índice de Gini que mede a desigualdade é alto, 0,538 em 2010, o 12º maior do país (IBGE: 2010). Essa desigualdade socioeconômica estrutural vem sendo apontada por diversos estudos e pelas estatísticas oficiais do país por décadas e se refletindo em todo o período da análise aqui proposta entre 1982 e 2010.

Não sendo a especificação da estrutura social e econômica do Estado o objetivo deste livro, não podemos, no entanto desconsiderá-la, pois, como foi afirmado inicialmente, a hipótese de correlação entre o voto e a segmentação social do Estado, sua região metropolitana e capital se aplica, podendo ser verificada, embora não se pretenda aqui estabelecer uma correlação estatística entre os indicadores eleitorais e outros indicadores sociais e econômicos.

O processo de desenvolvimento socioeconômico e de ocupação do Estado do Rio de Janeiro redundou na formação da segunda metrópole do país, especialmente caracterizada pela sua diversificação sociodemográfica e cultural.

O principal *locus* formador do desenvolvimento do Estado, com as consequências para as demais regiões, foi a formação e desenvolvimento da atual cidade do Rio de Janeiro, especialmente após a sua condição de capital do reino unido, a partir no início do século XIX. Esse impacto se deu do ponto de vista social, econômico e urbanístico, especialmente na conformação de sua periferia metropolitana.

A cidade, formada pela colonização portuguesa, intensificada a partir da fuga da família real e de parte da corte que aqui desembarcaram em 1808, fugidas da ocupação napoleônica de Lisboa, teve como contraponto étnico imediato a presença de negros trazidos da África e seus descendentes, parte mestiços.

A reiterada centralidade da cidade no país até o início do século XX, quando começa a ascensão no cenário nacional de São Paulo, principalmente do ponto de vista econômico, deu-se com a sua transformação em sede do Império em 1822 e posteriormente da República de 1889 até 1960, com a mudança da capital do país para Brasília. Adquire então o status de cidade e Estado (Rio de Janeiro e Guanabara), mantendo o mesmo nome de sua capital.

A condição de capital, para além da sua importância econômica como cidade portuária e centro financeiro do país, fez com que para a cidade se destinassem os mais diversos segmentos do país e mesmo do exterior, marcando a sua pluralidade étnica e social. Aos portugueses e escravos juntaram-se estrangeiros, profissionais liberais, políticos, intelectuais, comerciantes, artistas vindos de todos os lugares e de todas as origens, o que a tornou um complexo conglomerado e diversificado.

Cabe ainda citar a forte migração interna, principalmente de nordestinos e mineiros das áreas mais pobres do país, que, no correr do século XX, partiram em busca de alternativa às adversidades de suas terras de origem, encontrando moradia na periferia da cidade, especialmente na Baixada Fluminense e nas favelas que se formaram após libertação dos escravos e o retorno de combatentes da Revolta de Canudos, que durou de 1896 a 1897, no interior do Estado da Bahia, no nordeste do Brasil. Favela é originalmente a denominação de uma das plantas encontradas no sertão nordestino, de uso medicinal.

Assim, o Estado do Rio de Janeiro passou a abrigar uma cidade e uma metrópole centrais para o país, reunindo sua capital, municípios da Baixada Fluminense, Niterói, São Gonçalo, entre outros, sendo considerada atualmente uma importante cidade global.

No que se refere ao exercício do poder público, não houve alteração de padrões vigentes de gestão, que priorizaram historicamente as áreas consideradas centrais e mais nobres da cidade e da metrópole, em detrimento de sua periferia, no que diz respeito à alocação de recursos, tratamento diferenciado de seus segmentos populacionais, política de habitação e reordenamento do espaço urbano. A exclusão social, econômica, demográfica e geográfica manteve-se permanente até o momento atual, em parte como resultado das políticas e da ação governamental sobre o desenho urbano e social.

A situação não é muito diferente se considerarmos a relação entre a capital e o interior do Estado, após a fusão. Os municípios do interior, em boa medida empobrecidos, apresentam algumas exceções, que por razões diversas conseguem fugir ao padrão da estagnação, o que derivou em um movimento de migração para a capital e sua periferia ou para aqueles municípios em melhor condição e desenvolvimento. Trataremos do interior do Estado adiante.

A desigualdade social distingue, portanto, a população do Estado e da metrópole fluminense. Desigualdade entre ricos e pobres, mais e menos instruídos, homens e mulheres, negros e brancos, católicos e protestantes, moradores de áreas nobres e os da periferia e favelas. Na verdade, os contrastes sociais do Estado refletem o modelo típico das metrópoles e regiões latino-americanas, que, apesar de inseridas no processo de globalização e das mudanças no estilo de vida que as acompanham, continuam expondo as mazelas da concentração de riqueza, poder e status social.

Mais grave é que o processo de desigualdade no Estado e na metrópole do Rio de Janeiro é diferente, por exemplo, de regiões como as mais pobres do Nordeste, onde a miséria e a pobreza são extensas e mais homogêneas, embora a desigualdade esteja presente pelo poder das oligarquias agrárias.

No caso do Rio de Janeiro, com sua maior densidade populacional, processo de interação social mais intenso, complexidade e maior segmentação, apresenta-se outra conotação que repercute no comportamento, valores e atitudes de seus habitantes. Um nordestino do interior que convive com a miséria, a fome e a seca vê um quadro homogêneo à sua volta, ao passo que um favelado carioca, ao circular entre a pujança das ruas da zona sul da cidade visualiza de forma contundente e acentuada a diferenciação social e econômica.

O que torna o Rio de Janeiro um Estado particular é exatamente essa distância social entre as suas classes e segmentos. Observe-se a tese aristotélica de que o equilíbrio e a justiça social estariam no meio termo, ou seja, pela atenuação das diferenças entre ricos e pobres, para que se possa formar uma pólis mais justa e democrática, um preceito, hoje diríamos, liberal (Aristóteles: 1997). Ou poderíamos considerar a ideia de Lipset, que nessa mesma direção chama atenção para os efeitos não desejados à estabilidade social decorrentes do que denomina visualização da desigualdade, que gera potencialmente um nível maior de conflito, descontentamento e ruptura, tanto quanto maior a distância entre os segmentos sociais, pois a visualização da desigualdade cria elementos intersubjetivos de referência social para os diferentes grupos que dividem o mesmo espaço (Lipset: 1959). Por outro lado, as classes mais bem posicionadas socialmente, a partir das classes médias, constroem a imagem

negativa daqueles que estão na base da hierarquia social, como classes potencialmente perigosas, que devem ser controladas.

Os impactos políticos dessa leitura diferenciada sobre a estrutura social, por parte dos seus segmentos, certamente encontram-se evidenciados nos momentos de disputa eleitoral e, como pode ser constatado, as campanhas eleitorais no Estado são carregados dos significados originários do processo de desigualdade e exclusão.

O Estado do Rio de Janeiro nas décadas de 1980 e 1990 experimentou um crescimento em seus níveis de pobreza e desigualdade social, principalmente no grande eixo urbano. Esse processo só foi revertido, ainda que tenuamente, no início do presente século. Segundo estudo desenvolvido por Rocha, a incidência da pobreza no Brasil, embora mais elevada nas áreas rurais, encontra grande expressão nas metrópoles de São Paulo e Rio de Janeiro, as regiões mais urbanizadas do país. Assim, a pobreza passa a ser um fenômeno metropolitano (Rocha: 1994).

Além do agravamento da situação de miséria e pobreza na metrópole fluminense, devem ser novamente assinalados as diferenças entre os rendimentos de ricos e pobres. O índice de Gini, calculado na metrópole do Rio de Janeiro em 1989, foi o segundo maior dentre todas as regiões metropolitanas.

A despeito da melhoria dos indicadores da economia a partir deste século, com políticas mais amplas voltadas para os segmentos mais desfavorecidos que trouxeram efetivamente uma melhor condição em relação ao combate da miséria e da pobreza, persiste ainda a situação estrutural de nossa formação social, que repercute no estado fluminense, mesmo levando-se em consideração que o processo de superação dessa estrutura não se resolve conjunturalmente.

Atributos como idade, etnia, religião, local de nascimento, ocupação, acesso a equipamentos e serviços públicos tornam-se indicadores pertinentes para medir distâncias entre os grupos sociais e áreas espaciais. Para o Estado fluminense tem-se a constatação de que o processo de segmentação em seus diversos sentidos é persistente. Essa diferenciação, atestada por diversos estudos, traz a questão sobre o formato socioespacial que a caracteriza, o que vem alimentando uma discussão entre cientistas sociais, especialmente após a fusão dos Estados em 1975.

Estudos sobre a configuração social e urbana do Estado e em particular sobre a sua região metropolitana são produzidos a partir da década de 1970 e fornecem uma interpretação mais integrada sobre o seu espaço físico. É importante ressaltar que esses estudos nasceram da necessidade de pensar a região metropolitana pós-fusão, quando essa preocupação passou a ser, inclusive, uma atribuição legal por parte dos executivos estaduais e municipais. Efetivamente, no entanto, não existe até este momento, quase 40 anos depois da fusão, qualquer mecanismo institucional que trate da questão metropolitana na forma de uma gestão articulada.

Dentre os estudos de maior importância para o diagnóstico social da região metropolitana destacam-se os produzidos pelo IBGE, realizados na década de 1970 até o início de 1980, que procuram dar conta das desigualdades territoriais, considerando a distribuição dos rendimentos, das condições de moradia, do valor dos imóveis. Essas publicações chamam a atenção para a forte segmentação que distingue as áreas centrais do município do Rio de Janeiro e as suas periferias. O estudo de Vetter sobre a distribuição dos rendimentos na região metropolitana apresenta na sua parte inicial as principais contribuições dos pesquisadores do instituto para a descrição sociográfica da metrópole (Vetter: 1981).

O estudo coordenado por Brasileiro é uma importante reflexão e tentativa de sistematização sobre a temática metropolitana fluminense, apontando para a evolução histórica que redundou na formação desse conglomerado. Para a autora a metrópole apresenta-se com um centro hiperatrofiado em relação à sua periferia e ao Estado como um todo.

O centro é o grande concentrador de recursos econômicos, financeiros e culturais da região, que são distribuídos de forma insuficiente pela periferia. Duas características são, portanto, ressaltadas. Primeiro, maior peso da área metropolitana em relação ao Estado. Segundo, a distinção entre núcleo e periferia no interior da metrópole, sendo que essa periferia se decompõe em imediata, intermediária e distante, alcançando o interior do estado (Brasileiro: 1985).

Os critérios para delimitação dessas áreas são definidos por vetores de urbanização históricos, que orientam esse processo de metropolização, tendo o seu ponto de origem na área central da cidade, ou seja, no seu núcleo. Outro critério reflete a conurbação, definida

como uma sequência de aglomeração populacional, na qual dois ou mais centros, política e administrativamente independentes, passam a apresentar continuidade, consistentes com a implementação dos recursos urbanísticos que se colocam os limites entre o núcleo e as periferias (Brasileiro: 1985).

A distinção entre núcleo e periferia e o formato de anéis concêntricos para a região presentes neste estudo guardam uma sintonia direta com uma série de estudos posteriores, que serviram para especificar o modelo espacial da metrópole, seja do ponto de vista de delimitar com maior nitidez geográfica o seu contorno físico, seja aprofundando a discussão conceitual que distingue núcleo e periferia.

Uma das restrições é formulada por Santos e Bronstein, afirmando que, mesmo no caso do Rio de Janeiro, não pode ser desconsiderada a oposição entre o urbano e o rural, o que faz merecer uma maior qualificação do interior do Estado, e por outro lado a problemática das favelas e áreas de habitação popular, desprovidas de infraestrutura urbana básica, incrustadas significativamente pela malha urbana e especialmente em seu núcleo (Santos e Bronstein: 1978).

A questão das favelas nas análises sobre o espaço metropolitano constitui uma necessidade e um desafio em função do seu peso populacional, pois estima-se que um em cada cinco ou seis habitantes do município carioca residia nas mais de 500 favelas espalhadas pela cidade. Segundo o IBGE, no ano de 2000, 18,8% da população carioca de 5,6 milhões vivia nessas áreas, denominadas aglomerados subnormais pelo Instituto, com um crescimento vegetativo de 24,9% em relação a 1991, enquanto a cidade crescia 6,8% no período (IBGE: 2001).

Segundo dados oficiais do censo de 2010, o número de favelas sobe para 763 na cidade, aumentando o percentual em relação ao total da população carioca para 22%, ou 1,4 milhões de habitantes (IBGE: 2010).

É o estudo de Abreu que sintetiza de forma mais completa a discussão, contribuindo para o aprofundamento do modelo metropolitano, especificando com mais detalhes os limites entre as suas áreas. Além disso, retrata o processo de formulação das políticas públicas urbanas para a cidade do Rio de Janeiro a partir do final do século XIX e o seu impacto do ponto de vista paisagístico e social (Abreu: 1998).

Faz-se nesse estudo uma série de considerações críticas às teorias da escola de ecologia humana de Chicago, de onde surge a distinção entre núcleo e periferia, formuladas na segunda década do século XX, que entende a expansão das cidades como um processo complexo ecológico, estruturado naturalmente, por meio de processos de adaptação social, especialização funcional e competição livre por espaços. Segundo essa teoria, a urbanização é um fenômeno evolutivo do ponto de vista demográfico e econômico, no qual o mercado e as interações sociais acabam por ajustar esta expansão. O núcleo urbano (*core*) possui um papel simbólico, esvaziado arquitetônica e demograficamente, ou seja, um papel neutro, enquanto outras áreas se conformam histórica e naturalmente. O Estado tem o papel de árbitro, acomodando ou atenuando interesses eventualmente conflitantes, ou seja, agindo como regulador dos conflitos (Abreu: 1998).

Abreu critica essa teoria e aponta o caso do Rio de Janeiro como totalmente desviante em relação ao modelo, pois para ele a estrutura espacial da cidade, capitalista em sua essência, não pode estar dissociada das práticas e dos conflitos existentes entre suas classes urbanas, ainda que gere o modelo opondo o núcleo às periferias (sendo o núcleo a área privilegiada). Nessa situação de conflito, o Estado, ao contrário do postulado neoclássico liberal, não age de forma neutra. Embora não ocorra uma instrumentalização automática dos interesses econômicos pelas políticas governamentais, há uma nítida associação entre seus agentes. Assim, no caso do Rio de Janeiro, a história de sua evolução urbana é visivelmente marcada por políticas que privilegiaram os segmentos sociais mais favorecidos, estruturando diferencialmente o seu espaço (Abreu: 1998).

O modelo metropolitano do Rio de Janeiro, segundo Abreu, caracteriza-se pela dicotomia entre núcleo e periferia, porém, contrariam os pressupostos resgatados dos estudos da escola de Chicago, pois o seu núcleo concentrou a grande maioria dos recursos, investindo parcamente em seu entorno, enfraquecido do ponto de vista não só econômico como político. O resultado foi um núcleo forte, cercado por uma periferia pobre e superpovoada (Abreu: 1998).

Quanto à delimitação do espaço metropolitano, ao utilizar os estudos já referidos, Abreu detalha a composição das áreas, dentro da perspectiva circular e concêntrica, representada pelos anéis que formam o núcleo e as periferias imediatas, intermediária e distante. A proposta

é mais definida, em parte por levar em conta a divisão administrativa da região (regiões administrativas da capital e municípios da área metropolitana). Em segundo lugar, estabelece uma subdivisão mais ajustada entre o núcleo e as periferias, por meio da classificação de onze subáreas que vão do centro, zonas sul e norte da cidade, acrescida de Niterói (núcleo), passando pelas áreas dos subúrbios da Central e da Leopoldina (periferia imediata), alcançando municípios da Baixada e São Gonçalo (periferia intermediária), até a parte mais ruralizada da região em sua fronteira com o interior do Estado (periferia distante). Considera e dedica uma análise à outra dicotomia da cidade pela oposição entre favela e asfalto (Abreu: 1998).

O estudo merece restrições de atualização em função do momento em que foi formulado (1987), como a extensão do núcleo pela zona litorânea em direção à zona oeste (Barra da Tijuca e Recreio dos Bandeirantes), assim como a sua classificação de parte da zona oeste (Campo Grande e Santa Cruz) como áreas ruralizadas.

Ainda assim a classificação proposta por Abreu nos serve como a referência básica para a associação com os resultados eleitorais a serem examinados, no que diz respeito à área metropolitana, representativa de 73,5% do eleitorado do Estado, permitindo uma visualização gráfica, conforme apresentada a seguir.

O **núcleo** metropolitano seria formado pelo centro, pela faixa litorânea da zona sul até o Recreio, pela zona norte e pelo município de Niterói.

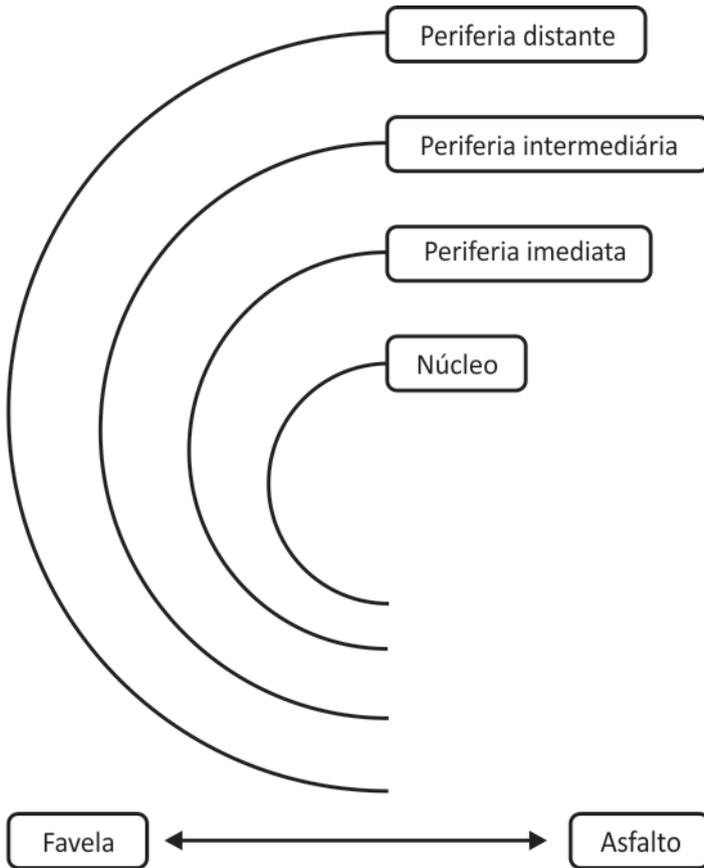
A **periferia imediata** é formada pelos bairros cariocas dos subúrbios ao longo do eixo das principais linhas ferroviárias e ao longo da Avenida Brasil até a zona oeste.

A **periferia intermediária**, pelos municípios da Baixada Fluminense e por São Gonçalo.

A **periferia distante**, pelos municípios limítrofes da metrópole, como Magé, Itaboraí e Itaguaí.

As mais de 700 **favelas em oposição ao asfalto**, existentes na cidade e na metrópole, dão outra conotação à sua desigualdade espacial.

## Gráfico 2 – Especificação da segmentação e estrutura geográfica da Região Metropolitana do Rio de Janeiro



Fonte: Maurício de Abreu (1988). Elaboração do autor.

Diversos estudos e as estatísticas oficiais atestam essas divisões que fariam o Rio parecer uma cidade com formato medieval, se não fossem as favelas originárias no seu núcleo e significativamente presentes em suas áreas mais nobres (embora algumas tenham sido objeto de remoção pelo poder público constituído).

Os indicadores sociodemográficos seguindo essa classificação, vão todos se modificando de forma contínua. Assim, encontra-se nas áreas centrais e não favelizadas o maior contingente daqueles que têm maior renda e instrução, as melhores e bem-remuneradas ocupações, os de cor branca, mais idosos, os menores níveis de fecundidade, de mortalidade infantil, a maior proporção de católicos, de naturais do município (os cariocas da gema do ovo), uma maior rede de serviços públicos, urbanos, e assim por diante. Um estudo que se inspira nessa classificação e traz indicadores sobre o Estado e a região metropolitana, utilizando pioneiramente dados espacialmente desagregados da PNAD, encontra-se em Ribeiro (1995).

Poderíamos prolongar essa lista anterior, incluindo o acesso à cultura e aos seus bens, como televisão por assinatura, acesso à internet, smartphones, literatura, teatro e cinema. Preferências diferenciadas por tipos de programas televisivos ou estilos musicais. Ou seja, poderíamos também identificar padrões culturais e cognitivos diferenciados, opondo aquilo que Castells apontou como a diferença entre o mundo da cultura virtual e multimídia, da sociedade em rede, que alguns de nós vivemos, e um mundo de McLuhan, audiovisual, que tem a televisão aberta e seus programas como componente central, o que, para surpresa de alguns, ainda atende, segundo entendo, a maioria da sociedade brasileira e do nosso Estado, afinal, mais da metade do nosso eleitorado sequer tem o curso fundamental completo (Castells: 1999).

Um pioneiro estudo realizado pela Fundação CIDE permite fazer uma especificação do padrão social no Estado do Rio de Janeiro para o ano de 1991, considerando os seus municípios. Trata-se da construção de um indicador sintético que reúne 64 variáveis na sua composição, traduzindo um índice de qualidade dos municípios (IQM), não apenas da qualidade de vida, como, por exemplo, também do índice de desenvolvimento humano (IDH), embora mantenha com este forte correlação. O IQM procura refletir a condição estrutural dos municípios fluminenses a partir de indicadores de desenvolvimento econômico, oferta de serviços, infraestrutura, além de indicadores sociais. O indicador varia de zero a um, sendo a unidade a expressão mais positiva do índice (IQM: 1998).

Em consonância com a característica já referida sobre a região metropolitana, o IQM apresenta os maiores valores para o município do Rio de Janeiro (1,0), seguindo por Niterói (0,69). Estes dois municípios podem ser considerados os polos principais do Estado, a partir dos quais se interligam os demais eixos e polos.

Um desses eixos parte da capital em direção ao Vale do Paraíba, passando pelos municípios de Pirai, Volta Redonda, Porto Real, Resende e Itatiaia. Outro eixo também iniciado na capital (considerando Niterói o seu principal entorno) envolve Duque de Caxias, Petrópolis, Teresópolis e Friburgo, alcançando Macaé e Casimiro de Abreu, assim como a Região dos Lagos (Búzios, Cabo Frio, Araruama).

Esses dois eixos poderiam formar um único e contínuo vetor se não fosse a situação da qualidade municipal (indicador em questão) que diferencia os municípios da Baixada Fluminense e outros da periferia metropolitana (como Magé, São Gonçalo e Itaboraí), que apresentam um IQM baixo, não correspondente ao grande peso populacional que têm, encontrando-se aí uma situação extensa da pobreza no Estado, conforme assinalamos quando avaliamos a região metropolitana. Municípios do norte e noroeste também apresentam reduzidos valores para o IQM, detendo, porém, uma população mais reduzida.

Campos e Angra dos Reis também se apresentam como polos importantes. Convém ressaltar que os municípios que compõem e situam-se no entorno da Bacia de Campos sofreram uma mudança drástica no perfil de sua ocupação nas últimas décadas, em função das atividades ligadas à cadeia produtiva da extração de petróleo, como, por exemplo, Macaé e Rio das Ostras.

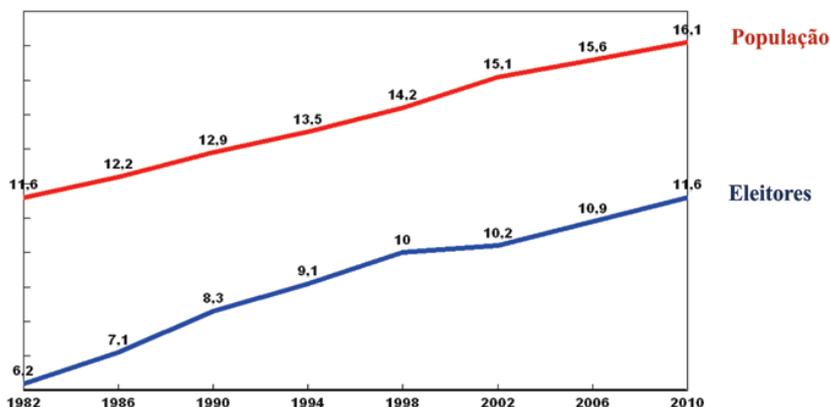
Assim, o formato metropolitano, representado pelos anéis concêntricos e pela distinção entre asfalto e periferia, é complementado pela existência de municípios de maior importância regional, porém cercados por uma quantidade de municípios mais pobres, em todas as regiões e com pesos populacionais distintos. Essa estrutura dos municípios do Estado do Rio de Janeiro descrita pelo IQM converge com indicadores mais atuais, como os indicadores sociais municipais produzidos pelo IBGE a partir de 2010 (IBGE:

2011) e do PNUD, com o seu índice de desenvolvimento humano municipal (IDH-m), também a partir de informações do IBGE de 2010 (PNUD/IPEA/João Pinheiro: 2013).

## V. A população e a evolução do eleitorado

No que diz respeito à relação entre o eleitorado e a população, observa-se o crescimento de ambos entre 1982 e 2010, embora a proporção do eleitorado sobre a população tenha aumentado significativamente, passando de 53% para 72%, o que pode ser visualizado nos gráficos 3 e 4 a seguir. O crescimento do eleitorado em face da população indica por um lado o processo de incorporação formal de eleitores, com a Constituição de 1988, mas, sobretudo, o processo de envelhecimento e longevidade experimentado neste período.

**Gráfico 3 – População e eleitores no Estado do Rio de Janeiro, 1982 a 2010 (em milhões)**

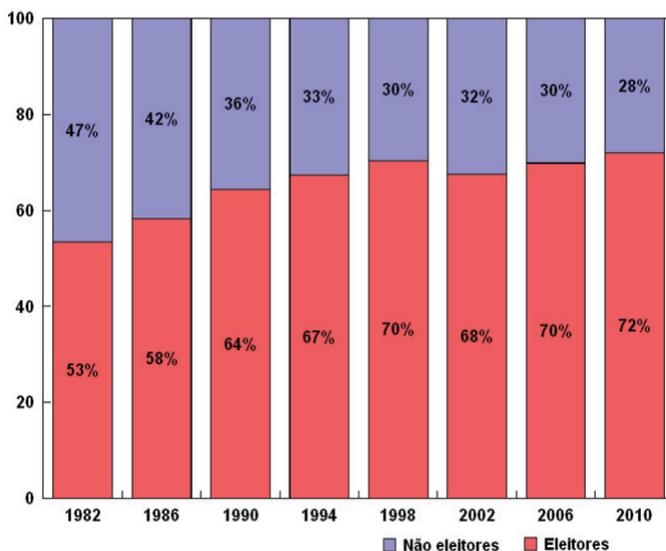


Fontes: IBGE: Projeções de população/revisões 2008 e 2013, capturado na internet em 11 de dezembro de 2013 nos endereços:  
[http://downloads.ibge.gov.br/downloads\\_estatisticas.htm?caminho=Projecao\\_da\\_Populacao/Revisao\\_2008\\_Projecoes\\_1980\\_2050/](http://downloads.ibge.gov.br/downloads_estatisticas.htm?caminho=Projecao_da_Populacao/Revisao_2008_Projecoes_1980_2050/) e  
[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/projecao\\_da\\_populacao/2013/default\\_tab.shtm](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/projecao_da_populacao/2013/default_tab.shtm)

Tribunal Superior Eleitoral e Tribunal Regional do Rio de Janeiro, registros administrativos – 1982 a 2010.

Já o quadro 1 e o gráfico 5 mostram a evolução mais detalhada do eleitorado, podendo ser observado que o papel exercido pela capital vem decrescendo ao longo dos anos de 1982 a 2010. A capital do Estado detinha 47% de eleitores em relação ao total, decaindo para 40% em 2010, embora tenha experimentado um crescimento de 87%, dos seus 6,2 milhões de eleitores para 11,6 milhões. Em contrapartida vê-se o maior aumento no crescimento de eleitores na periferia metropolitana e no interior, superior a 110%. Apesar de manter a sua centralidade, a cidade do Rio de Janeiro apresenta uma tendência de convivência com a emergência e o fortalecimento de outros polos ou municípios, destacando-se aqueles ligados às atividades petrolíferas e no outro lado do Estado o polo industrial, representado pelas cidades de Resende, Porto Real e Volta Redonda.

**Gráfico 4 – Proporção de eleitores e não eleitores no Estado do Rio de Janeiro, 1982 a 2010**



Fontes: IBGE: *Projeções de população/revisões 2008 e 2013*, capturado na internet em 11 de dezembro de 2013 nos endereços: [http://downloads.ibge.gov.br/downloads\\_estatisticas.htm?caminho=Projecao\\_da\\_Populacao/Revisao\\_2008\\_Projecoes\\_1980\\_2050/](http://downloads.ibge.gov.br/downloads_estatisticas.htm?caminho=Projecao_da_Populacao/Revisao_2008_Projecoes_1980_2050/) e [http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/projecao\\_da\\_populacao/2013/default\\_tab.shtm](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/projecao_da_populacao/2013/default_tab.shtm)

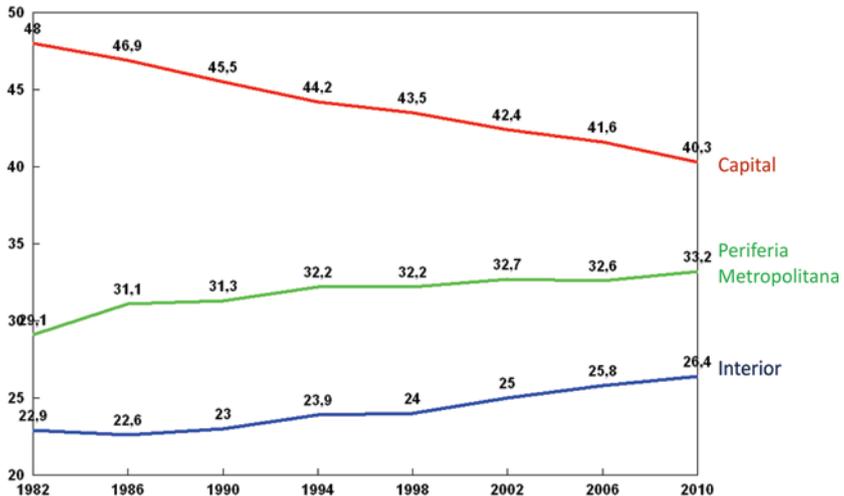
Tribunal Superior Eleitoral e Tribunal Regional do Rio de Janeiro, registros administrativos – 1982 a 2010.

## Quadro I – Eleitores (em milhões), segundo a região do Estado do Rio de Janeiro, 1982 a 2010

	1982		1986		1990		1994		1998		2002		2006		2010		Crescimento 1982 a 2010 (%)
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	
Total	6,2	100,0	7,1	100,0	8,3	100,0	9,1	100,0	10,0	100,0	10,2	100,0	10,9	100,0	11,6	100,0	86,8
Capital	3,0	48,0	3,3	46,9	3,8	45,5	4,0	44,2	4,3	43,5	4,3	42,4	4,5	41,6	4,7	40,3	55,7
Periferia metropolitana	1,8	29,1	2,2	31,1	2,6	31,3	2,9	32,2	3,2	32,2	3,3	32,7	3,5	32,6	3,9	33,2	114,0
Interior	1,4	22,9	1,6	22,6	1,9	23,0	2,2	23,9	2,4	24,0	2,6	25,0	2,8	25,8	3,1	26,4	118,6

Fonte: Tribunal Regional Eleitoral/TRE, registros administrativos – 1982 a 2010.

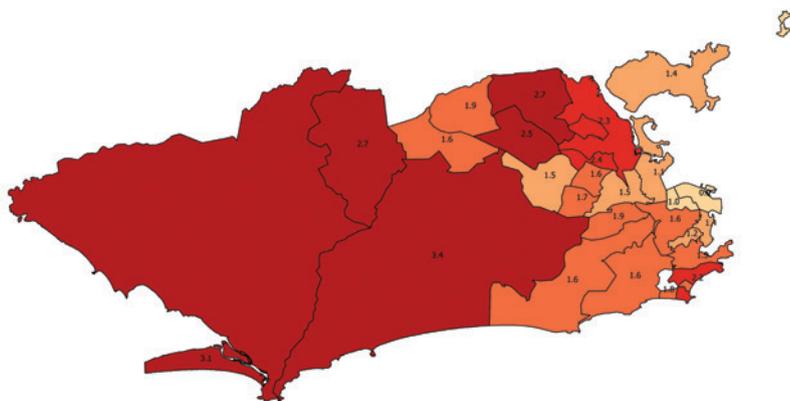
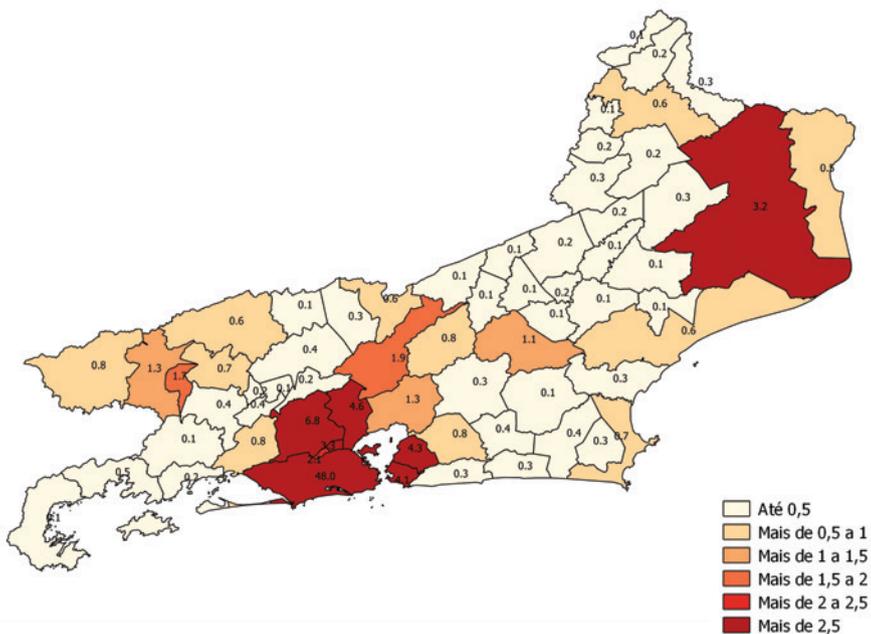
## Gráfico 5 – Proporção de eleitores segundo a região do Estado do Rio de Janeiro, 1982 a 2010



Fonte: Tribunal Regional Eleitoral/TRE, registros administrativos – 1982 a 2010.

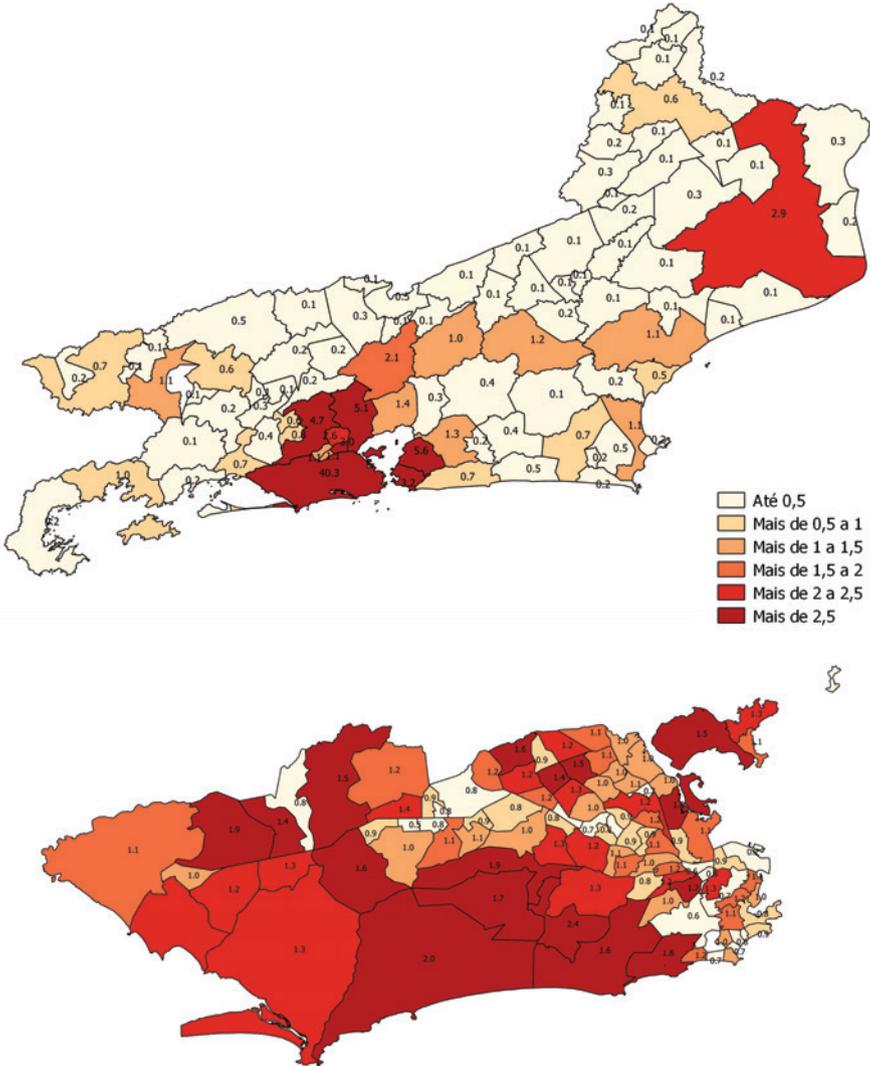
Os mapas 1 e 2 (embora não diretamente comparáveis em função do aumento do número de municípios e zonas eleitorais) ilustram de alguma forma essas mudanças, podendo-se verificar que no caso do município do Rio de Janeiro são as áreas centrais que apresentam uma decrescente proporção de eleitores no período, o que pode estar associado ao processo de expulsão de moradores para a periferia, assim como a expansão de novas áreas nobres na direção litorânea de sua zona oeste (Barra e Recreio dos Bandeirantes).

## Mapa I – Proporção de eleitores por municípios e zonas eleitorais (capital) do Rio de Janeiro, 1982 (%)



Fonte: Tribunal Regional Eleitoral/TRE, registros administrativos – 1982 a 2010.

## Mapa 2 – Proporção de eleitores por municípios e zonas eleitorais (capital) do Rio de Janeiro, 2010 (%)



Vinte dos 92 municípios do Estado do Rio de Janeiro (22%) detêm 82,8% da população, conforme pode ser observado no quadro 2, o que, como foi assinalado, é o reflexo da sua forte concentração urbana, especialmente metropolitana. Embora populosos, alguns desses municípios, conforme igualmente visto, vivem ainda em uma situação de maior pobreza dentro do Estado, como São Gonçalo, Nova Iguaçu, São João de Meriti, Belford Roxo, Magé e Itaboraí. Outros formam polos de desenvolvimento econômico fora do eixo metropolitano, como Duque de Caxias, Campos, Petrópolis, Volta Redonda, Nova Friburgo, Macaé, Teresópolis e Angra dos Reis.

### **Quadro 2 – Municípios com o maior número de eleitores do Estado do Rio de Janeiro, 2010**

<b>Municípios</b>	<b>Eleitores</b>	<b>%</b>	<b>% acumulado</b>
<b>Rio de Janeiro</b>	4.671.660	40,3	40,3
<b>São Gonçalo</b>	652.773	5,6	46,0
<b>Duque de Caxias</b>	590.199	5,1	51,1
<b>Nova Iguaçu</b>	545.666	4,7	55,8
<b>Niterói</b>	371.165	3,2	59,0
<b>São João de Meriti</b>	351.284	3,0	62,0
<b>Campos</b>	334.480	2,9	64,9
<b>Belford Roxo</b>	302.628	2,6	67,5
<b>Petrópolis</b>	238.094	2,1	69,6
<b>Volta Redonda</b>	212.384	1,8	71,4
<b>Magé</b>	161.109	1,4	72,8
<b>Itaboraí</b>	149.468	1,3	74,1
<b>Nova Friburgo</b>	145.142	1,3	75,3
<b>Macaé</b>	133.667	1,2	76,5
<b>Barra Mansa</b>	127.727	1,1	77,6
<b>Mesquita</b>	127.520	1,1	78,7
<b>Cabo Frio</b>	126.945	1,1	79,8
<b>Nilópolis</b>	122.046	1,1	80,8
<b>Teresópolis</b>	118.934	1,0	81,9
<b>Angra dos Reis</b>	112.565	1,0	82,8
<b>Outros municípios</b>	1.988.627	17,2	100,0
<b>Total</b>	<b>11.584.083</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Tribunal Regional Eleitoral/TRE, registros administrativos – 1982 a 2010.

## **VI. Abstenções e votos brancos e nulos para presidente e governador no Estado do Rio de Janeiro**

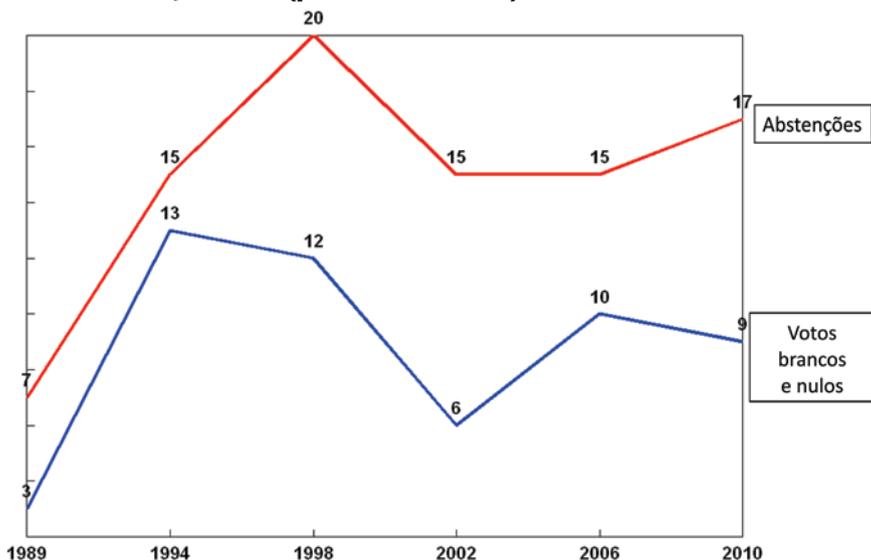
A não participação política por meio das abstenções, conforme assinalado, está sujeita a um conjunto amplo de fatores que vão dos naturais, como a densidade populacional, demográficos (envelhecimento da população e migração), ou mesmo a impossibilidade ou a mera decisão individual de não participar, seja por motivos políticos de rejeição ao sistema político ou aleatórios. Já as taxas de votos brancos e nulos apresentam condicionantes que podem ser mais bem delimitadas.

Como veremos nesta seção, lembrando que não nos foi possível desagregar os votos brancos dos nulos para todo o período em análise, tentaremos identificar alguma lógica tanto para o comportamento das abstenções, quanto para esse indicador agregado (brancos e nulos) ao longo do tempo, avaliando a possível existência de padrões geográficos.

O gráfico 6 mostra inicialmente a evolução da taxa de abstenções e também a de votos brancos para as seis eleições realizadas entre 1989 e 2010. A taxa de abstenção parte de 7%, principalmente por ter tido a motivação de ser a primeira após o golpe militar de 1964 e porque o recadastramento eleitoral foi realizado em 1986, eliminando do cadastro o registro dos eleitores falecidos. Essa taxa sobe até atingir 20% em 1998, o que pode em parte se justificar pela situação do cadastro que ainda nesse momento sofreu a sobreenumeração dos eleitores mortos, provocando uma artificialidade para o valor do indicador. Em 2002 e 2006, com as eleições, a taxa estabiliza-se em 15%, voltando a aumentar para 17% em 2010.

Por seu lado, a taxa de votos brancos e nulos tem o seu mais baixo valor em 1989, da mesma forma que a abstenção, aumentando nos anos seguintes de 1994 e 1998, para reduzir-se em 2002, aumentando em 2006 e 2010 para o patamar de 10%. A junção dos dois indicadores mostra uma oscilação que parte de 10% em 1989, mas que permanece alta, acima dos 20% em outras eleições, atingindo 32% em 1998, 25% em 2006 e 26% em 2010, o que é preocupante, na medida em que as eleições presidenciais são as principais do nosso sistema político e a despeito da relativização das causas da abstenção.

### Gráfico 6 – Taxa de abstenções e de votos brancos e nulos para presidente da República no Estado do Rio de Janeiro (primeiro turno), 1989 a 2010

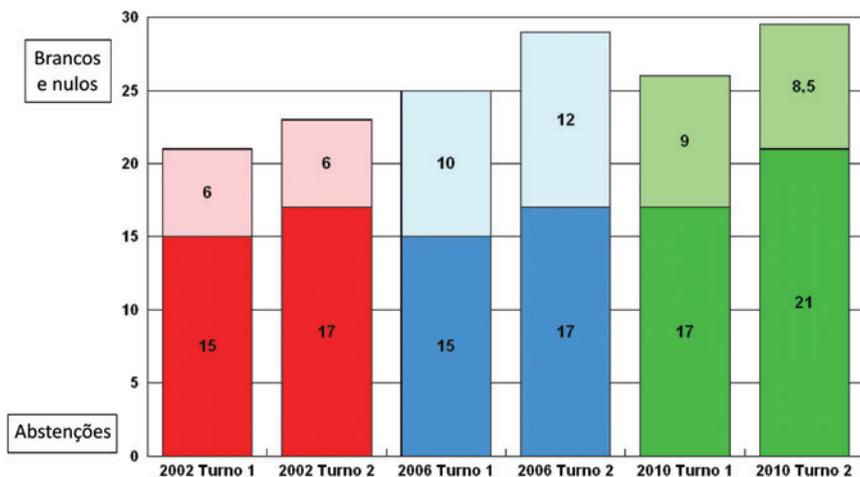


Fonte: Tribunal Regional Eleitoral/TRE, registros administrativos – 1982 a 2010.

O gráfico 7 mostra os dois indicadores para as três eleições presidenciais que passaram por dois turnos, 2002, 2006 e 2010, em que a principal observação a ser feita, de natureza política, é a tendência de aumento tanto para as abstenções quanto para os votos brancos e nulos entre um turno e outro (com exceção de 2002, quando estabilizam-se em 6% nos dois pleitos).

A conotação parece evidente: parte do eleitorado decide não comparecer, ou votar nulo ou branco no segundo turno, em função da derrota do seu candidato no primeiro, não encontrando uma alternativa entre os dois vitoriosos do primeiro turno. De qualquer forma, a soma dos indicadores mostra o aumento da não participação no segundo turno, atingindo 29% em 2006 e 30% em 2010. Deve ser ressaltado, ainda, que as duas disputas mais recentes apresentaram como alternativas efetivas no primeiro turno três forças políticas: Lula, Alckmin e Heloísa Helena em 2006, Dilma, Serra e Marina Silva em 2010. A existência de uma terceira alternativa ou força pode ter levado ao aumento desses indicadores entre os dois turnos, nesses anos.

### Gráfico 7 – Taxa de abstenções e de votos brancos e nulos para presidente da República no Estado do Rio de Janeiro (eleições do primeiro e segundo turno), 2002 a 2010

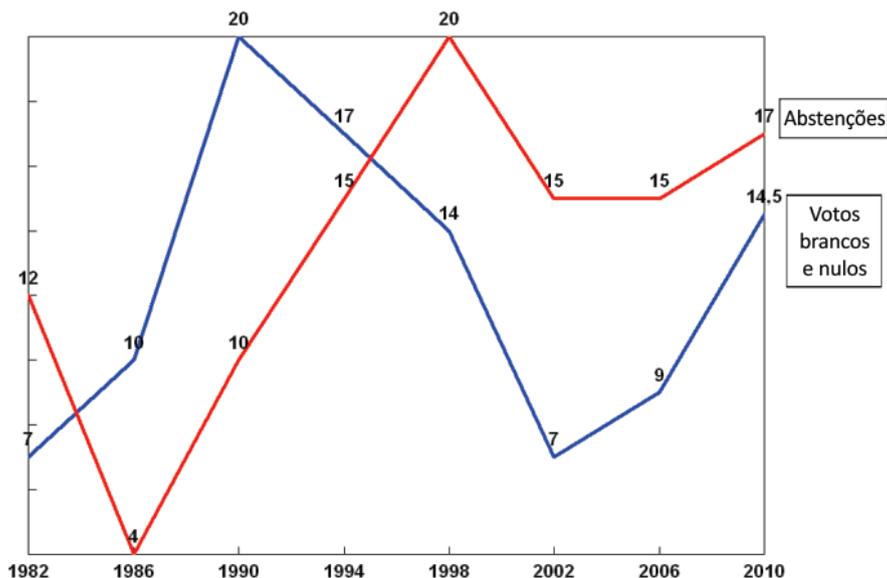


Fonte: Tribunal Regional Eleitoral/TRE, registros administrativos – 1982 a 2010.

Quanto às oito eleições para governador de Estado realizadas no Rio de Janeiro, são avaliadas as taxas de abstenção, que para o primeiro turno quando são casadas com as presidenciais apresentam os mesmos valores (1994, 1998, 2002, 2006 e 2010). A despeito disso, mantivemos essas taxas na análise das eleições para governador. Os resultados encontram-se no gráfico 8.

As abstenções partem de 12%, um percentual que poderia ser ainda mais reduzido, caso tivesse ocorrido o recadastramento, o que acontece em 1986, quando a taxa de abstenção é a menor de todo o período (4%). Daí em diante sobe para 10% em 1986, aumentando para 15% em 1990 (não houve eleição presidencial nesse ano e sim no anterior), atingindo 20% em 1998, como foi visto no caso do pleito presidencial. Essa série torna mais plausível que a abstenção entre 1994 e 2006 esteja estabilizada em torno dos 15%, descontando-se a sobreenumeração de 1998, obtendo afinal um aumento de 2%, atingindo 17% em 2010.

**Gráfico 8 – Taxa de abstenções e de votos brancos e nulos para governador no Estado do Rio de Janeiro (primeiro turno), 1982 a 2010**



Fonte: Tribunal Regional Eleitoral/TRE, registros administrativos – 1982 a 2010.

Já para o caso dos votos brancos e nulos, estes considerados unicamente para as eleições de governador, o movimento difere. Parte-se de 7% em 1982, a menor taxa correspondendo à primeira eleição para esse cargo, no período democrático recém-iniciado. Eleva-se para 10% em 1986, para dobrar para 20%, a maior taxa da série na eleição seguinte em 1990.

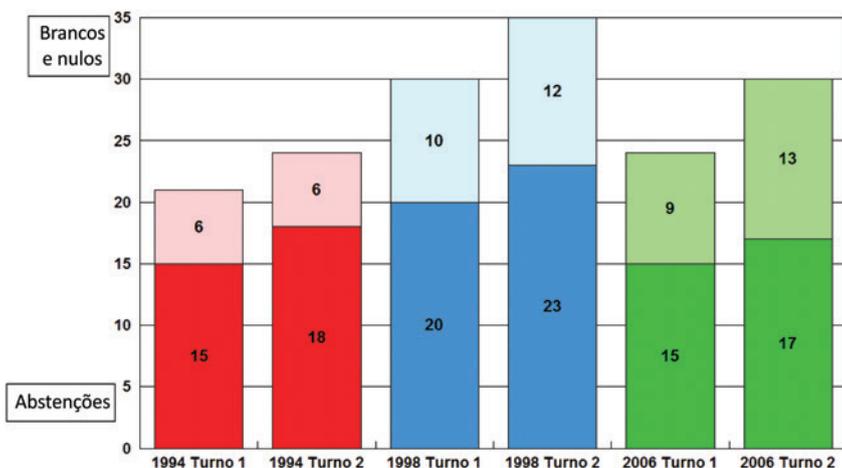
Esse alto valor merece uma explicação. Em 1986 o PMDB elegeu 26 dos 27 governadores no Brasil, em apoio à política do Plano Cruzado, de controle de preços e inflação, implementado no decorrer do governo do presidente José Sarney, signatário dessa legenda, e que naquele momento eleitoral obteve um forte apoio popular, refletido nos resultados da eleição de 1986. Entretanto, na eleição seguinte, além do malogro do Plano Cruzado, a população começava a experimentar as agruras do Plano Collor, principalmente com o confisco dos depósitos de poupança, tornando a eleição no plano nacional mais fragmentada entre os partidos e justificando a votação em branco e nulo que atingiu em 1990

os 20% dos eleitores. Nesse mesmo contexto das eleições de 1990, Leonel Brizola, que já havia sido candidato em 1989 à presidência da República, ganha a eleição no Estado em primeiro turno, com 61% dos votos válidos, também uma expressão dessa insatisfação ao nível regional.

Enquanto as abstenções aumentam entre 1990 e 1998, para depois se reduzirem, as taxas de votos brancos e nulos caem continuamente para as eleições de governador entre 1994 e 2002, quando situam-se em 7%. A disputa estadual para o governo parece ter ficado mais competitiva durante esse período. Entretanto, a partir de 2006, as taxas de votos brancos e nulos voltam a crescer significativamente atingindo 14,5% em 2010.

Da mesma forma que as eleições presidenciais ocorridas entre o primeiro e segundo turno, as eleições para governador do Estado com dois turnos (1994, 1998 e 2006) mostram a mesma e principal característica: um aumento das taxas de não participação entre os dois turnos, reforçando a tese de que o segundo pleito afasta parte dos que participaram do primeiro, em função da recusa das duas alternativas que prevalecem (gráfico 9).

**Gráfico 9 – Taxa de abstenções e de votos brancos e nulos para governador no Estado do Rio de Janeiro (eleições do primeiro e segundo turno), 1994 a 2006**



Fonte: Tribunal Regional Eleitoral/TRE, registros administrativos – 1982 a 2010.

Comparando o crescimento relativo da não participação entre os dois turnos (seja pela abstenção, seja pelos votos brancos), nota-se que para as eleições presidenciais o crescimento dessa não participação é menor do que para as eleições de governador: crescimento relativo entre os turnos de 9,5% em 2002, 8% em 2006 e 13,5% em 2010 nas eleições presidenciais e 14% em 1994, 17% em 1998 e 25% em 2006 para as eleições de governador. A justificativa é o maior apelo das eleições presidenciais, secundadas pelas de governador, reduzindo as perdas na participação.

Uma vez feita a descrição temporal dos indicadores de não participação nos voltaremos para a existência de padrões geográficos para as taxas de abstenção e para as taxas de votos brancos e nulos. A partir de uma análise de correlação e de uma análise fatorial, cujos resultados encontram-se no quadro 5, nos anexos, o procedimento estatístico será explicado mais detalhadamente adiante, quando tratarmos da direção dada aos votos presidenciais e de governador, chegando à conclusão de que a média das taxas de abstenção e de votos brancos e nulos bastam como descritores gerais para o período observado entre 1982 e 2010.

O mapa 3 a seguir mostra a média da taxa para 64 municípios e 26 zonas eleitorais, na medida em que tivemos que regredir às informações para a conformação espacial de 1982, a fim de torná-las compatíveis com as informações posteriores até 2010.

Assim, o mapa que se segue deve ser interpretado levando-se em conta essas duas restrições. Uma a de que se trata de uma média, ou seja, de um padrão, que embora relevante, pois testado estatisticamente, não corresponde a todas as taxas de abstenções observadas no período, tornando-se uma aproximação a mais fiel como um todo do período eleitoral, desconsiderando as particularidades de cada eleição. A outra restrição metodológica reúne municípios recém-criados aos mais antigos, para que a formação da média fosse possível. O mapa deve ser lido, portanto, como uma perspectiva mais regional e menos municipal, o mesmo ocorrendo com as zonas eleitorais que sofreram uma desagregação de 26 para 96 zonas atuais.

Feitas as restrições pode-se observar que o fenômeno das abstenções em geral atinge as regiões norte e noroeste do Estado, alcançando a Região dos Lagos, os municípios de Silva Jardim, Itaguaí, o então

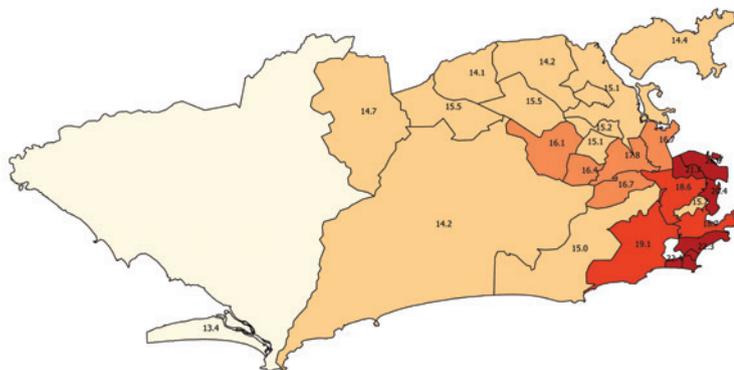
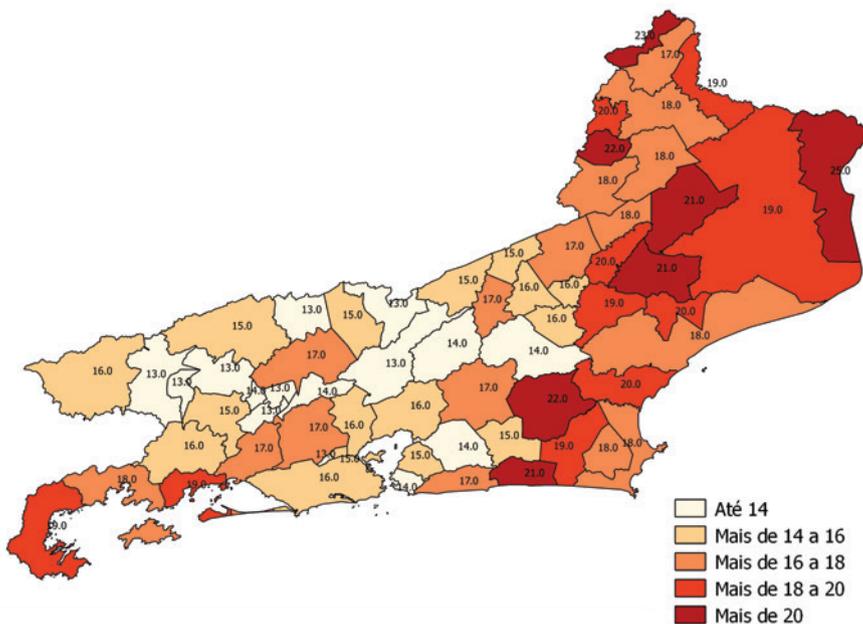
município de Nova Iguaçu e Parati. Dentro da capital, é na faixa litorânea e nas zonas sul e norte, além de alguns subúrbios da Central, onde a incidência é maior, contrastando com as áreas suburbanas de forma geral e com a zona oeste. Como foi visto, torna-se uma dificuldade apontar uma causalidade única ou mesmo múltipla para explicar esse indicador, podendo ser fatores possíveis a idade elevada na zona sul carioca e processos de migração em municípios do norte e noroeste do Estado, por exemplo.

Utilizamos os mesmos procedimentos para os votos brancos e nulos, reunindo as taxas das eleições presidenciais e de governador, obtendo, pela análise das correlações e extraíndo uma análise fatorial, a conclusão de que novamente a média seria adequada para a explicação do padrão geográfico para esse indicador, conforme apresentado no mapa 4.

Pelo cartograma, evidencia-se outro padrão, em que os menores níveis de votos brancos e nulos são em áreas da zona sul e da zona norte do Rio de Janeiro, elevando-se em zonas do subúrbio e zona oeste. Valores maiores são encontrados no interior do Estado em parte da Região Serrana como Teresópolis, Nova Friburgo e municípios em seu entorno, Natividade e Laje de Muriaé no Norte, além de Rio Claro, no lado oposto do Estado. Ainda no interior, a região norte e a Região dos Lagos de maneira geral apresentaram altas taxas de abstenção e detêm taxas mais reduzidas de votos brancos e nulos.

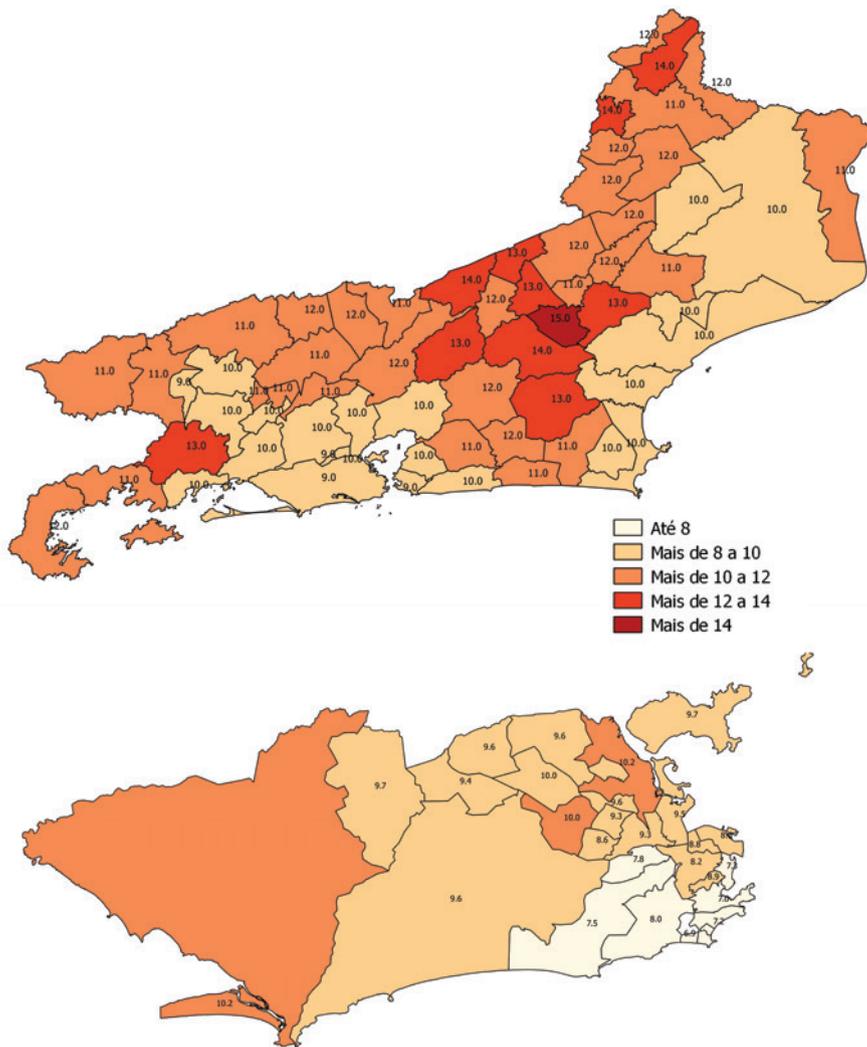
O gráfico 10, correlacionando as taxas de abstenção e a taxa de votos brancos e nulos para as 100 unidades espaciais de análise, identificando as zonas da capital, região metropolitana e interior, mostra uma baixa correlação entre os dois indicadores, atestando que devem ser tratados efetivamente de forma separada. Nota-se ainda, segundo o gráfico, a menor tendência aos votos brancos e nulos na capital, seguida pela região metropolitana e pelo interior, padrão não observado quanto às abstenções. Pelo gráfico 10 observa-se que há uma separação entre a capital, a periferia metropolitana e o interior quanto aos votos brancos e nulos, o que não ocorre com as abstenções.

### Mapa 3 – Taxa de abstenção média entre 1982 e 2010 para eleições de presidente e governador no Estado do Rio de Janeiro (%)



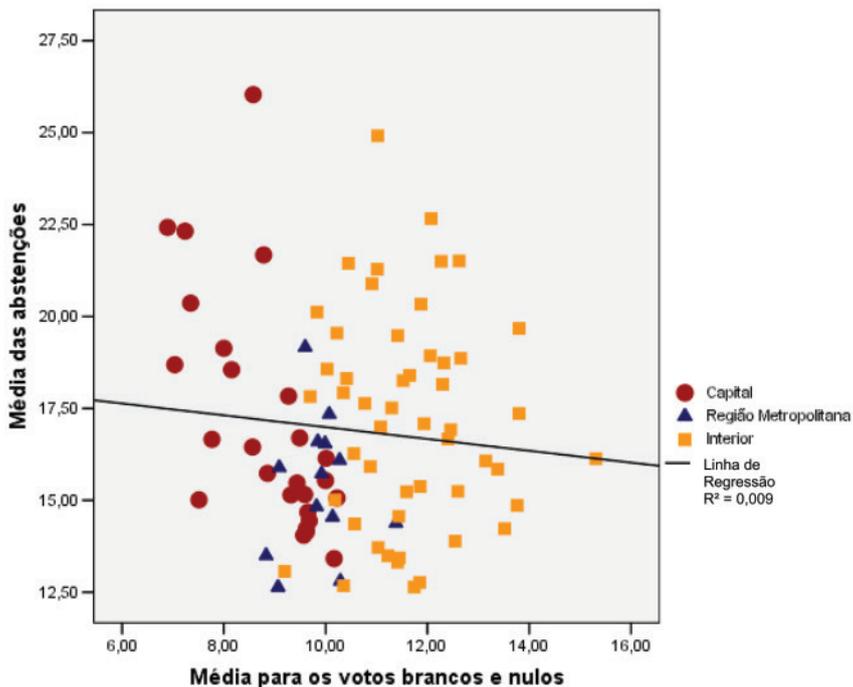
Fonte: Tribunal Regional Eleitoral/TRE, registros administrativos – 1982 a 2010.

### Mapa 4 – Taxa de votos brancos e nulos média entre 1982 e 2010 para eleições de presidente e governador no Estado do Rio de Janeiro (%)



Fonte: Tribunal Regional Eleitoral/TRE, registros administrativos – 1982 a 2010.

**Gráfico 10 – Correlação entre a média das taxas de abstenção e de votos brancos e nulos, de 1982 a 2010, segundo as áreas da capital, região metropolitana e interior do Estado do Rio de Janeiro**



Fonte: Tribunal Regional Eleitoral/TRE, registros administrativos – 1982 a 2010.

## VII. A importância das eleições para presidente e governador

São os cargos para o Executivo federal e estadual os mais importantes na estrutura e na hierarquia dos mandatos majoritários do sistema político brasileiro: uma democracia representativa federalista, republicana e presidencialista, na qual o presidente forma a coalizão necessária para articular a lógica da administração nacional com os interesses regionais, que têm nos governadores figuras centrais. Essa predominância político-institucional é evidentemente complementada pelas demais instituições políticas, incluindo o Executivo municipal, o parlamento (em seus diferentes níveis e composição de interesses) e o Judiciário. Essa lógica do exercício do poder presidencial ligado ao atendimento regional vocalizado pelos governadores é especificado no artigo de Abranches (1988).

As eleições majoritárias, considerando sua maior importância para o eleitorado, traduzem, com seus resultados, diferenças geográficas associadas ao voto, que por sua vez repercutem padrões com significados sociais e demográficos, permitindo uma interpretação sociológica marcada pela atuação das principais lideranças políticas, que ao longo desse processo se apresentam com as suas candidaturas e se colocam, no plano da escolha pelo eleitor, à frente de seus partidos.

Este estudo, como já foi afirmado, trata das eleições para presidente e governador realizadas no período entre 1982 e 2010 no Estado do Rio de Janeiro, sendo essas as disputas que estruturam a política regional.

Pelo exame das similaridades e distâncias geográficas entre as votações obtidas no período, pelas 23 principais candidaturas de presidente e 31 de governador nos municípios do Estado e nas zonas eleitorais da capital, será possível identificar os campos eleitorais predominantes e o seu posicionamento no plano geral das disputas.

O pressuposto presente é que a dimensão geográfica articula-se com a dimensão sociodemográfica, que por sua vez associa-se a padrões de competição eleitoral, ao longo do tempo, tornando-se necessária uma maior especificação de sua estrutura e dinâmica.

Para a análise das distâncias e similaridades entre os candidatos, do ponto de vista geográfico, formaram-se duas matrizes de indicadores, uma para governador e outra para presidente, contendo em um de seus eixos (vertical) o percentual de votos válidos obtido por essas candidaturas, considerando o primeiro e o segundo turno. O eixo horizontal refere-se a 90 unidades espaciais que dividem o Estado em 64 áreas, correspondentes aos municípios existentes em 1982, e à capital, dividida em 26 áreas relativas às zonas eleitorais igualmente existentes em 1982.

Aplicou-se a essa matriz a técnica da análise fatorial, de forma a identificar pela análise estatística a existência de padrões e diferenciais espaciais do voto. A análise fatorial é um instrumento estatístico que surgiu no século XIX, sendo aplicado em estudos sobre a personalidade e aspectos da psicologia humana. Ao longo do século XX sua utilização se estendeu aos domínios dos estudos mercadológicos, até chegar à sua aplicação aos temas geográficos e, na sequência, eleitorais (Taylor e Johnston: 1979).

Uma vez especificados os indicadores (no caso os votos válidos dos candidatos), a análise fatorial por componentes principais hierarquizou os principais fatores extraídos (sendo o primeiro fator mais explicativo que o segundo, e assim sucessivamente). Obteve-se, além da hierarquização, um procedimento de síntese pela identificação das principais forças eleitorais no estado em sua dispersão geográfica.

Convém ainda ressaltar que a análise fatorial não incorpora no seu cálculo efeitos de vizinhança entre áreas, como procedimentos existentes e mais atuais de análise espacial. O efeito de vizinhança obtido é um resultado da análise, e não um pressuposto.

## VIII. As eleições para governador no Rio de Janeiro

O ciclo eleitoral recente, inaugurado em 1982, tem um significado especial para o Estado do Rio de Janeiro, particularmente para a sua atual capital e antigo Estado da Guanabara, pois representa o fim de um período dominado pelo ex-governador Chagas Freitas, indicado pelos militares em 1978 para ocupar o cargo, a despeito de ser filiado ao Movimento Democrático Brasileiro (MDB), o partido da oposição consentida pelo regime naquele momento. Na verdade a eleição de Brizola quebra um tipo específico de fazer política, uma máquina partidária sustentada pela imprensa, por relações de lealdade e intermediação entre o representante e a população, substituindo a ação do Estado com favores e serviços instalados, tendo políticos profissionais como responsáveis. Essa força dominante em 1982 no Rio de Janeiro denominava-se chaguismo (Diniz: 1982).

Naquela eleição de 1982 ressurge da República de 1945 o engenheiro Leonel Brizola, trabalhista, ex-governador do Rio Grande do Sul e ex-deputado federal pelo antigo Estado da Guanabara, sendo um dos principais personagens nos acontecimentos do período seguinte ao suicídio de Vargas, caracterizando-se por suas posições nacionalistas e antigolpistas, especialmente quando ocorre a tentativa de impedimento da posse de João Goulart na presidência da República, em função da renúncia do presidente Jânio Quadros em agosto de 1961.

Brizola irrompe novamente em cena e se torna figura central para a política fluminense durante a década de 1990, exercendo diretamente, ou não, o poder. Exilado durante o regime militar, retorna ao país com o processo de anistia política, disputando as eleições como candidato a governador pelo Partido Democrático Brasileiro (PDT). Na verdade a tradicional sigla do PTB fugiu das mãos de Brizola, por conta de uma manobra, da qual participou a sobrinha do próprio Getúlio Vargas, Ivete Vargas, articulada com o então general Golbery do Couto e Silva, figura de primeira linha do governo militar, sob a aprovação do presidente João Figueiredo.

A eleição de 1982 no Rio de Janeiro foi uma das mais acirradas, com alteração de posicionamento de candidatos e de polarizações, além do

calor dos debates ao vivo, transmitidos pelas diferentes emissoras de televisão e rádio, e a expressiva campanha de rua. Após o processo de apuração, durante o qual ainda foi desmontado um esquema de fraude eletrônica, denominado Proconsult, o Estado do Rio de Janeiro elegeu Leonel Brizola governador.

O seu adversário mais forte naquela eleição foi Wellington Moreira Franco, do Partido Democrático Social (PDS), o partido de apoio ao governo militar. Moreira Franco, ex-prefeito de Niterói, genro de Amarel Peixoto, por sua vez genro de Getúlio Vargas, é entre os principais candidatos aquele que se identifica mais claramente com o interior do Estado, representando, de certo modo, a continuidade do amaralismo, uma linhagem política que exerceu, paralelamente ao governador Chagas Freitas na Guanabara, forte influência na política do estado do Rio de Janeiro.

O Rio de Janeiro, em 1982, foi o único Estado onde o Executivo estadual fora conquistado por um partido (PDT) que não era o Partido Democrático Social (PDS), antiga Aliança Renovadora Nacional (ARENA), que saiu daquela eleição com 12 governadores (entre eles 9 dos Estados da região Nordeste do país), ou pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), antigo MDB, partido de oposição ao regime militar, que elegeu 9 governadores em 1982. O gráfico 11 mostra os resultados para as eleições de governador no período entre 1982 e 2010.

Ocorria nesse momento o realinhamento social e ideológico do eleitorado face aos governos estadual e federal, e também em relação à ruptura provocada pelo governo militar após as eleições realizadas em 1965, momento a partir do qual mantiveram-se suspensas as eleições para governador de Estado no Brasil. Foi, conforme assinalado, a primeira eleição para uma nova unidade da federação formada em 1975 pela fusão dos antigos Estados da Guanabara e do Rio de Janeiro. Para um maior detalhamento sobre este realinhamento ver Souza, Lima Junior e Figueiredo (1982).

Em 1986, ocorre a vitória de Moreira Franco, pelo PMDB, liderando uma ampla coligação, em uma conjuntura na qual o Plano Cruzado faria o PMDB conquistar 26 dos 27 governos estaduais. Moreira Franco era o candidato ideal, pois acumulava a votação obtida na eleição

anterior, bastando fazer a sua passagem do PDS para o PMDB. Darcy Ribeiro, candidato do PDT, chega em segundo lugar nesse pleito de 1986, com 36% dos votos válidos, um percentual superior ao obtido por Brizola em 1982 (34%) e em uma das eleições mais disputadas do país. Mesmo derrotado o PDT crescia eleitoralmente no decorrer da década de 1980, atingindo seu auge em 1990, com a eleição novamente de Brizola, no primeiro turno, com 61% dos votos.

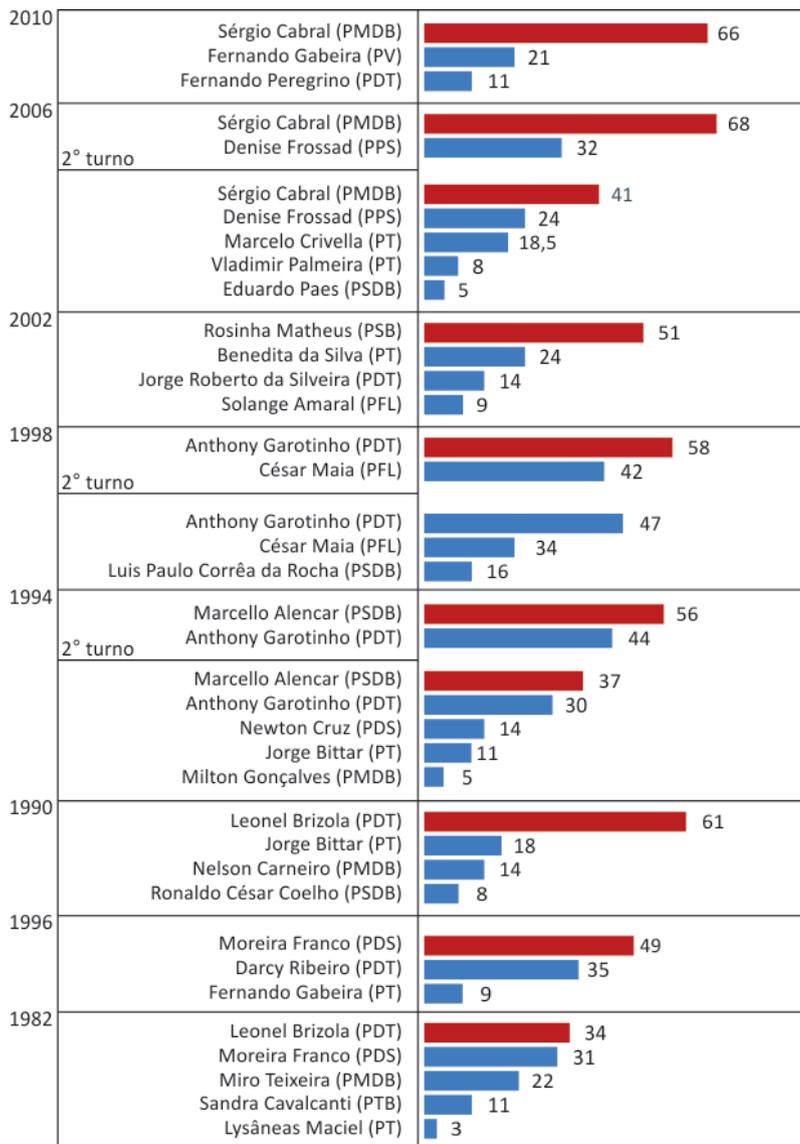
Em 1994, o PDT experimenta uma nova derrota eleitoral, coincidindo com um processo de alternância de poder dentro do partido, inaugurando-se um novo campo eleitoral liderado por Anthony Garotinho, candidato do PDT em 1994. Alcançando 30% dos votos naquela eleição, no primeiro turno, Garotinho é derrotado no segundo por Marcello Alencar (PSDB), advogado de presos políticos da ditadura, trabalhista e um dos políticos mais próximos a Brizola até exercer o mandato de prefeito, eleito em 1988 pelo PDT, e romper com o partido, filiando-se então, ao PSDB.

Marcello Alencar deixou uma marca positiva como prefeito da cidade do Rio de Janeiro, pela remodelagem urbana que propiciou, com a maior capacidade financeira e administrativa obtida após a Constituição de 1988, facilitando a sua gestão como prefeito e, outro fator importante, pela concessão de títulos de propriedade para moradores informais da zona oeste da cidade. Isso fez a sua gestão contrastar com a de Saturnino Braga (PDT), ainda que tenha sido eleito por esse partido até a ruptura com Brizola.

Além disso, a discussão sobre o recrudescimento da violência no Estado atinge outro patamar, em que o comércio de cocaína se expande e se consolida na metrópole e no Estado, associado ao armamento pesado dos traficantes, que passam a ditar a ordem nas comunidades sob o seu domínio, o que contrastava com o discurso dos direitos humanos defendido pelo governo Brizola e outros partidos de esquerda, sendo um dos principais argumentos contra a muitas vezes despropositada repressão policial que ia além do alvo representado pelo tráfico, nas comunidades cariocas.

Uma vez no governo, Marcello Alencar não consegue repetir o sucesso de sua gestão municipal em um Estado coberto de dificuldades que iam desde a questão financeira, a despeito de programas internacionais vultosos como o de despoluição da Baía de Guanabara e da ins-

## Gráfico II – Votos válidos para candidatos a governador no Estado do Rio de Janeiro, 1982 a 2010



Fonte: Tribunal Regional Eleitoral/TRE, registros administrativos – 1982 a 2010.

talação de uma indústria automobilística em Resende, até os persistentes problemas relativos à segurança pública.

Nesse contexto, com o desgaste pessoal de Leonel Brizola, Garotinho passa, então, a partir de 1994, a representar eleitoralmente a outra ponta do ciclo inicialmente brizolista. Político do interior, originário da esquerda (com passagem pelo PT), elege-se deputado estadual, duas vezes prefeito de Campos, secretário de estado na área de agricultura no segundo governo de Brizola, e após a malsucedida candidatura em 1994, torna-se governador em 1998. O PT também participa da aliança em 1998, seguindo a composição nacional entre os dois partidos que tornava Lula o candidato a presidente e Brizola a vice.

O movimento eleitoral seguinte de Garotinho o fez candidato a presidente da República pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB), em 2002. Durante sua gestão Garotinho buscou a marca popular, inaugurando restaurantes com refeições a um real, piscinões em áreas periféricas como Ramos e São Gonçalo, além de tentar promover outro estilo para a segurança pública, por meio das denominadas e modernizadas delegacias legais.

Por outro lado, a negociação com o governo federal das dívidas acumuladas pelo Estado, a expansão da extração do petróleo no Estado, o aumento do ICM em boa parte devido à explosão das vendas de telefonia celular fez com que a sua gestão parecesse aos olhos do eleitor melhor que a antecedente, o que fez com que Garotinho ambicionasse a presidência em 2002, tendo sua mulher como candidata ao governo do Estado no mesmo ano.

Em 2002, Rosinha Matheus Garotinho (PSB), ex-secretária de Estado de Garotinho, torna-se governadora do Estado, no primeiro turno, com 51% dos votos válidos (segunda maior votação em primeiro turno até então), superando a candidatura de Benedita da Silva, do PT, que, como vice-governadora, foi uma das lideranças da coalizão de governo entre 1999 e 2000, momento em que ocorre uma divisão entre as duas forças, culminando com a entrega de cargos pelo PT, permanecendo a vice-governadora, pois tinha sido eleita diretamente.

Nessa eleição Rosinha também supera Jorge Roberto da Silveira pelo PDT. Esse é o momento do desfecho do processo de sucessão da

liderança de Brizola e de consolidação de um novo campo político que se torna predominante.

O ciclo começa a se desfazer com o não êxito de Garotinho como candidato a presidente em 2002 e, principalmente, com um governo de Rosinha que não consegue repetir o sucesso da gestão anterior, mais isolado politicamente, sem articulação nacional, pois o PT tornaria Lula presidente. Isola-se também na relação com o prefeito César Maia, então do PFL, eleito em 2000 e reeleito em 2004.

Em 2006 articula-se a candidatura do então senador Sérgio Cabral pelo PMDB, em um contexto de rearticulação das forças políticas no Estado tendo como principais oponentes a juíza Denise Frossard (PPS), o pastor Marcelo Crivella (PRB), a candidatura de Vladimir Palmeira (PT), que não constituía a hegemonia no seu partido, e a de Eduardo Paes (PSDB). Uma disputa com um formato diferente das eleições anteriores, representando uma ruptura e um realinhamento com o que vinham a ser as disputas entre 1982 e 2002.

A partir do início de seu governo, Sérgio Cabral estabelece uma aliança que vai ser a sua marca: o alinhamento entre o governo federal, o governo estadual e o governo municipal, favorecido pela reeleição de Lula em 2006 e pela eleição de Eduardo Paes em 2008, pela legenda do PMDB, como prefeito.

A tríplice aliança, os programas empreendidos pelo governo federal, o anúncio de eventos futuros na cidade do Rio de Janeiro alavancaram o governo Cabral, que ainda trouxe o PT para dentro do governo e promoveu uma política de intervenção nas favelas cariocas denominada Unidade de Polícia Pacificadora, que gerou uma imagem de relativa pacificação no Estado (tendo efetivamente uma melhoria dos indicadores de violência e criminalidade). O contexto econômico nacional lhe foi igualmente favorável, com o crescimento da economia e redução do desemprego.

Em 2010, Sérgio Cabral torna-se governador pela segunda vez, sem dificuldades, atingindo 66% dos votos válidos no primeiro turno, a mais alta votação proporcional já atingida por um candidato em todo o período, aproveitando-se dos elementos gerados na sua primeira gestão e constituindo um novo ciclo eleitoral no Estado.

Apesar de impulsionada por eventos internacionais como a Copa do Mundo em 2014 e a Olimpíada em 2016, que trouxeram recursos para a cidade e o Estado, sua segunda gestão foi mais dificultada, por motivos diversos. Primeiro a reavaliação do destino dos royalties do petróleo, que prejudicou o Estado com perdas de recursos. Problemas crescentes em relação à gestão das UPPs, inclusive com excessos por parte da PM e com a timidez na alocação de recursos públicos pelo Estado e pelos programas de governo. Soma-se a isso o lançamento de uma candidatura própria pelo PT, desfazendo a aliança construída a partir de 2006.

Agravou-se negativamente a sua avaliação no último período em curso, a partir de junho de 2013, com as manifestações públicas de descontentamento com os serviços públicos, em particular transportes e saúde, questionamentos sobre as obras empreendidas para a realização da Copa do Mundo em 2014 e o simbolismo de um governador, que a despeito de problemas vivenciados pela população, usou helicóptero para seus deslocamentos. A eleição de 2010, por conta dessa nova conjuntura, encontra-se aberta com um número expressivo de candidatos.

A direção do voto para o Executivo, medida pelas candidaturas para governador no Rio de Janeiro entre 1982 e 2010, permitiu, feita a breve descrição histórica acima, identificar padrões de competição eleitoral associados a continuidades geográficas, que por sua vez expressam diferenças demográficas, econômicas, entre outras diferenças estruturais e que segmentam o Estado. Assim, o espaço geográfico, que denota a segmentação social no Estado, articula-se ao significado que os resultados eleitorais traduzem.

O quadro 3 mostra os resultados da análise fatorial, que extraiu três fatores, com a variância total explicada de 71,4%, sendo o poder explicativo máximo de 100%. Trata-se, de um bom modelo de análise do ponto de vista estatístico.

**O fator 1** é o principal, respondendo por 40,4% da variância total, opondo candidaturas em dois grupos, por meio dos escores positivos e negativos. Os escores positivos vão de Denise Frossard (2006) até Vladimir Palmeira do PT (2006), enquanto os escores negativos reúnem desde Sérgio Cabral (2006) a Luis Paulo Correa da Rocha (1998, pelo PSDB). Em resumo, reúne candidatos do PT e do campo conservador de diversos partidos (escores positivos) opondo-os a candidaturas com

### Quadro 3 – Análise fatorial de componentes principais para o percentual de votos válidos de candidaturas para governador no Estado do Rio de Janeiro, 1982 a 2010

	Fator 1	Fator 2	Fator 3	Variância Explicada (%)
Denise Frossard (PPS), 2006, segundo turno	0,90	0,11	0,21	Fator 1 40,4
Benedita da Silva (PT), 2002, primeiro turno	0,88	0,28	0,02	
Denise Frossard (PPS), 2006, primeiro turno	0,88	0,16	0,22	Fator 2 16,0
Jorge Bittar (PT), 1990, primeiro turno	0,87	0,31	0,17	Fator 3 15,0
Fernando Gabeira (PV), 2010, primeiro turno	0,82	0,20	0,17	Total 71,4
Fernando Gabeira (PT), 1986	0,82	0,19	-0,18	
Newton Cruz (PDS), 1994, primeiro turno	0,82	0,18	0,30	
Lysâneas Maciel (PT), 1982	0,76	0,43	0,05	
Jorge Roberto da Silveira (PDT), 2002, primeiro turno	0,75	0,03	0,22	
Jorge Bittar (PT), 1994, primeiro turno	0,75	0,26	-0,05	
Solange Amaral (PFL), 2002, primeiro turno	0,73	0,46	0,34	
César Maia (PFL), 1998, primeiro turno	0,72	0,11	0,50	
César Maia, 1998 (PFL), segundo turno	0,70	0,20	0,60	
Ronaldo César Coelho (PSDB), 1990, primeiro turno	0,64	-0,40	-0,01	
Eduardo Paes (PSDB), 2006, primeiro turno	0,62	0,08	0,29	
Sandra Cavalcanti (PTB), 1982	0,43	0,21	0,04	
Vladimir Palmeira (PT), 2006, primeiro turno	0,43	0,42	-0,34	
Sérgio Cabral (PMDB), 2006, segundo turno	-0,90	-0,12	-0,22	
Rosinha Matheus (PSB), 2002, primeiro turno	-0,90	-0,29	-0,17	
Sérgio Cabral (PMDB), 2006, primeiro turno	-0,83	-0,45	0,02	
Anthony Garotinho (PDT), 1998, segundo turno	-0,70	-0,20	-0,60	
Leonel Brizola (PDT), 1990, primeiro turno	-0,71	0,48	-0,34	
Fernando Peregrino (PDT), 2010, primeiro turno,	-0,61	-0,06	-0,36	
Sérgio Cabral (PMDB), 2010, primeiro turno	-0,45	-0,20	0,06	
Luis Paulo Correa da Rocha (PSDB), 1998, primeiro turno	-0,31	-0,02	0,38	
Darcy Ribeiro (PDT), 1986	0,00	0,95	0,14	
Leonel Brizola (PDT), 1982	0,42	0,82	0,27	
Moreira Franco (PMDB), 1986	-0,27	-0,93	-0,07	
Nelson Carneiro (PMDB), primeiro turno, 1990	-0,23	-0,80	0,28	
Miro Teixeira (PMDB), 1982	-0,53	-0,65	-0,23	
Moreira Franco (PDS), 1982	-0,32	-0,60	-0,14	
Marcello Alencar (PSDB), 1994, segundo turno	0,48	0,13	0,80	
Marcello Alencar (PSDB), 1994, primeiro turno	-0,01	0,09	0,89	
Anthony Garotinho (PDT), 1994, segundo turno	-0,48	-0,13	-0,80	
Anthony Garotinho (PDT), 1998, primeiro turno	-0,57	-0,13	-0,70	
Anthony Garotinho (PDT), 1994, primeiro turno	-0,57	-0,19	-0,67	
Marcelo Crivella (PRB), 2006, primeiro turno	-0,23	0,52	-0,53	
Milton Gonçalves (PMDB), primeiro turno 1994	0,05	0,09	-0,16	

Fonte: Tribunal Regional Eleitoral/TRE, registros administrativos – 1982 a 2010.

Nota: para a extração dos fatores foi utilizado o método Varimax com a normalização Kaiser.

maior apelo popular. O mapa 5 gerado para esse fator ilustra a segmentação espacial mais expressiva do estado, durante o período entre 1982 e 2010. Nota-se que a maior parte dos candidatos está associada a esse fator, incluindo os mais recentes.

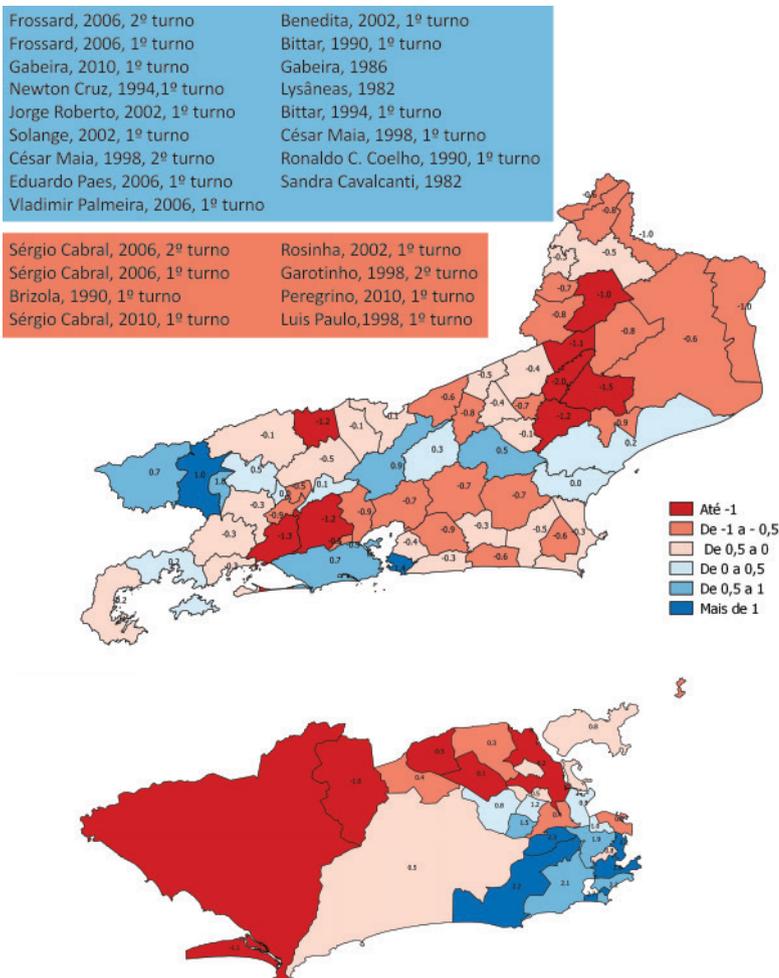
Por esse mapa percebemos uma maior participação do primeiro campo (azul) nas áreas centrais do município do Rio, perdendo força à medida que se avança para a periferia. Por outro lado, para o Estado como um todo apresenta-se mais forte na capital e em um conjunto de municípios que são polos de maior desenvolvimento como Niterói, municípios da região serrana, sul fluminense, Macaé e Casimiro de Abreu. O norte e noroeste do Estado, assim como os municípios do entorno metropolitanos, são mais refratários. Ao contrário, o segundo campo mais popular é mais expressivo nas periferias da capital e da metrópole, destacando-se ainda municípios do norte fluminense.

**O fator 2** expressa principalmente a segmentação eleitoral e espacial do Estado no início do período (1982 e 1986), opondo o voto de Brizola e de Darcy Ribeiro (1986), com escores positivos, tendo do lado oposto seus principais adversários. Essa é a segunda maior segmentação espacial do Estado, representando 16% da variação total, ou seja, destaca a votação do PDT na primeira metade do ciclo eleitoral, que representa a fase de ascensão do partido como sua principal força.

O mapa 6 indica a força do brizolismo nesse momento inicial nas áreas periféricas da capital do Estado, em seu entorno metropolitano, no município de Campos e em Volta Redonda. Essa forte concentração nessas áreas constituiu a força originária do PDT. Couberam aos seus adversários as áreas centrais da capital e o interior de uma maneira geral.

**O fator 3** é representativo da ruptura do brizolismo e da formação de um novo campo político dominado por Garotinho, especialmente nas eleições de 1994 e 1998, quando se demonstra um terceiro padrão espacial para a disputa eleitoral. Enquanto Garotinho domina boa parte do interior (especialmente o norte, noroeste até a Região dos Lagos), sendo expressivo ainda em Volta Redonda e seu entorno, no município de Niterói e seu entorno. Já Marcello Alencar concentra seu voto na capital e em um número menor de municípios do interior, sintetizando então a oposição capital versus interior, a característica predominante daquela eleição. Esse fator corresponde a 15% da variação total.

## Mapa 5 – Análise fatorial de componentes principais para o percentual de votos válidos de candidaturas para governador no Estado do Rio de Janeiro, 1982 a 2010, Fator I



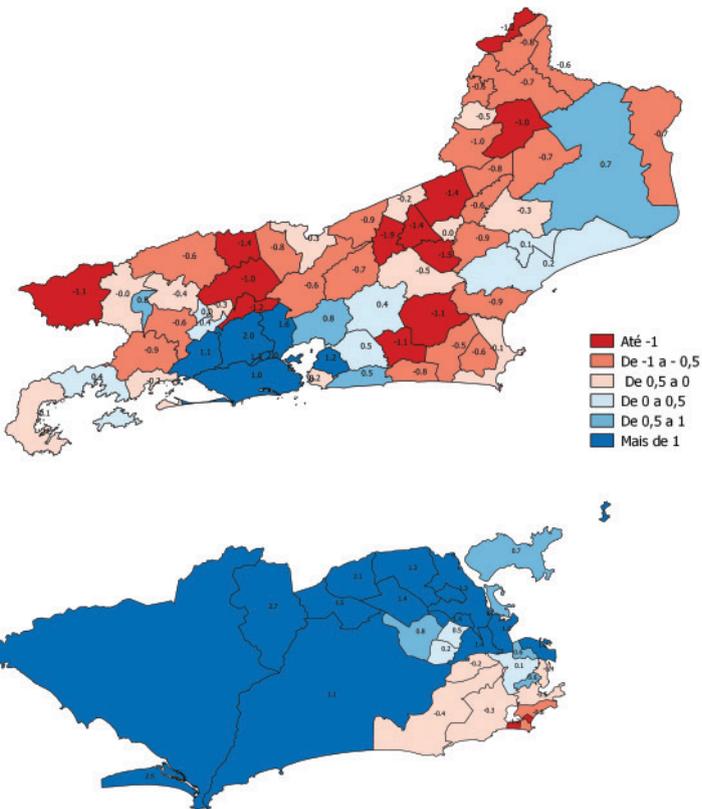
Fonte: Tribunal Regional Eleitoral/TRE, registros administrativos – 1982 a 2010.

Nota: para a extração dos fatores foi utilizado o método Varimax com a normalização Kaiser.

## Mapa 6 – Análise fatorial de componentes principais para o percentual de votos válidos de candidaturas para governador no Estado do Rio de Janeiro, 1982 a 2010

### Fator 2

Darcy, 1986	Brizola, 1982
Moreira, 1986	Nelson Carneiro, 1º turno, 1990
Miro, 1982	Moreira, 1982



Fonte: Tribunal Regional Eleitoral/TRE, registros administrativos – 1982 a 2010.

Nota: para a extração dos fatores foi utilizado o método Varimax com a normalização Kaiser.

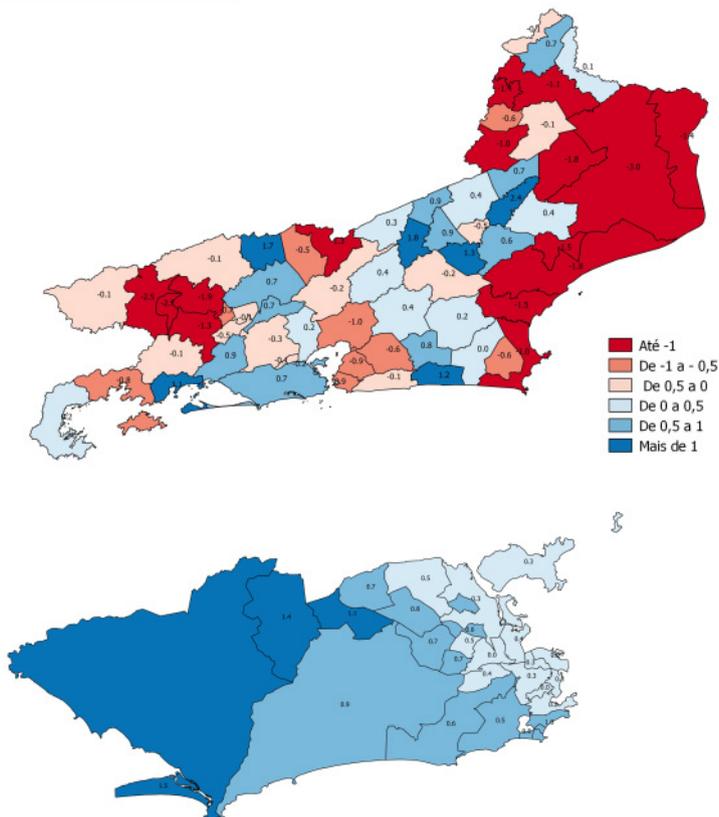
## Mapa 7 – Análise fatorial de componentes principais para o percentual de votos válidos, de candidaturas para governador no Estado do Rio de Janeiro, 1982 a 2010

### Fator 3

Garotinho, 1994, 2º turno,  
Garotinho 1994, 1º turno,  
Milton Gonçalves, 1º turno 1994

Garotinho, 1998, 1º turno  
Marcelo Crivella, 2006, 1º turno

Marcello Alencar, 1994, 2º turno  
Marcello Alencar, 1994, 1º turno



Fonte: Tribunal Regional Eleitoral/TRE, registros administrativos – 1982 a 2010.

Nota: para a extração dos fatores foi utilizado o método Varimax com a normalização Kaiser.

## IX. As eleições para presidente no Rio de Janeiro

O ano de 1989 marca o fim do período autoritário e da transição democrática no Brasil, com a consagração das primeiras eleições diretas para presidente, após a realização das eleições para governador em 1982 e 1986, e da eleição indireta de Tancredo Neves para presidente em 1985 (sendo substituído por José Sarney), passando pelas eleições para a Assembleia Constituinte em 1988 para finalmente chegar às eleições de 1989.

Essas últimas eleições foram caracterizadas pela introdução de dois turnos eleitorais, pela profusão de candidatos e partidos, pela forte mobilização nas ruas pelas campanhas, pela intensa utilização da mídia e pelo inevitável interesse gerado pela eleição em si, na medida em que gerações não haviam experimentado a experiência de votar para presidente, o que na verdade acontecera, pela última vez, 29 anos antes, em 1960, com a vitória de Jânio Quadros.

A campanha presidencial de 1989 ocorreu sob um forte clima oposicionista, especialmente contra o governo de José Sarney, que viu seu plano de combate à alta inflação anual que alcançou três dígitos ruir, em um contexto de crescimento econômico insignificante e com uma alta taxa de desemprego.

O primeiro turno foi marcado por um número expressivo de candidatos, sendo que no correr da campanha a disputa estava centrada em quatro deles: Luiz Inácio da Silva, o Lula (PT), Fernando Collor de Mello (PRN), Leonel Brizola (PDT) e Mário Covas (PSD).

Foram para o segundo turno dessa eleição o ex-governador de Alagoas Fernando Collor, com 30,5% dos votos válidos, e o líder sindical Lula, com 17,2%, superando por pouco o ex-governador fluminense Leonel Brizola, com 16,6%.

Collor surgiu nas eleições de 1989 como uma figura nova e carismática, com uma carreira política meteórica, obtendo notabilidade nacional ao marcar a sua gestão política como governador de Alagoas, estabelecendo uma marca de eficiência, dinamismo, independência e moralidade administrativa. Fernando Collor de Mello, empresário de comunicações, utilizou-se eficazmente dos recursos de marketing elei-

toral e contou com apoio da mídia e de empresários, concentrando em sua figura pessoal a tônica e estratégia da campanha.

Já a candidatura de Lula foi a de um representante de uma coligação de esquerda, liderada pelo seu partido, o PT, recém-criado e que desde sua origem teve como base, além dos sindicatos, os movimentos sociais organizados, contando ainda com o apoio de parte das comunidades eclesiais católicas.

Na disputa para o segundo turno verificou-se uma ascensão de Lula e uma retração na candidatura de Collor até as vésperas do pleito. Na reta final, fatos como a aparição de uma ex-namorada de Lula desferindo acusações pessoais e trazendo a público informações de existência de sua filha, e o último debate entre os dois candidatos, transmitido pela Rede Globo, que no dia seguinte trouxe uma edição claramente favorável a Collor, mudaram a tendência de véspera.

Elegeu-se Fernando Collor com 53% dos votos válidos, em uma das mais disputadas eleições ocorridas no Brasil para presidente, inaugurando o período das seis eleições aqui examinadas.

Se do ponto de vista nacional a polarização entre Collor e Lula acabou prevalecendo, no Estado do Rio de Janeiro o contexto era totalmente diferente. Brizola atingiu 52% dos votos válidos em 1982, o maior percentual até hoje alcançado no Estado por um candidato à presidência, em um primeiro turno. A expressiva votação concentrada que obteve no Rio de Janeiro e no Rio Grande do Sul, onde havia sido governador, deu-lhe o volume de votos que quase o levou ao segundo turno. Fernando Collor obteve 16% dos votos válidos no Rio de Janeiro, Lula, 12% e Mário Covas, 9%.

No segundo turno, no Rio, o apoio direto de Brizola fez com que Lula alcançasse 73% dos votos válidos, contra 23% de Collor, por conta dessa transferência. Não seria a única vez que isso aconteceria. A força regional do brizolismo ajudou a alavancar a liderança nacional de Lula, que disputou sucessivas eleições após 1989 (ver o gráfico 12).

O processo de impeachment enfrentado por Fernando Collor ocorre após a sua frustrada tentativa de conter a inflação, diante de um cenário ainda restrito do ponto de vista econômico. O seu Plano Collor e a tentativa de estabelecer uma política neoliberal encontraram resistência e

desgaste crescente junto à população, provocando recessão e aumento do desemprego.

Mas foi o escândalo a partir de uma entrevista de seu irmão Pedro Collor, que trouxe informações sobre um sistema de corrupção comandado por seu ex-tesoureiro de campanha, Paulo César Faria, que desencadeou um forte movimento popular, inicialmente ignorado pela mídia, mas que se tornou forte o suficiente para derrubar o presidente por meio do primeiro processo de impeachment da América Latina, votado pelo Congresso em 1992.

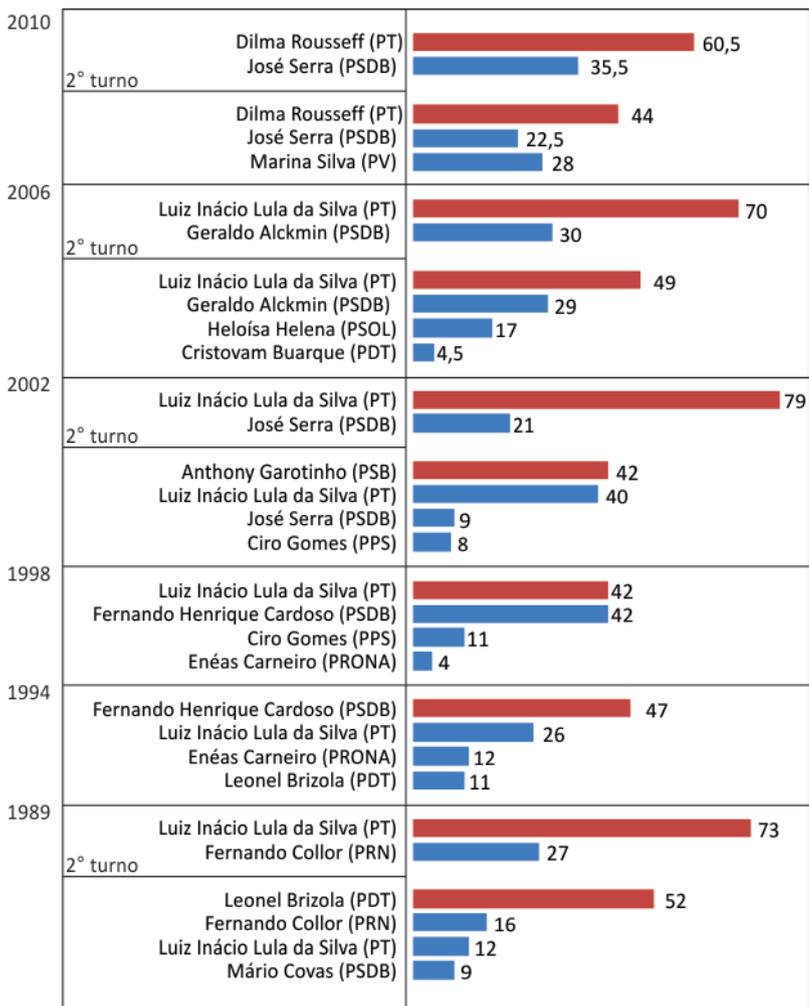
Collor foi substituído pelo seu vice-presidente Itamar Franco, que gozou de certa popularidade durante o seu mandato, tentando formar um governo de união nacional tendo como uma de suas principais marcas a convocação do plebiscito sobre a forma e o sistema de governo no país, que foram mantidos, sendo derrotadas as propostas de monarquia e de parlamentarismo. Entretanto, a marca principal veio em 1994, junto com a candidatura de Fernando Henrique Cardoso, ministro da Economia do governo Itamar, que, articulado a um grupo de economistas ligados ao PSDB, lançou ao final de julho de 1994 um novo plano econômico, denominado Plano Real.

O Plano Real na verdade voltava a combater a inflação, que no mês de julho de 1994 quase bateu na casa dos 50%, estabelecendo regras de conversão monetária inicialmente por meio de uma unidade real de valor (URV), procedendo o processo de desindexação da economia e instituindo uma nova moeda, o real. O plano econômico do governo dera sinais positivos de controle da hiperinflação, provocando uma retenção da renda para os setores mais desprovidos da sociedade, gerando um clima de segurança na economia.

Com o Plano Real a candidatura de Fernando Henrique Cardoso à presidência ganha um impulso forte o suficiente para superar a até então favorita candidatura de Lula. 34,4 milhões de votos foram dados a Fernando Henrique (54,3% dos votos válidos) contra Lula, com 17,1 milhões, ou 27% dos votos válidos. Seguiram-se Enéas Carneiro, do PRONA (7,4%), Orestes Quércia, do PMDB (4,3%), e Leonel Brizola, com 3,2%.

Essa eleição de 1994, do ponto de vista regional, constituiu uma linha divisória, que marca o fim do brizolismo e da liderança do líder

## Gráfico 12 – Votos válidos para candidatos a presidente da República no Estado do Rio de Janeiro, 1989 a 2010



Fonte: Tribunal Regional Eleitoral/TRE, registros administrativos – 1982 a 2010.

gaúcho no plano nacional e também no Estado. Havia quatro anos que Brizola se tornava novamente governador, eleito em primeiro turno, ainda no rastro da eleição anterior para presidente, que ao menos reforçou a sua posição de liderança regional. Porém, como foi visto, o segundo mandato de Brizola não foi igual ao primeiro e os resultados da eleição presidencial de 1994 para o Rio de Janeiro (gráfico 12) ilustram essa situação: Fernando Henrique alcança 47% dos votos válidos, tendo Lula 26%, um cenário diverso do nacional, enquanto Enéas Carneiro supera a votação de Brizola, com 12% contra 11%, respectivamente. A partir daí Brizola exerce uma influência secundária, ainda que ativa, conforme irá mostrar a eleição seguinte.

O Plano Real e a estabilização econômica deram a Fernando Henrique e ao PSDB o seu segundo mandato, pois o primeiro foi marcado por algumas tímidas ações na área social, que culminaram com a tentativa de implementação de uma Rede de Proteção Social, inspiração do programa de renda mínima e do Bolsa Escola, já defendidos pelo PT. A aliança do PSDB com o PFL dentro da lógica de formação de uma base de sustentação de governo lhe permitiu articular uma mudança na Constituição, com o apoio do PMDB, que aprovou a instituição de um segundo mandato, por meio da reeleição, que de fato ocorreu em 1998, novamente com a consagração de Fernando Henrique com um novo mandato, conquistado novamente no primeiro turno, com 53% dos votos válidos, com Lula novamente candidato e em segundo lugar (Brizola foi o seu vice), aumentando o seu percentual para 32%, A seguir veio o ex-governador do Ceará, Ciro Gomes (11%).

No plano regional a situação modificou-se se comparada com a eleição anterior. Fernando Henrique e Lula alcançaram o mesmo percentual de votos (42%), com leve vantagem para Lula, diminuindo a distância de 1994. Ciro Gomes (11%) e Enéas Carneiro (4%) aparecem em seguida. Pode-se inferir que no plano regional a conjugação entre PT e PDT redefiniu uma posição diferenciada quanto ao país como um todo. Vale lembrar que Garotinho torna-se governador, apoiado diretamente por Leonel Brizola. O brizolismo dessa forma ainda persiste como força no Estado, lançando uma nova liderança.

O segundo mandato de Fernando Henrique é marcado pelo contexto internacional de crise cambial e financeira. O governo torna a política neoliberal o seu guia, promovendo a desestatização, o controle maior

sobre as contas públicas e os gastos estatais e uma tentativa de maior planejamento da economia sobre estas bases.

O efeito do Plano Real se extingue. Há uma crise na base do governo com a ruptura com o PFL, em parte pela morte do considerado sucessor natural de Fernando Henrique, o deputado Luis Eduardo Magalhães, em 1998, e posteriormente pelo escândalo envolvendo a renúncia do seu pai, o cacique da política baiana Antonio Carlos Magalhães, acusado de receber informações sobre listas de votação eletrônica, supostamente sigilosas.

Ao final do governo uma crise energética, com um consequente racionamento, derruba a sua popularidade, combinada com as críticas da oposição a um governo que no mínimo foi tímido em relação às políticas sociais. Restou ao PSDB lançar a candidatura de José Serra, ministro da pasta da Saúde e responsável pela implementação do Sistema Único de Saúde (SUS), que reunia os três entes federados para a gestão do sistema.

A eleição de 2002 colocava novamente o candidato natural do PT, Lula, contra José Serra, do PSDB, caracterizando aí a polarização principal no plano nacional que condicionou as eleições. Além da polarização partidária, secundarizada pelo PMDB e PFL, o eixo de decisão sobre as candidaturas nacionais partia de São Paulo, origem e Estado-força das duas legendas em questão. Essa característica serve para a explicação do papel secundário tanto do PT quanto do PSDB no Estado do Rio de Janeiro, podendo ser considerados partidos satélites. Mas, no caso do PT a força originária do brizolismo o impulsionou.

O contexto da eleição de 2002 foi favorável a Lula, desde a conjuntura internacional e nacional, aliada ao fracionamento interno que começou a aflorar no PSDB paulista, manifestando-se mais fortemente nas eleições seguintes. Particularmente o mote da eleição era a questão social, uma vez resolvido o drama inflacionário.

Após três eleições perdidas, o Lula que se apresentou em 2002 era outro, a começar pela Carta aos Brasileiros, um indício de clara moderação aos elementos programáticos mais à esquerda do PT presentes nas campanhas pretéritas. Além disso, o PT e Lula descobriram o marketing propositivo, mudando sua imagem e linguagem, tratando de

elementos de rejeição por boa parte do eleitorado. O Lula de 2002 era completamente diferente do Lula de 1989, tanto do ponto de vista formal, em relação ao conteúdo de suas propostas.

Por isso atacava, sempre de forma propositiva, o flanco aberto deixado pelo PSDB nos seus oito anos de gestão, especialmente a questão social, que passava pela situação de miséria, pobreza e desemprego, problemas vivenciados por grande parte da população. A campanha de 2002, embora o PSDB tivesse o apoio da grande mídia e de setores empresariais, faria Lula presidente, passando por dois turnos, com uma votação superior a Serra no primeiro turno por 46% contra 23%, seguido por Garotinho (18%) e Ciro Gomes (12%). No segundo turno, com o apoio de Garotinho e Ciro Gomes, Lula atinge 61% dos votos válidos, contra 39% de Serra.

Do ponto de vista regional, a lógica para o Rio de Janeiro é novamente diferenciada. Da mesma forma que Brizola em 1989, Garotinho, originário desse campo político, porém já rompido com o ex-governador, obteve uma expressiva votação: 42%, deixando Lula em segundo lugar, com 40%. Rosinha Matheus, esposa de Garotinho, ganhava a eleição no Estado, deixando a candidata Benedita da Silva, do PT, bem distante.

A história torna-se semelhante ao que aconteceu em 1989 no segundo turno. Lula obtém 70% dos votos válidos, decorrentes principalmente da transferência de votos dados a Garotinho no primeiro turno, sendo beneficiário mais uma vez da força de outro campo político que não o seu, consolidando a sua posição no Estado como a mais forte liderança nacional.

O governo Lula, após experimentar uma fase de ajustes, consegue enfim desenhar programas de assistência social e forte apelo popular como o Bolsa Família, ao mesmo tempo em que tenta estabelecer um programa de investimento econômico, baseado na parceria pública e privada, chegando à formulação do Programa de Aceleração da Economia. Por outro lado, a conjuntura internacional facilitou o crescimento do país, que passou a apresentar valores crescentes para o PIB, ao contrário das décadas anteriores.

O primeiro mandato de Lula foi de forma geral considerado positivo pela população, até que a partir de 2004 um conjunto de acusações

de corrupção envolveu o governo, até a emergência do escândalo denominado Mensalão, em 2005, que jogou o governo em uma crise, atingindo o gabinete presidencial, especialmente José Dirceu, então chefe da Casa Civil e personagem forte dentro do PT e junto a Lula. Apesar de ter sua origem junto ao PSDB mineiro, o Mensalão dominou o noticiário desde esse momento, culminando com a cassação de mandatos, dentre eles o de José Dirceu, atravessando os governos seguintes, com o julgamento do caso pelo TSE e a condenação dos réus, entre eles figuras da linha de frente do PT, como o próprio José Dirceu, José Genoíno e João Paulo Cunha.

Porém, o escândalo do Mensalão e outras denúncias pela mídia não impediram a reeleição de Lula no ano seguinte, em 2006, contra o ex-governador paulista Geraldo Alckmin, pois o presidente gozava de forte popularidade, muito em função da implementação dos programas sociais do governo, e afastara o temor da instabilidade econômica que o PT geraria se chegasse ao governo, um argumento usado pelos adversários e fortalecido com o surgimento de um índice denominado risco Brasil, ainda na campanha de 2002, calculado por agências internacionais e que subia na medida em que a intenção de voto em Lula, medido pelos institutos de opinião, também aumentava.

Pelo lado do PSDB, nitidamente se apresentava um dissenso interno, principalmente na sua principal seção paulista, que acabou lançando Geraldo Alckmin. Apesar da postura que procurava apresentar uma candidatura mais eficaz e moralizadora, o PSDB consegue novamente levar a disputa para o segundo turno, mas não impede a nova vitória de Lula, com 49% dos votos válidos no primeiro turno, seguido por Alckmin (41%) e Heloísa Helena (7%). No segundo turno atinge 39% contra 61% do candidato do PT.

No Rio de Janeiro, a posição de Lula superava a de qualquer campo regional. O ciclo do casal Garotinho e Rosinha havia se esgotado, sendo substituído pela figura do senador Sérgio Cabral, que dá outra conotação à eleição no Estado, desfeito de qualquer vestígio brizolista e tendo como principal oponente a juíza Denise Frossard, iniciante na vida partidária e focada no tema da segurança pública. Frossard alcança o segundo turno, mas é derrotada com alta margem de vantagem por Sérgio Cabral. Apesar de lançar o candidato Vladimir Palmeira no primeiro turno, o PT passa a apoiar o senador e fará parte do seu governo.

O segundo mandato de Lula foi mais favorável, tanto do ponto de vista das ações do governo, consolidando e intensificando seus programas sociais, como do contexto nacional e internacional. Assim, temos um período de baixa inflação, queda expressiva do desemprego, aumento das exportações, crescimento do PIB, com uma média de 3,5% no primeiro mandato de Lula e 4,5% no segundo, atingindo 7,5% em 2009. Nem mesmo a forte crise financeira que atingiu em cheio os países centrais do Ocidente, a partir de 2008, jogando-os em uma forte recessão, abalaram os indicadores positivos do país.

As acusações de corrupção e ineficiência não atingiram a popularidade de Lula, que ao final do mandato atinge o recorde histórico de 80% de aprovação.

Por outro lado, a oposição, especialmente o PSDB, não conseguiu ter a força necessária para impor uma alternativa consistente ao governo, atendo-se em parte às denúncias de corrupção e às críticas à condução da política econômica, como a necessidade de cortes de gastos públicos, ineficiência dos serviços e de investimentos em infraestrutura, sem que, no entanto, encontrasse um mote para um confronto mais consistente com o governo. Coube à mídia tentar assumir esse papel, durante todo o governo de Lula, com uma sistemática e diversificada pauta de críticas.

Outro fator restritivo ao PSDB foi a persistência da disputa interna, não apenas restrita aos líderes paulistanos, mas envolvendo a pré-candidatura de Aécio Neves para as eleições de 2010. José Serra, após vencer a batalha interna do partido, torna-se novamente candidato, enquanto o PT, por orientação de Lula, lança Dilma Rousseff, chefe de gabinete da Casa Civil e ex-ministra da área de energia.

Nessa eleição o PT traz como candidato a vice-presidente Michel Temer, do PMDB, o que fortalece a sua posição, pois o alia a um dos mais fortes partidos nacionais.

Apesar do lançamento de uma candidata inicialmente desconhecida pela população, Dilma Rousseff, replica no nível nacional o que ocorreu nas eleições vencidas pelo PT em 2002 e 2006. No primeiro turno atinge 47% dos votos válidos, contra 33% de José Serra e 19% de Marina Silva (PV), ex-integrante do governo do PT, tendo sido ministra na área ambiental e apresentando-se como terceira via.

Em que pesem acusações contra a candidata do PT, ao final do primeiro turno, sobre sua opinião favorável ao aborto, em que até declarações do papa constituíram material para esse cenário, Dilma vence o segundo turno e, a despeito de uma eventual aliança entre José Serra e Marina Silva, que não acontece, torna-se presidente, dando o terceiro mandato ao PT com 56% dos votos válidos contra 44% de José Serra.

No Rio de Janeiro, a hegemonia petista se consolida, abarcando a administração do Estado, pois Sérgio Cabral, que já havia feito o seu primeiro governo com a participação do PT, recebe ainda no primeiro turno o apoio do partido, consolidando a tríplice aliança entre a instância federal, estadual e municipal. Dilma recebe 44% dos votos válidos no primeiro turno, contra 28% de Marina Silva e 22,5% de José Serra. No segundo turno atinge 60,5% dos votos contra 35,5% de Serra. A eleição de Sérgio Cabral no primeiro turno e a expressiva votação de Dilma nos dois turnos deixam em aberto a continuidade ou não desse ciclo de transição, dada a extensão do número de forças e interesses aí aglutinados nessa tríplice aliança.

Ressalve-se ainda que a votação de Marina Silva também sinaliza para a possível emergência de um novo campo político e eleitoral diferenciado no Estado, evidenciando forças alternativas à dicotomia entre PT e PSDB, sinalizadas para a eleição de 2014.

A análise fatorial empreendida a partir das votações presidenciais no Estado do Rio de Janeiro gerou uma explicação para o padrão geográfico do voto que atingiu 78,7% da variação total a ser explicada. Isso significa que os padrões observados são claros, mais do que a análise empreendida para as eleições de governador. O quadro 4 e os mapas 8, 9 e 10 mostram os resultados.

**O fator 1** é o mais importante (com 44,8% da variação total explicada) divide a maior parte das candidaturas presidenciais do período em dois campos, representados pelos escores positivos (em azul) e negativos (em vermelho). No primeiro campo estão principalmente a maior parte das candidaturas do PT, as de Brizola, além das candidaturas de Enéas e Marina Silva. Estas candidaturas apresentam um padrão geográfico aproximado.

No outro campo encontram-se a maior parte das candidaturas do PSDB, além do PRN, de Collor. Ou seja, a maior segmentação eleitoral

no estado para as eleições presidenciais reside na oposição entre PT e PSDB, traduzindo a polarização nacional, embora seja secundada pela posição de Brizola.

Pelo mapa 8 observa-se que o campo associado ao PT e ao brizolismo (quando disputa as eleições presidenciais) tem uma forte concentração metropolitana, incluindo o município de Campos e seu entorno, assim como Volta Redonda e seu entorno. Cabe ao PSDB a força do interior, sendo expressivo na região serrana, seguindo em uma faixa contínua até o norte do estado, além de municípios localizados ao sul fluminense.

Na capital, é igualmente clara a divisão, sendo o PSDB mais forte nas zonas sul, norte e áreas mais centrais da cidade, enquanto o PT e as candidaturas nacionais de Brizola são mais robustas em toda a área suburbana e periférica da cidade.

**O fator 2**, com 23,8% de variação explicada corresponde a uma certa variação do primeiro fator, apresentando nuances. Os escores positivos mostram a votação de Covas em 1989, Ciro Gomes, em 1998 e 2002, Cristóvam Buarque em 2006, e curiosamente, Lula em 2002 (primeiro turno). No outro campo Garotinho em 2002 e Lula em 2006 no primeiro turno.

Na verdade em 2002, em função da candidatura de Garotinho (que liderou a disputa no primeiro turno no estado), Lula apresenta um perfil diferenciado, com uma votação mais concentrada nas áreas centrais da cidade e fora da região metropolitana. Neste confronto o voto das áreas populares favorece Garotinho, conforme observa-se nos escores negativos (em vermelho). Entretanto, em 2006, com a ausência de Garotinho na disputa, Lula volta a adquirir o seu perfil mais popular, semelhante ao de seu adversário na eleição anterior. Na verdade como já foi afirmado, o PT a partir de 2006, impõe-se regionalmente no Estado, em parte pela aliança com o PMDB de Sérgio Cabral, em parte pelo desgaste dos governos Garotinho e Rosinha.

**O fator 3**, com 10,1% de explicação, torna-se menos relevante e de certa forma “a-histórico”, pois confronta a votação de Heloísa Helena em 2006 com a de Lula no primeiro turno de 1989. Ali, como na eleição de 2002, Lula teve a concorrência de Leonel Brizola, o que tornou a sua votação mais concentrada nas áreas centrais da cidade carioca e especialmente na região e no entorno de Volta Redonda.

## Quadro 4 – Análise fatorial de componentes principais para o percentual de votos válidos de candidaturas para presidente no Estado do Rio de Janeiro, 1982 a 2010

	Fator 1	Fator 2	Fator 3											
Luiz Inácio Lula da Silva (PT), 2002 segundo turno	<b>0,93</b>	0,22	0,05	<table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>Variância Explicada (%)</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Fator 1</td> <td>44,8</td> </tr> <tr> <td>Fator 2</td> <td>23,8</td> </tr> <tr> <td>Fator 3</td> <td>10,1</td> </tr> <tr> <td>Total</td> <td>78,7</td> </tr> </tbody> </table>		Variância Explicada (%)	Fator 1	44,8	Fator 2	23,8	Fator 3	10,1	Total	78,7
	Variância Explicada (%)													
Fator 1	44,8													
Fator 2	23,8													
Fator 3	10,1													
Total	78,7													
Luiz Inácio Lula da Silva (PT), 1998, primeiro turno	<b>0,91</b>	0,12	-0,07											
Enéas Carneiro (PRONA), 1994, primeiro turno	<b>0,86</b>	0,01	0,21											
Dilma Rousseff (PT), 2010, segundo turno	<b>0,85</b>	-0,28	-0,20											
Enéas Carneiro (PRONA), 1998, primeiro turno	<b>0,79</b>	0,09	0,27											
Luiz Inácio Lula da Silva (PT), 1989, segundo turno	<b>0,76</b>	0,06	0,28											
Luiz Inácio Lula da Silva (PT), 2006, segundo turno	<b>0,75</b>	-0,61	-0,12											
Luiz Inácio Lula da Silva (PT), 1994, primeiro turno	<b>0,70</b>	0,50	-0,35											
Leonel Brizola (PT), 1994, primeiro turno	<b>0,65</b>	-0,27	0,38											
Leonel Brizola (PT), 1989, primeiro turno	<b>0,64</b>	-0,42	0,48											
Dilma Rousseff (PT), 2010, primeiro turno	<b>0,62</b>	-0,49	-0,30											
Marina Silva (PV), 2010, primeiro turno	<b>0,60</b>	0,44	0,22											
Fernando Henrique Cardoso (PSDB), 1994, primeiro turno	<b>-0,94</b>	-0,20	0,04											
José Serra (PSDB), 2010, primeiro turno	<b>-0,94</b>	0,04	0,07											
José Serra (PSDB), 2002, segundo turno	<b>-0,93</b>	-0,22	-0,05											
Fernando Henrique Cardoso (PSDB), 1998, primeiro turno	<b>-0,89</b>	-0,33	0,04											
Fernando Collor de Mello (PRN), 1989, primeiro turno	<b>-0,88</b>	-0,07	-0,20											
José Serra (PSDB), 2010, segundo turno	<b>-0,85</b>	0,28	0,20											
Geraldo Alckmin (PSDB), 2006, segundo turno	<b>-0,78</b>	0,56	0,12											
Fernando Collor de Mello (PRN), 1989, segundo turno	<b>-0,76</b>	-0,06	-0,28											
Geraldo Alckmin (PSDB), 2006, primeiro turno	<b>-0,67</b>	-0,10	0,30											
José Serra (PSDB), 2002, primeiro turno	<b>-0,67</b>	0,49	-0,04											
Mario Covas (PSDB), 1989, primeiro turno	-0,02	<b>0,90</b>	-0,06											
Ciro Gomes (PPS), 2002, primeiro turno	0,11	<b>0,90</b>	0,04											
Cristovam Buarque (PDT), 2006, primeiro turno	0,08	<b>0,89</b>	0,06											
Ciro Gomes (PPS), 1998, primeiro turno	0,10	<b>0,87</b>	-0,03											
Luiz Inácio Lula da Silva (PT), 2002, primeiro turno	0,56	<b>0,74</b>	-0,14											
Anthony Garotinho (PSB), 2002, primeiro turno	-0,22	<b>-0,89</b>	0,10											
Luiz Inácio Lula da Silva (PT), 2006, primeiro turno	0,57	<b>-0,68</b>	-0,34											
Heloísa Helena (PSOL), 2006, primeiro turno	0,09	0,12	<b>0,70</b>											
Luiz Inácio Lula da Silva (PT), 1989, primeiro turno	0,42	0,29	<b>-0,57</b>											

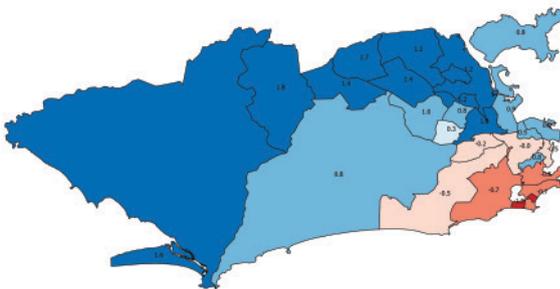
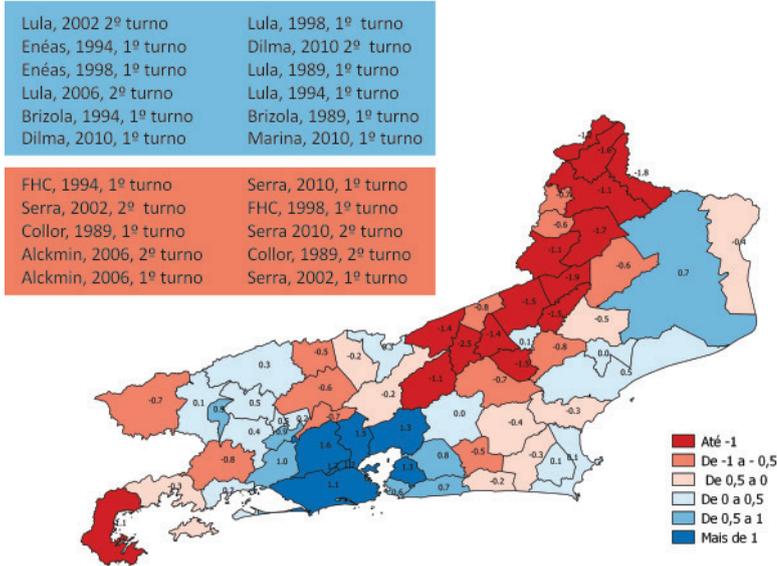
Fonte: Tribunal Regional Eleitoral/TRE, registros administrativos – 1982 a 2010.

Nota: para a extração dos fatores foi utilizado o método Varimax com a normalização Kaiser.

A candidatura de Heloísa Helena combinou uma maior expressividade em áreas periféricas da capital com maior apoio na região serrana, na região dos lagos e no Norte fluminense, um perfil bem diferenciado para os padrões predominantes.

## Mapa 8 – Análise fatorial de componentes principais para o percentual de votos válidos de candidaturas para presidente no Estado do Rio de Janeiro, 1982 a 2010

### Fator I

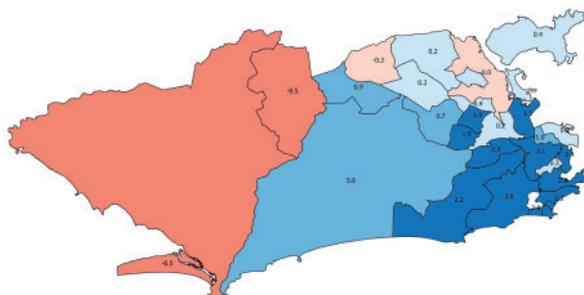
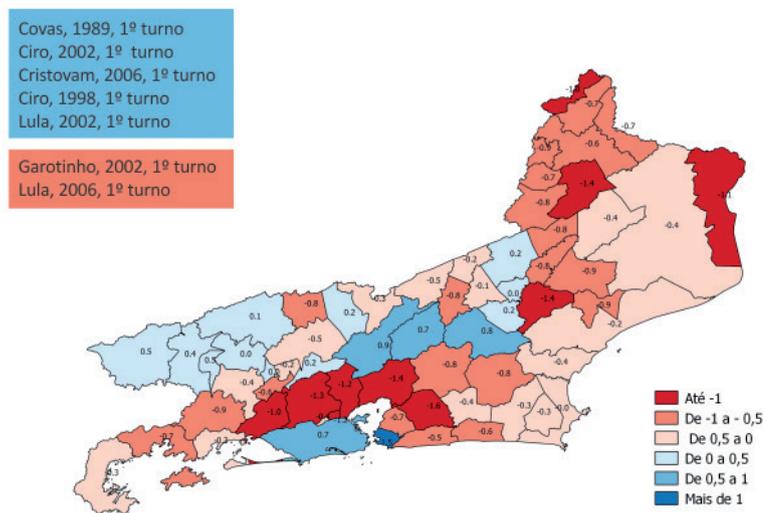


Fonte: Tribunal Regional Eleitoral/TRE, registros administrativos – 1982 a 2010.

Nota: para a extração dos fatores foi utilizado o método Varimax com a normalização Kaiser.

## Mapa 9 – Análise fatorial de componentes principais para o percentual de votos válidos de candidaturas para presidente no Estado do Rio de Janeiro, 1982 a 2010

### Fator 2



Fonte: Tribunal Regional Eleitoral/TRE, registros administrativos – 1982 a 2010.

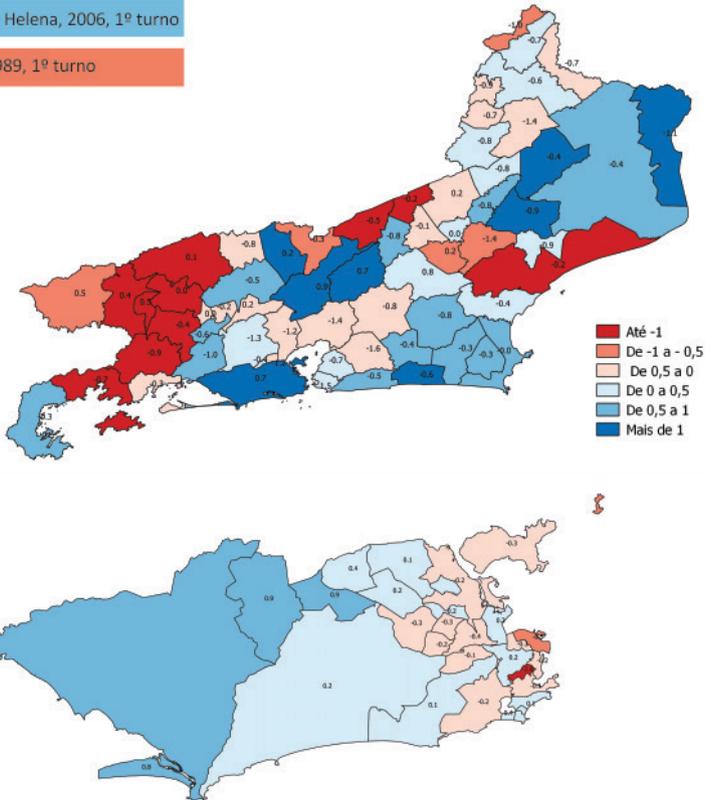
Nota: para a extração dos fatores foi utilizado o método Varimax com a normalização Kaiser.

## Mapa 10 – Análise fatorial de componentes principais para o percentual de votos válidos de candidaturas para presidente no Estado do Rio de Janeiro, 1982 a 2010

### Fator 3

Helois Helena, 2006, 1º turno

Lula, 1989, 1º turno



Fonte: Tribunal Regional Eleitoral/TRE, registros administrativos – 1982 a 2010.

Nota: para a extração dos fatores foi utilizado o método Varimax com a normalização Kaiser.

## X. Considerações finais

Antes de avaliarmos as hipóteses centrais deste estudo, registamos que, do ponto de vista demográfico, a relação entre o eleitorado e a população se alterou de forma significativa no período entre 1982 e 2010, momento em que a proporção de eleitores aumentou de 53,4% para 72%. A concentração da população continua intensa. Em 2010, cinco dos 92 municípios (Rio de Janeiro, São Gonçalo, Duque de Caxias, Nova Iguaçu e Niterói) concentravam 59% do total de eleitores, sendo que os 20 maiores atingem 83%.

Outra constatação importante é o menor peso relativo da capital e especialmente de suas áreas centrais como o centro e a zona sul em relação ao eleitorado total do Estado, denotando uma, ainda que lenta, desconcentração. Em 1982, a capital detinha 48% dos eleitores, a sua periferia metropolitana 30% e o interior 22%. Em 2010, a relação passa a ser 40%, 33% e 27%, respectivamente.

Retomando as hipóteses aqui tratadas, podemos afirmar que existem padrões espaciais bem definidos para o voto de presidente e governador no Estado e no município do Rio de Janeiro entre 1982 e 2010, desde os indicadores de participação eleitoral aos de direção de voto.

No caso da participação eleitoral verificamos a distinção entre a taxa de abstenção e a de votos brancos e nulos, que se apresentam de certa forma homogêneas no período, sendo que a média das taxas de votos brancos e nulos correspondem a um padrão próximo ao da segmentação socioespacial no Estado, distinguindo a capital e a região metropolitana entre o seu núcleo e suas periferias, assim como polos de cidades que se destacam no interior do Estado. A oposição entre favela e asfalto não foi possível de ser observada na escala geográfica de análise, com 100 unidades espaciais. As médias para as abstenções são mais indeterminadas, podendo ser destacada a sua maior incidência na zona sul e centro da capital, no norte, noroeste e Região dos Lagos do Estado.

Nota-se um alto patamar para as taxas de abstenção e votos brancos e nulos tomadas conjuntamente, atingindo 26% em 2010 para as eleições para presidente e 31,5% para as de governador. Outro aspecto diz

respeito ao aumento sistemático das taxas para todas as eleições que tiveram segundo turno, entre um turno e outro.

As eleições para governador apresentaram por sua vez um padrão espacial bem definido, opondo candidaturas das áreas centrais da cidade e de seus municípios polos às áreas periféricas e aos municípios mais pobres, especialmente da região metropolitana. Os governos de Brizola, Garotinho, Rosinha e Sérgio Cabral formam campos políticos vitoriosos a partir das áreas mais populares, dando uma conotação clara para a principal segmentação socioespacial do Estado.

A eleição de 1994 merece destaque, uma vez que a principal segmentação ocorre entre a capital e o interior, representados pelas candidaturas de Marcello Alencar (ex-prefeito da capital que se elege governador) e Garotinho (ex-prefeito de Campos que inicia a sua ascensão política, elegendendo-se governador em 1998). As eleições de Marcello Alencar e Moreira Franco constituem, principalmente a deste último, em 1986, exceções ao padrão dominante.

Quanto às eleições presidenciais a segmentação socioespacial se apresenta de forma igualmente significativa, opondo principalmente as candidaturas de Brizola e Lula às dos candidatos do PSDB e Collor. A polarização entre PSDB e PT verificada no plano nacional é replicada no Estado, tendo, no entanto, a mediação do PDT de Brizola e posteriormente de Garotinho (pelo PDT e PSB). É o que acontece particularmente nas eleições de 1989 e principalmente em 2002, em que Lula, no segundo turno, altera o seu perfil tornando-se mais presente nas áreas mais populares do Estado.

Os dois gráficos (13 e 14) mostram a representação dos principais campos eleitorais que se formaram ao longo do tempo no Estado, relativos às disputas de governador e presidente. Somaram-se os votos válidos para os principais candidatos dos diversos campos, sendo que em alguns casos quando um campo se transforma em outro, mas tem um período comum, como no caso da passagem do campo brizolista para o de Garotinho, há uma área de interseção, com a computação dos votos válidos para os dois campos.

Pelo gráfico 13 nota-se a força do brizolismo no período, secundada pelo campo de Garotinho e Rosinha. O PT apresenta uma força secun-

dária, porém mais importante quando se coliga com o governo Garotinho e Sérgio Cabral, opondo-se a uma posição minoritária do partido quando apresenta candidaturas próprias. Poderíamos afirmar então a existência de duas posturas distintas do PT no Estado.

Os demais campos apresentados, ainda que importantes, são minoritários, como o caso de Moreira Franco (com suas votações em 1982 e 1986) e Marcello Alencar com Luis Paulo Correa da Rocha (em 1994 e 1998).

Quanto aos campos políticos representados pelas candidaturas presidenciais, a hegemonia alcançada pelo PT é inquestionável, ascendente no período e, conforme já observado, se valendo da aliança com o brizolismo e das transferências ocorridas no segundo turno a seu favor. O segundo campo principal é referente às votações do PSDB no período, de Covas a Alckmin, mas, ao contrário do PT, apresentando uma tendência decrescente.

O campo brizolista, mais significativo para as eleições de governador, é relevante nas eleições presidenciais, embora seja uma terceira força, em função da ausência de êxito nas eleições nacionais, e com consequente perda de sua força e posterior fortalecimento de Garotinho e Rosinha, seguido por Sérgio Cabral. O PV de Marina Silva merece destaque como uma força alternativa às demais, que se colocou nas recentes eleições de 2010.

Os campos políticos delimitados a partir deste estudo atestam a sua formação e mudanças ao longo do período pela sucessão de forças. Do brizolismo e do PDT, passando por Garotinho e Rosinha, chegando a Sérgio Cabral, sendo o PT uma força secundária regionalmente, quando são consideradas as eleições de governador. Por outro lado, reafirma-se a formação e predominância da polarização regional existente entre o PT e o PSDB, quando se trata das eleições presidenciais, com o predomínio da força petista.

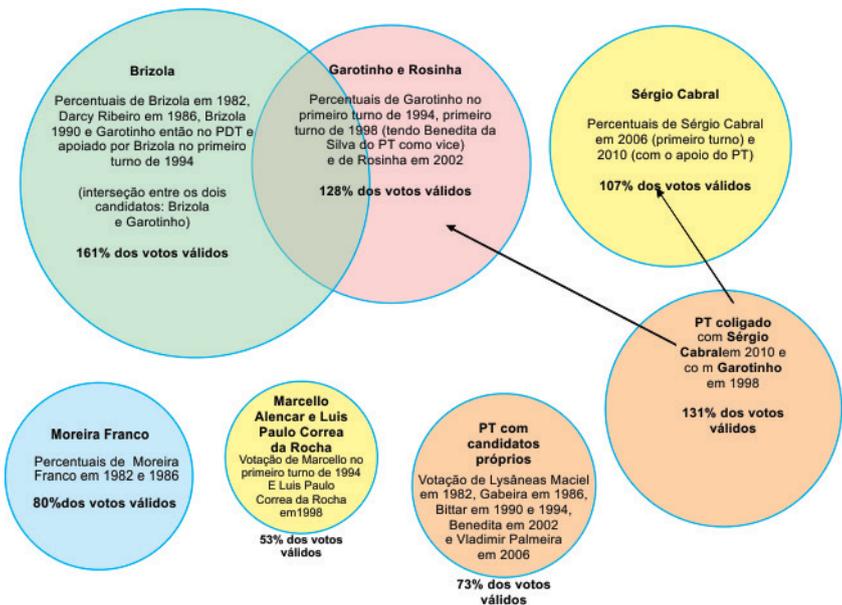
Dessa forma, os campos predominantes nas duas eleições são expressivos da segmentação socioespacial e representam principalmente as áreas menos favorecidas e mais pobres, tanto da cidade quanto do Estado.

Esse padrão recorrente faz com que a alternância e a permanência dos campos eleitorais a partir da disputa para os dois principais cargos

do executivo sejam marcadas pela estrutura e segmentação observada no Estado.

A sinalização eleitoral do Estado é então bem definida. Trata-se de uma vontade agregada pelo voto que, nesses 28 anos de eleições, se coloca pela reversão da ainda perversa situação socioeconômica existente, a despeito da força dessa vontade.

### Gráfico 13 – Representação dos principais campos políticos eleitorais para as candidaturas para governador no Estado do Rio de Janeiro, 1982 a 2010

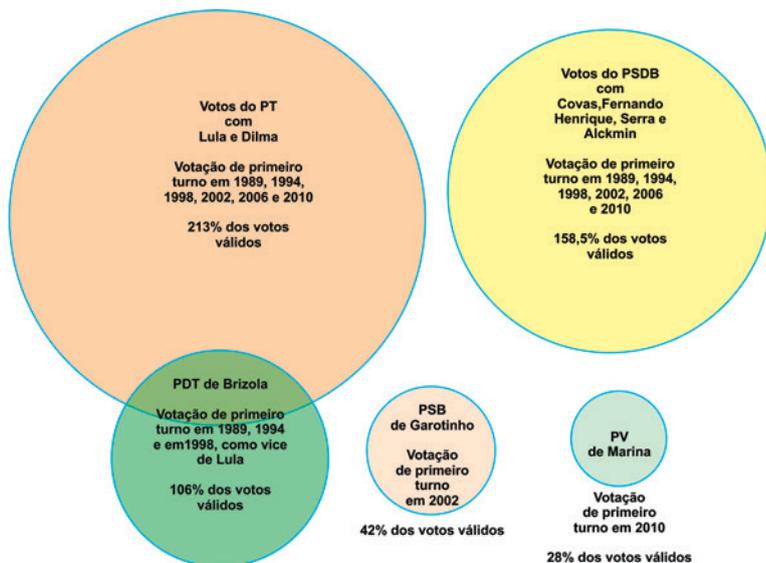


1982

2010

Fonte: Tribunal Regional Eleitoral/TRE, registros administrativos – 1982 a 2010.

## Gráfico 14 – Representação dos principais campos políticos eleitorais para as candidaturas para presidente no Estado do Rio de Janeiro, 1989 a 2010



1989

2010

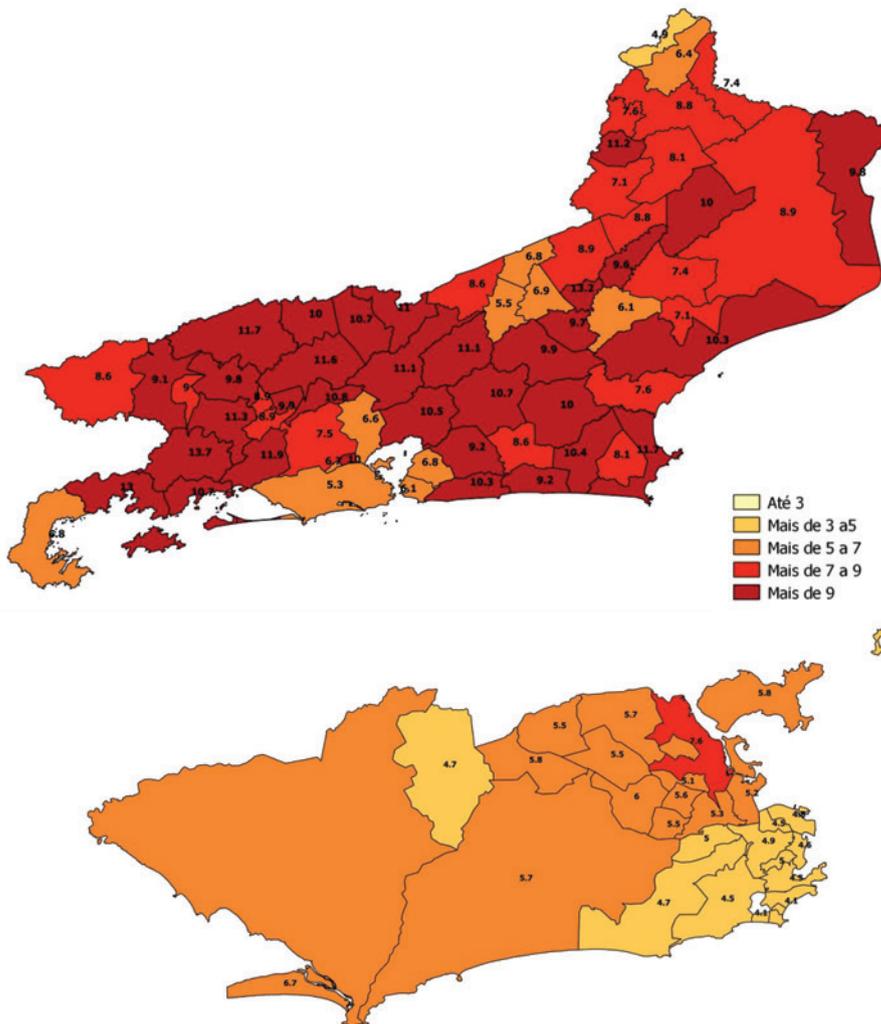
Fonte: Tribunal Regional Eleitoral/TRE, registros administrativos – 1982 a 2010.

## **XI. Mapas das eleições para governador no Estado do Rio de Janeiro (1986 - 2010)**

**Mapas das eleições para governador de 1982**



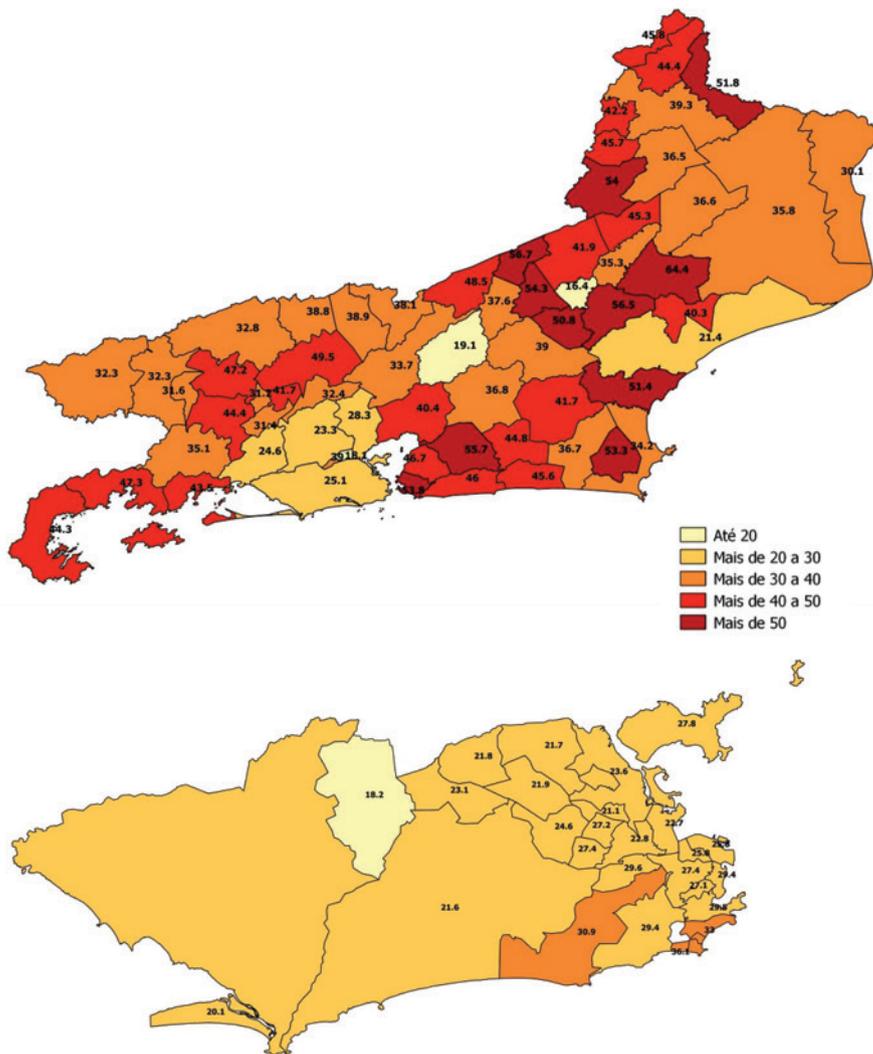
## Taxa de votos brancos e nulos para governador no Estado do Rio de Janeiro, 1982 (%)



Fonte: Tribunal Regional Eleitoral/TRE, registros administrativos – 1982 a 2010



## Votos válidos de Moreira Franco (PDS) para governador no Estado do Rio de Janeiro, 1982 (%)



Fonte: Tribunal Regional Eleitoral/TRE, registros administrativos – 1982 a 2010

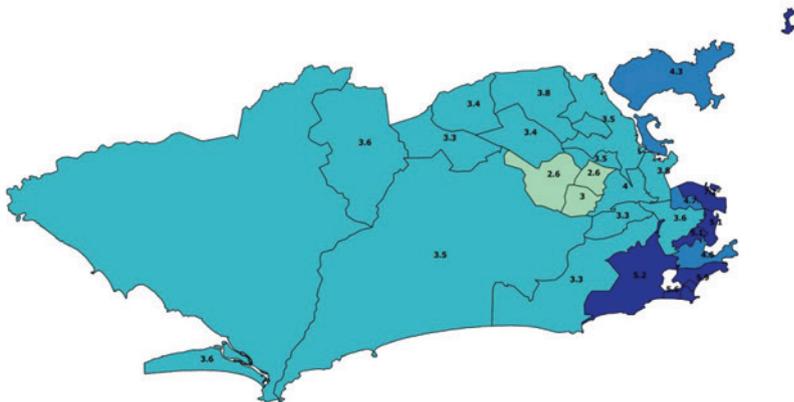
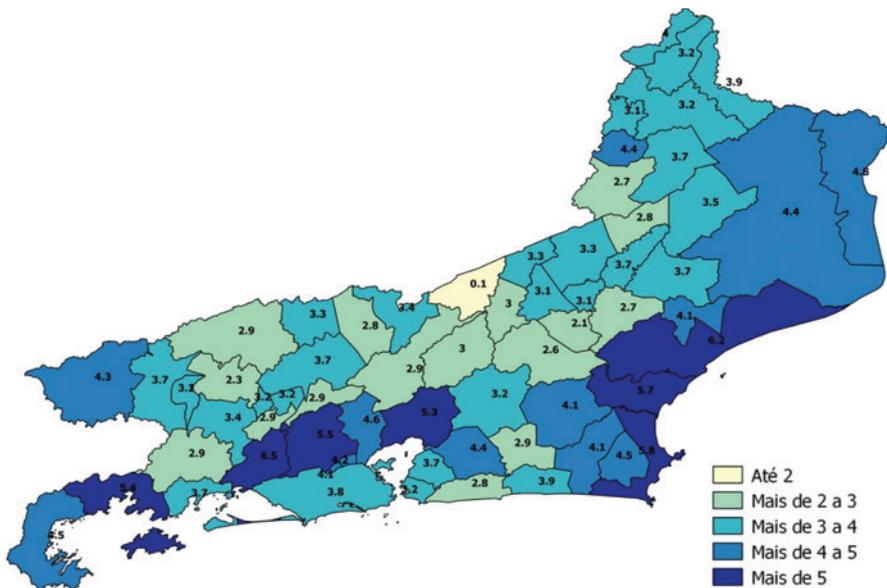






## **Mapas das eleições para governador de 1986**

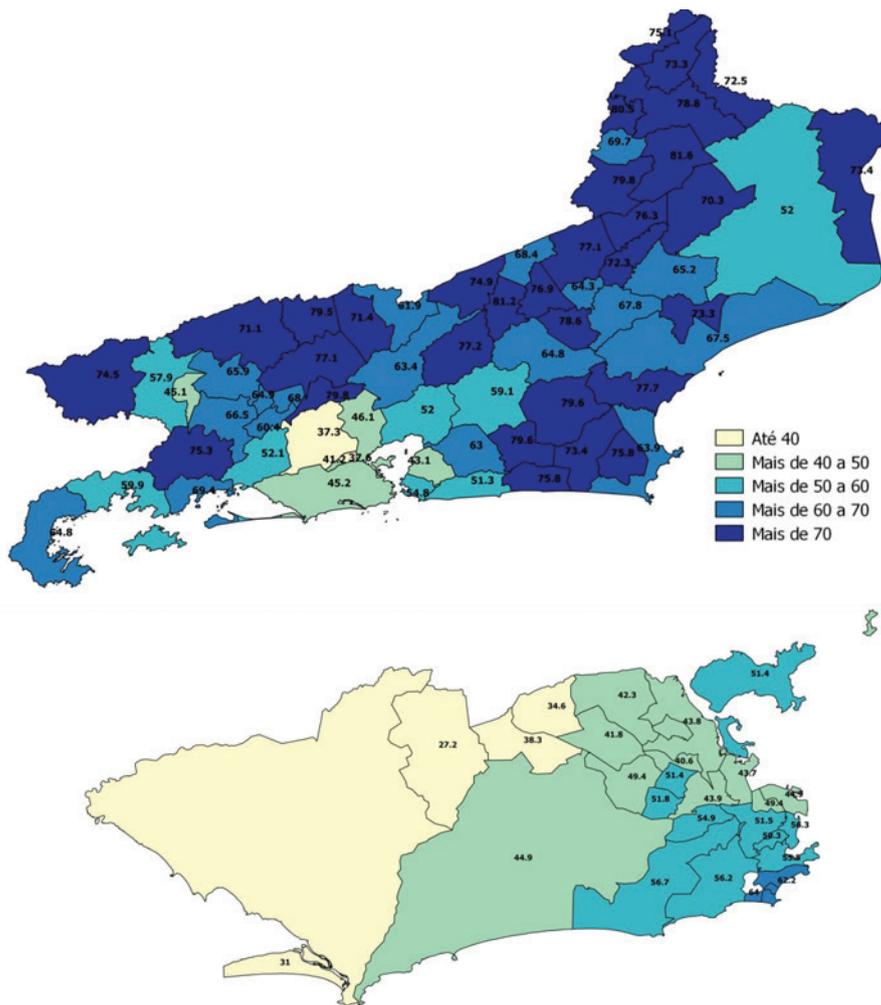
## Taxa de abstenção para governador no Estado do Rio de Janeiro, 1986 (%)



Fonte: Tribunal Regional Eleitoral/TRE, registros administrativos – 1982 a 2010



## Votos válidos de Moreira Franco (PMDB) para governador no Estado do Rio de Janeiro, 1986 (%)



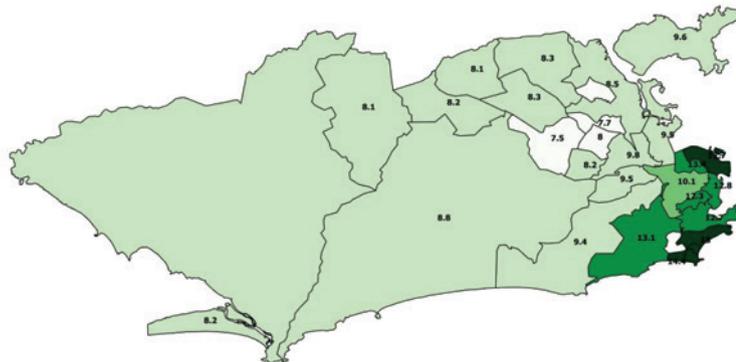
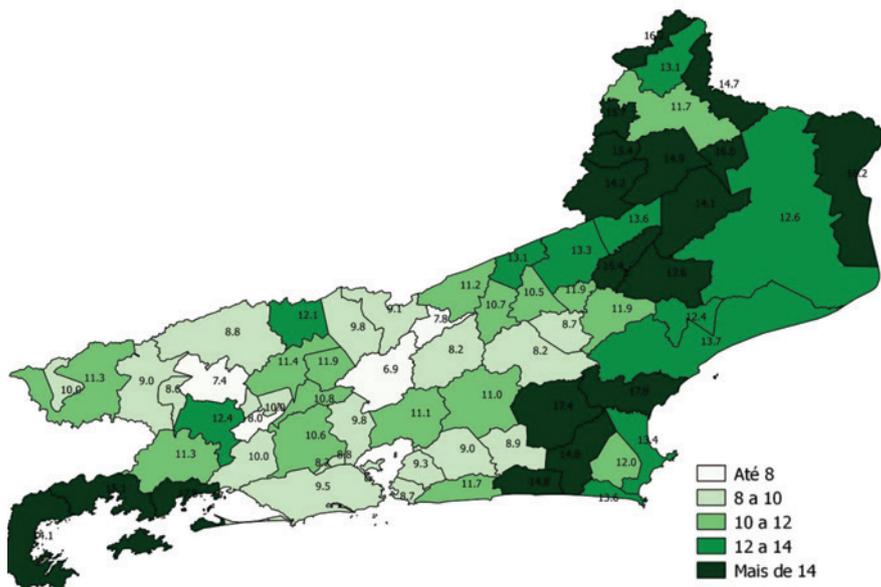
Fonte: Tribunal Regional Eleitoral/TRE, registros administrativos – 1982 a 2010





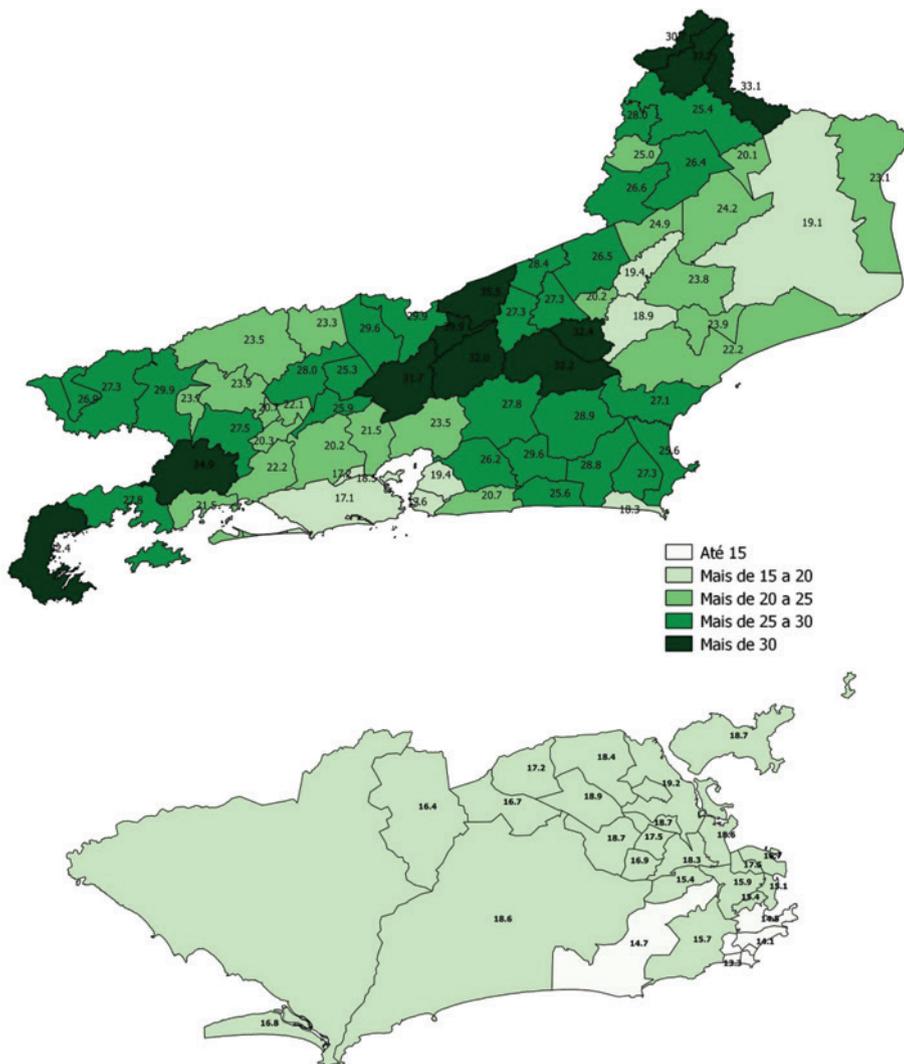
**Mapas das eleições para governador de 1990,  
primeiro turno**

## Taxa de abstenção para governador no Estado do Rio de Janeiro, primeiro turno, 1990 (%)



Fonte: Tribunal Regional Eleitoral/TRE, registros administrativos – 1982 a 2010

## Taxa de votos brancos e nulos para governador no Estado do Rio de Janeiro, primeiro turno, 1990 (%)

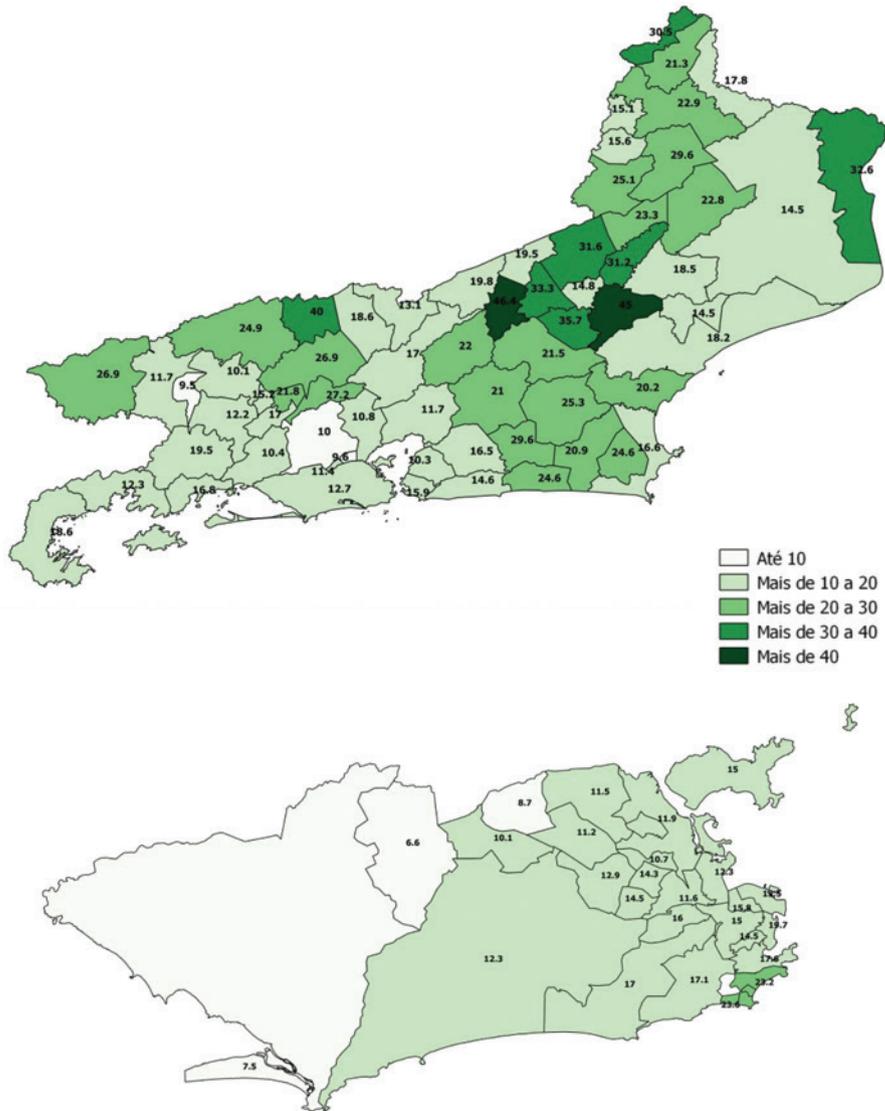


Fonte: Tribunal Regional Eleitoral/TRE, registros administrativos – 1982 a 2010



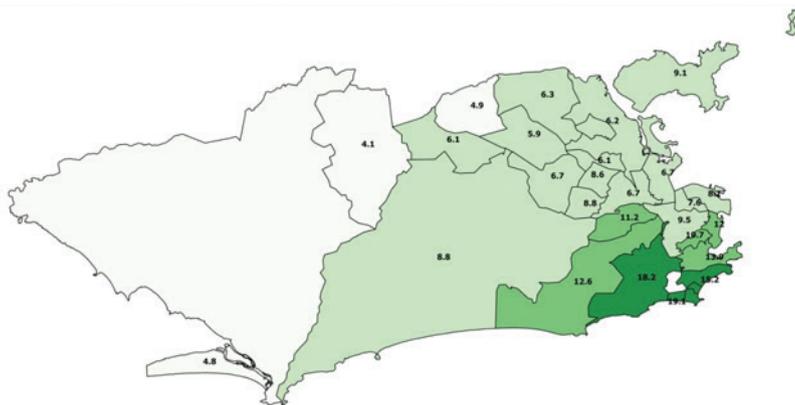
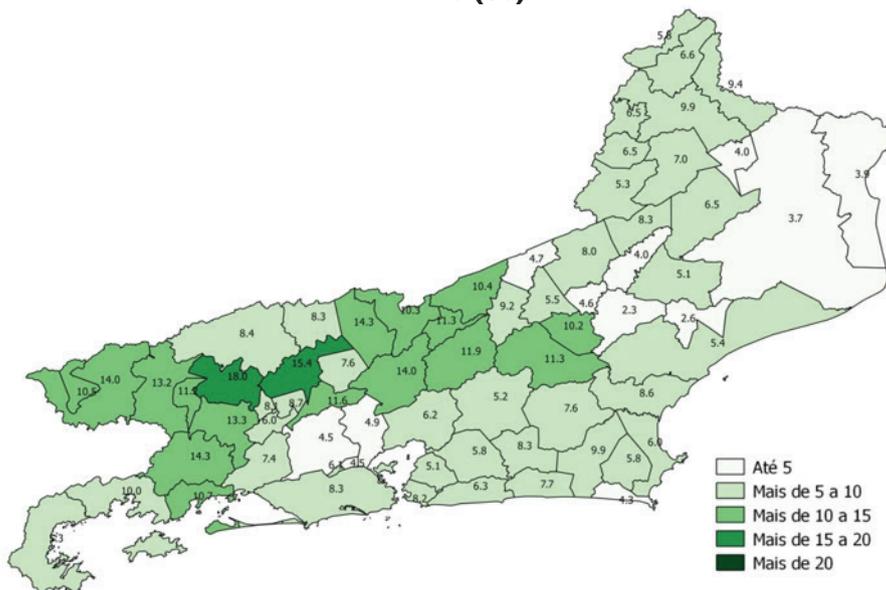


## Votos válidos de Nelson Carneiro (PMDB) para governador no Estado do Rio de Janeiro, primeiro turno, 1990 (%)



Fonte: Tribunal Regional Eleitoral/TRE, registros administrativos – 1982 a 2010

## Votos Válidos Ronaldo César Coelho (PSDB) para governador no Estado do Rio de Janeiro, primeiro turno, 1990 (%)

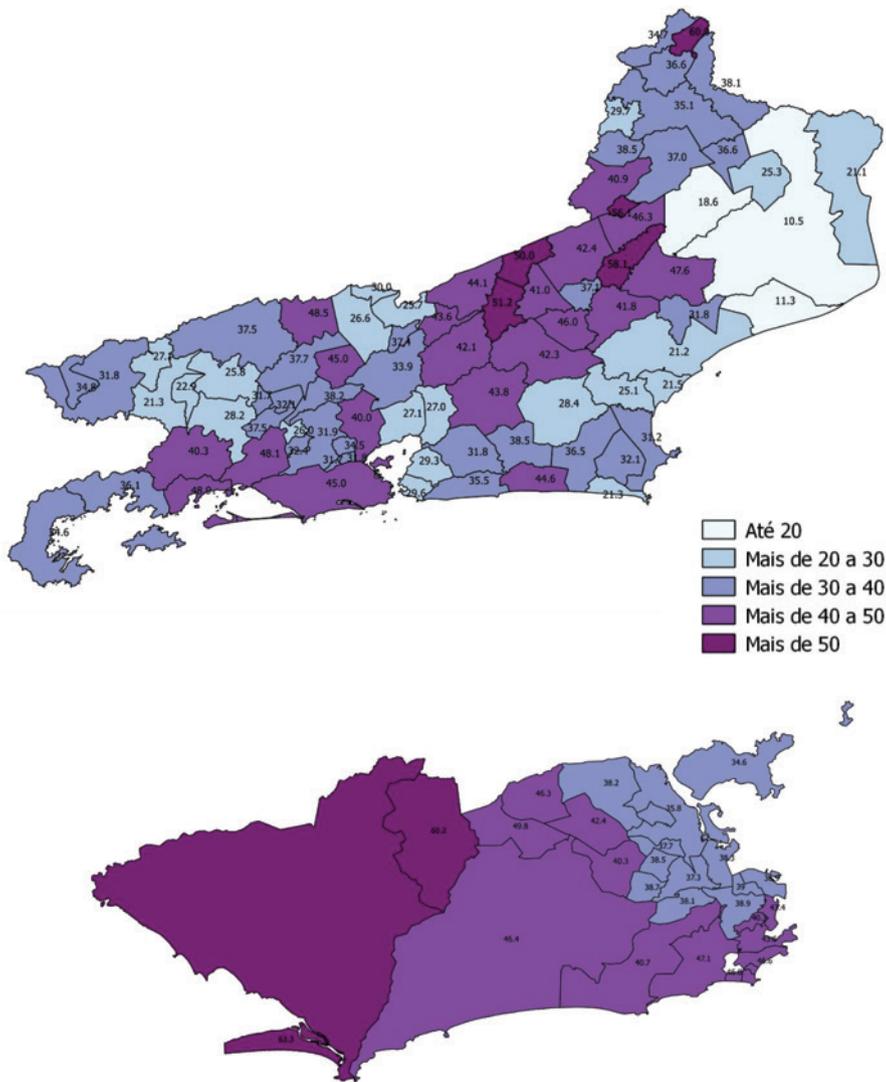


Fonte: Tribunal Regional Eleitoral/TRE, registros administrativos – 1982 a 2010

**Mapas das eleições para governador de 1994,  
primeiro turno**

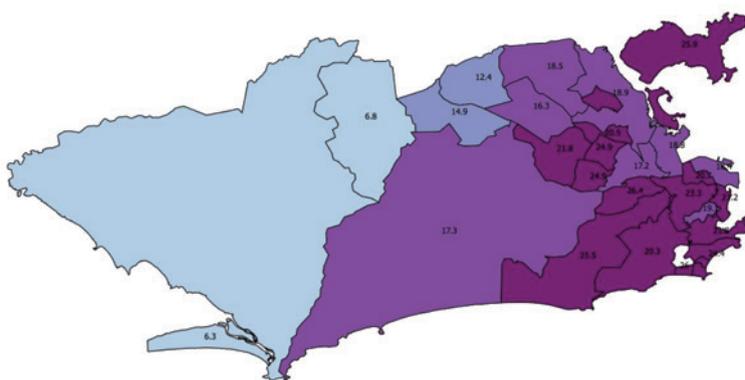
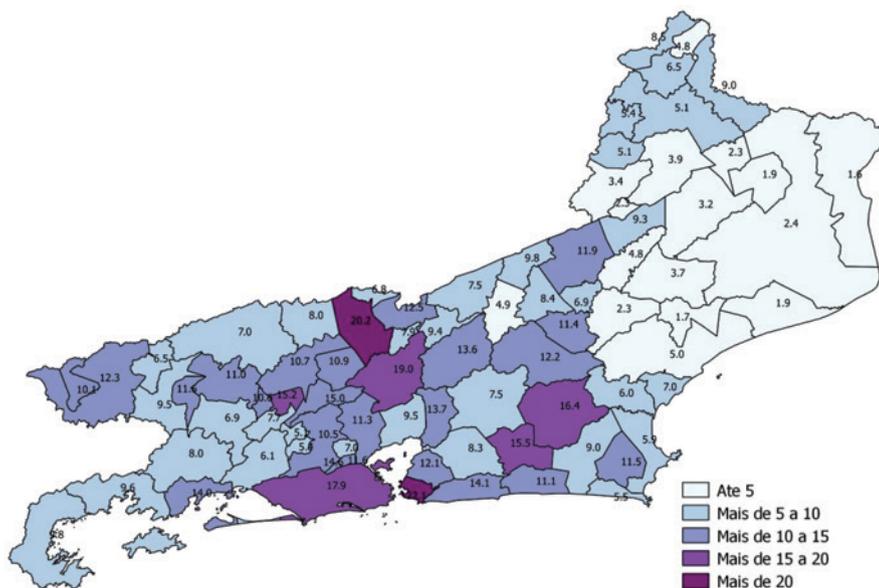


## Taxa de votos brancos e nulos para governador no Estado do Rio de Janeiro, primeiro turno, 1994 (%)



Fonte: Tribunal Regional Eleitoral/TRE, registros administrativos – 1982 a 2010

## Votos válidos de Marcello Alencar (PSDB) para governador no Estado do Rio de Janeiro, primeiro turno, 1994 (%)

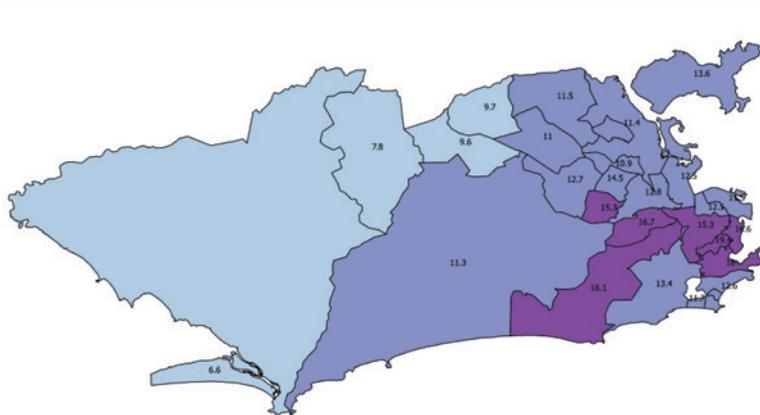
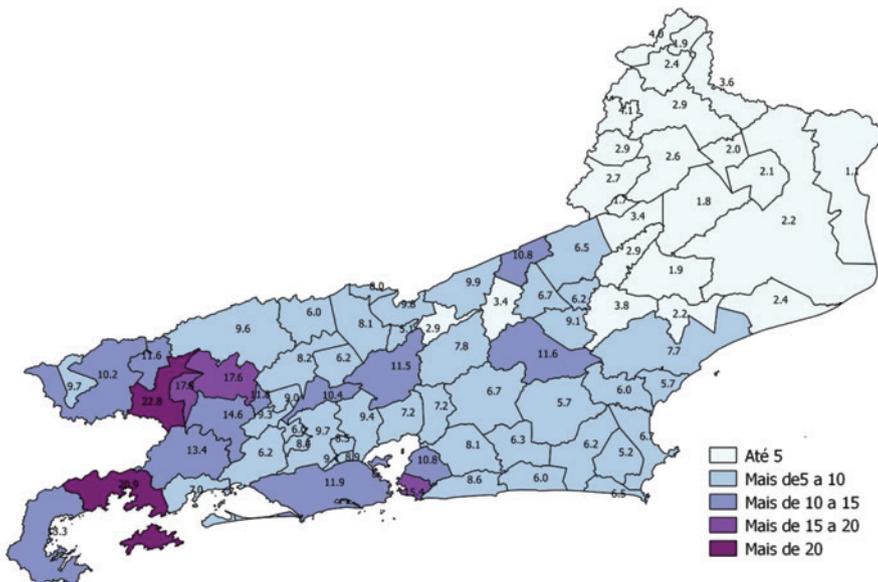


Fonte: Tribunal Regional Eleitoral/TRE, registros administrativos – 1982 a 2010



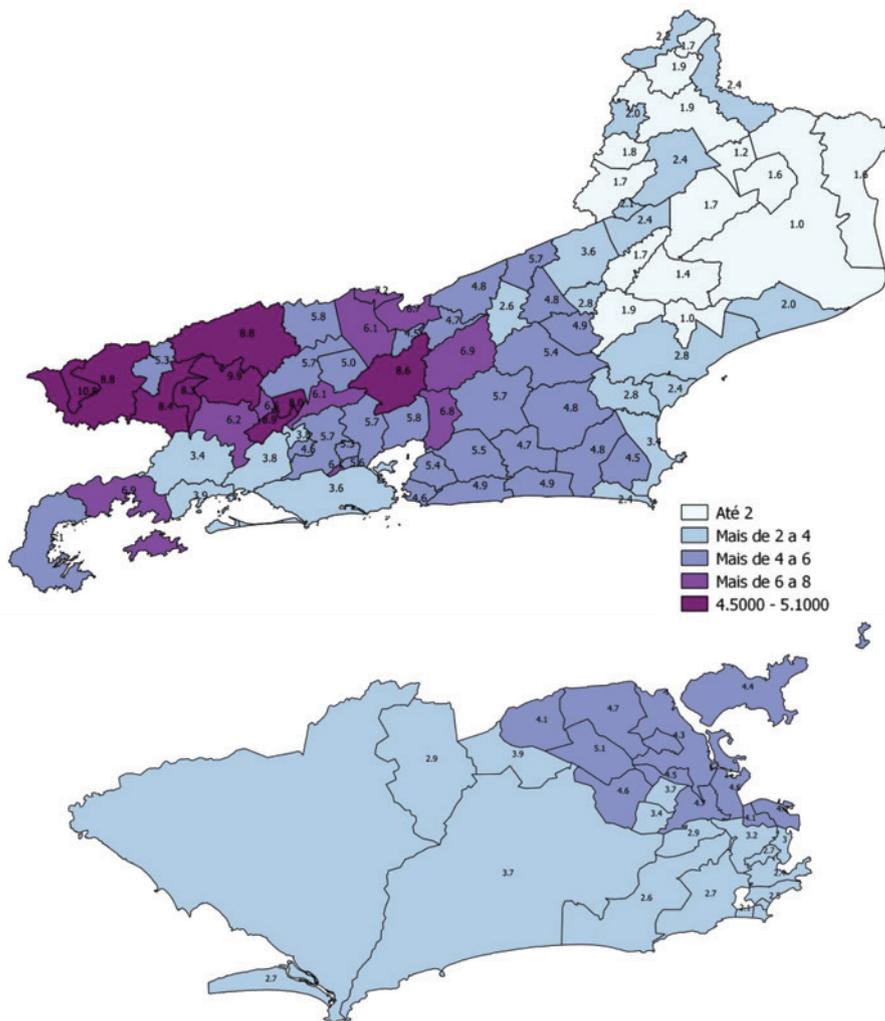


## Votos válidos de Jorge Bittar (PT) para governador no Estado do Rio de Janeiro, primeiro turno, 1994 (%)



Fonte: Tribunal Regional Eleitoral/TRE, registros administrativos – 1982 a 2010

## Votos válidos de Milton Gonçalves (PMDB) para governador no Estado do Rio de Janeiro, primeiro turno, 1994 (%)



Fonte: Tribunal Regional Eleitoral/TRE, registros administrativos – 1982 a 2010

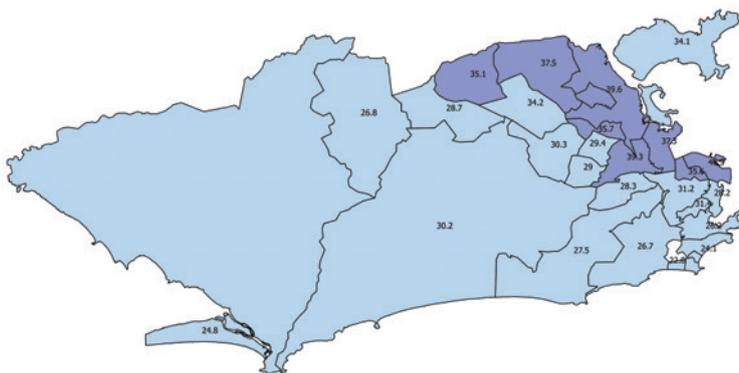
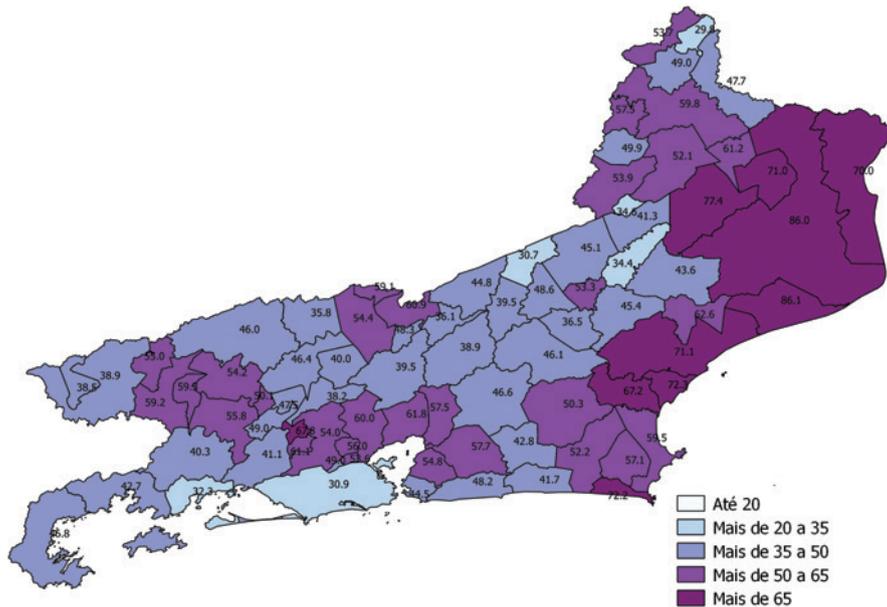
**Mapas das eleições para governador de 1994,  
segundo turno**







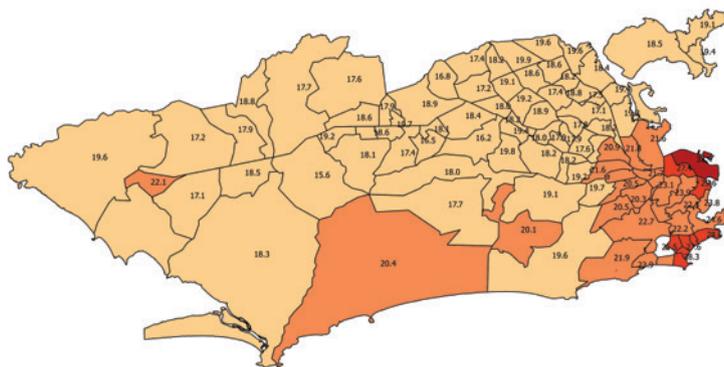
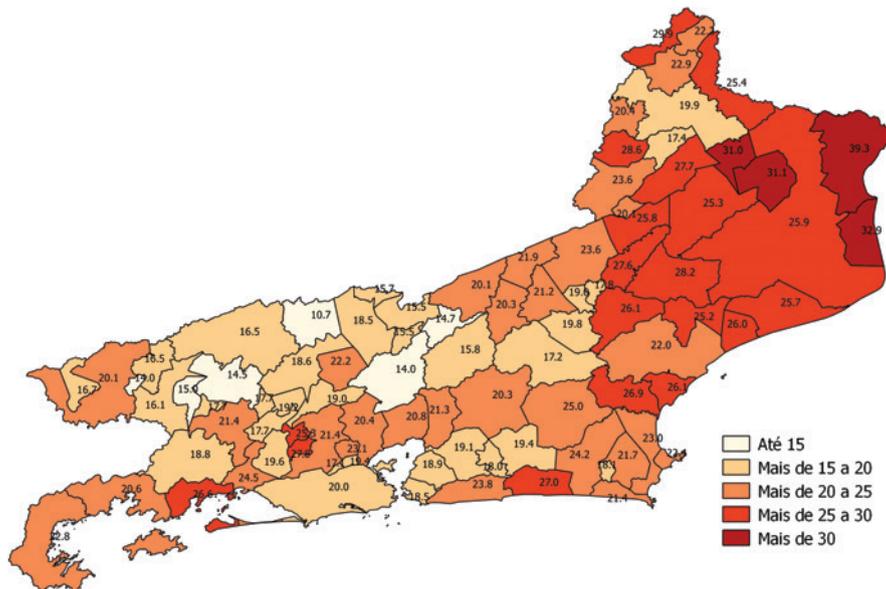
## Votos válidos de Anthony Garotinho (PDT) para governador no Estado do Rio de Janeiro, segundo turno, 1994 (%)



Fonte: Tribunal Regional Eleitoral/TRE, registros administrativos – 1982 a 2010

**Mapas das eleições para governador de 1998,  
primeiro turno**

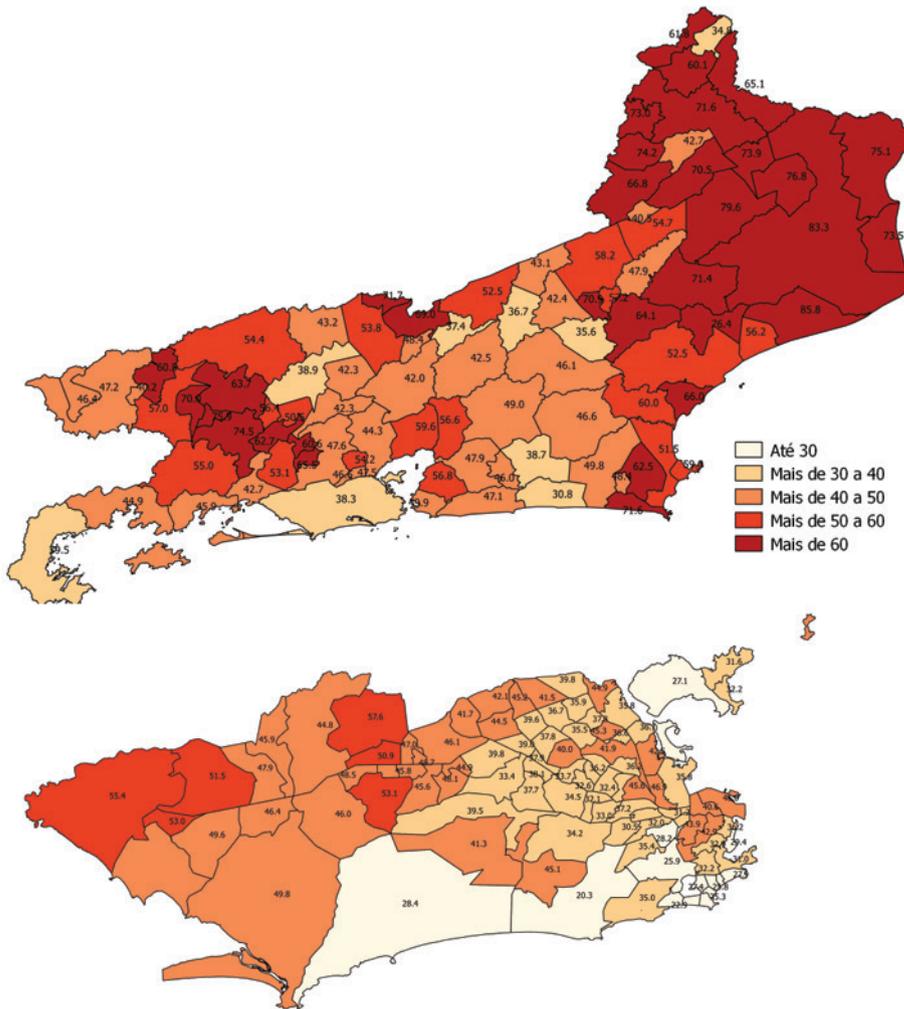
## Taxa de abstenção para governador no Estado do Rio de Janeiro, primeiro turno, 1998 (%)



Fonte: Tribunal Regional Eleitoral/TRE, registros administrativos – 1982 a 2010



## Votos válidos de Anthony Garotinho (PDT) para governador no Estado do Rio de Janeiro, primeiro turno, 1998 (%)



Fonte: Tribunal Regional Eleitoral/TRE, registros administrativos – 1982 a 2010

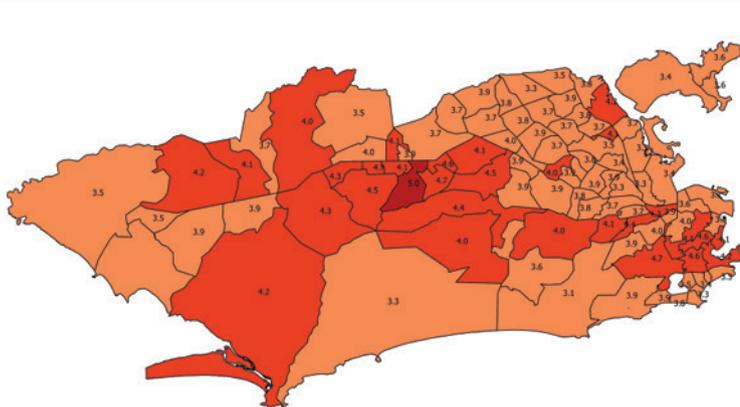
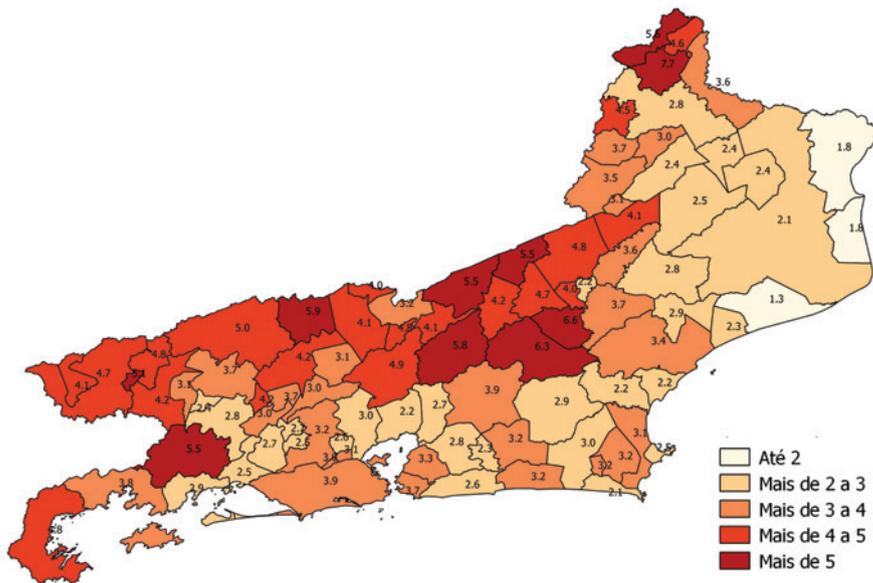




**Mapas das eleições para governador de 1998,  
segundo turno**



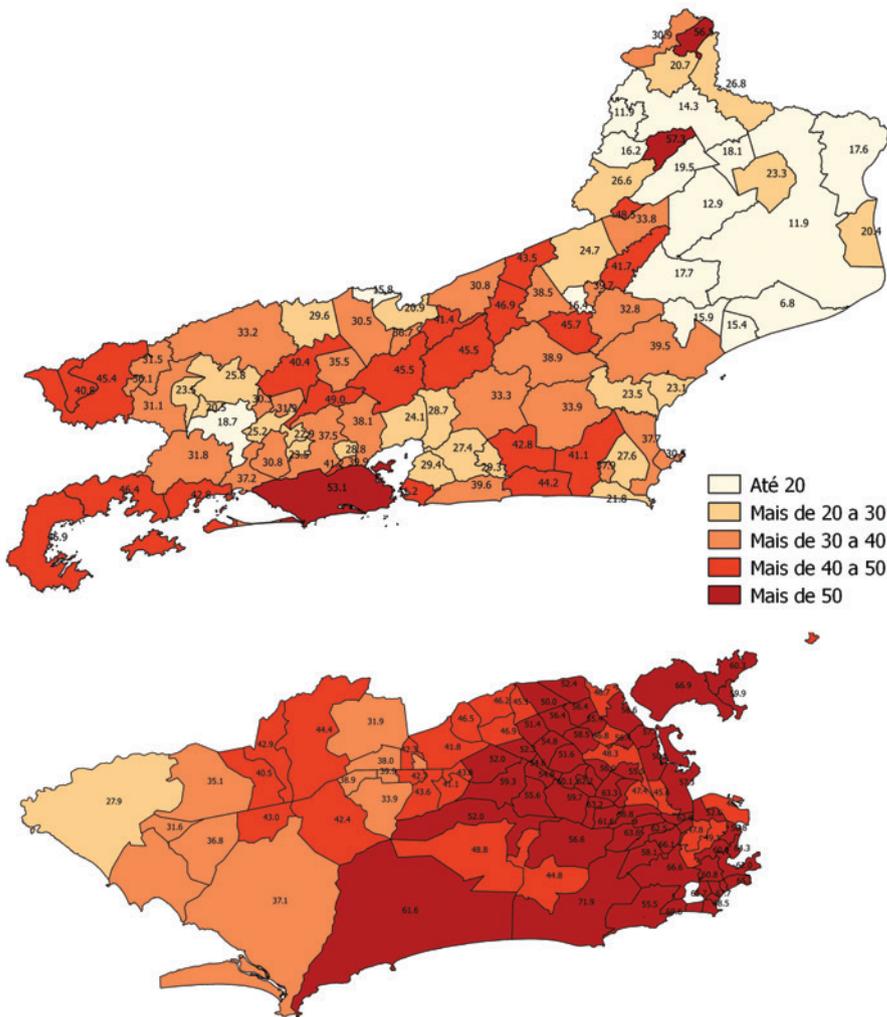
## Taxa de votos brancos e nulos para governador no Estado do Rio de Janeiro, segundo turno, 1998 (%)



Fonte: Tribunal Regional Eleitoral/TRE, registros administrativos – 1982 a 2010



## Votos válidos de César Maia (PFL) para governador no Estado do Rio de Janeiro, segundo turno, 1998 (%)

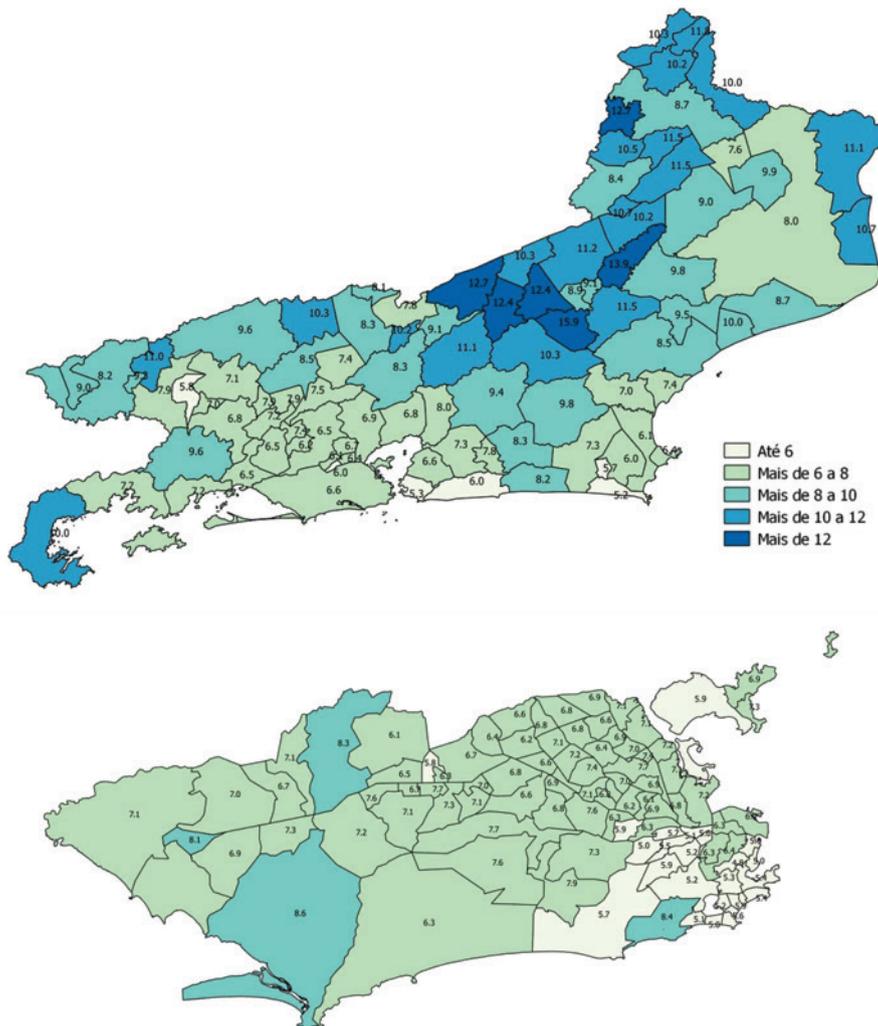


Fonte: Tribunal Regional Eleitoral/TRE, registros administrativos – 1982 a 2010

**Mapas das eleições para governador de 2002,  
primeiro turno**



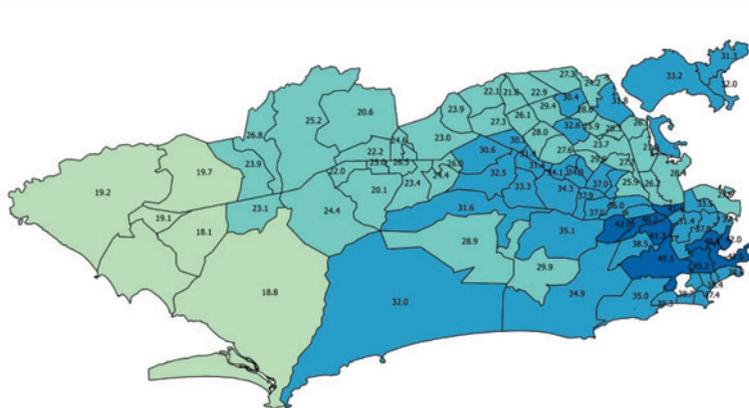
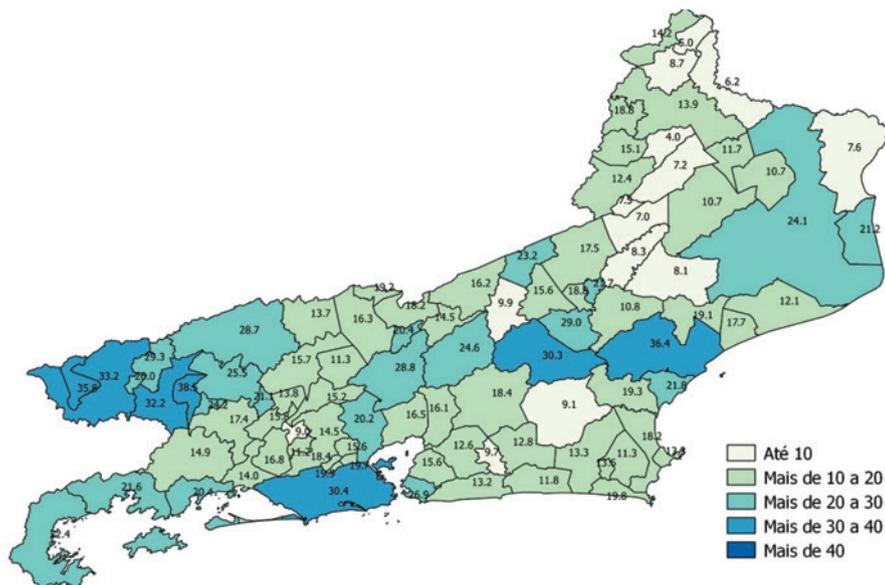
## Taxa de votos brancos e nulos para governador no Estado do Rio de Janeiro, primeiro turno, 2002 (%)



Fonte: Tribunal Regional Eleitoral/TRE, registros administrativos – 1982 a 2010



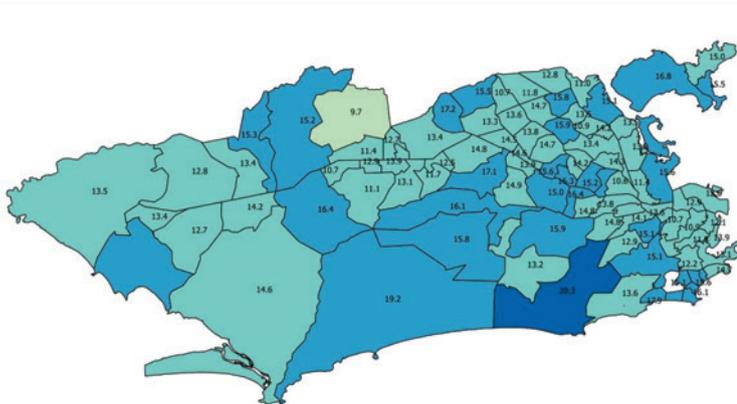
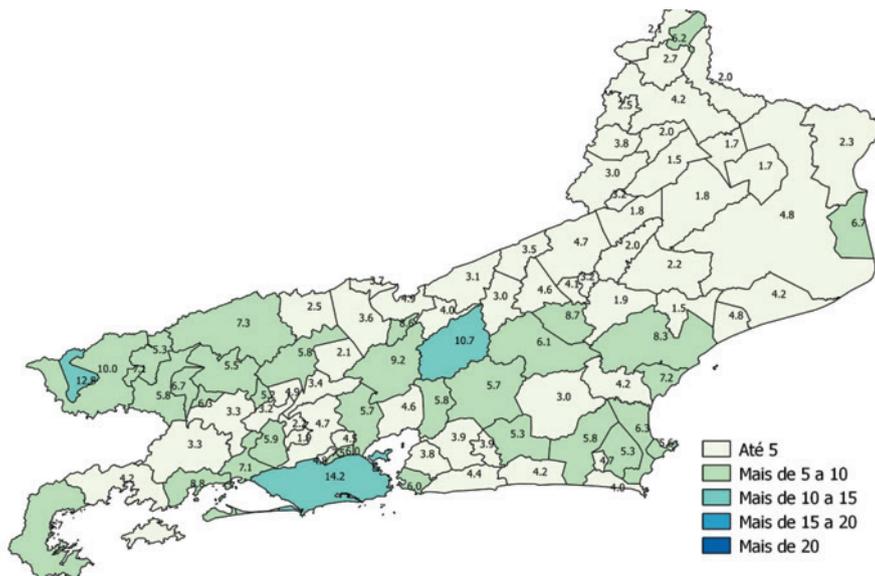
## Votos válidos de Benedita da Silva (PT) para governador no Estado do Rio de Janeiro, primeiro turno, 2002 (%)



Fonte: Tribunal Regional Eleitoral/TRE, registros administrativos – 1982 a 2010



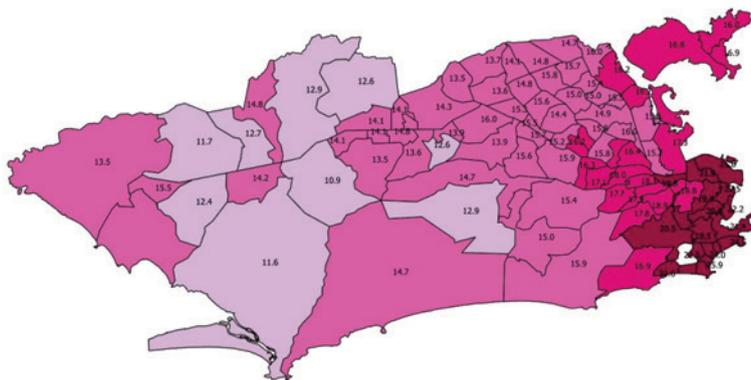
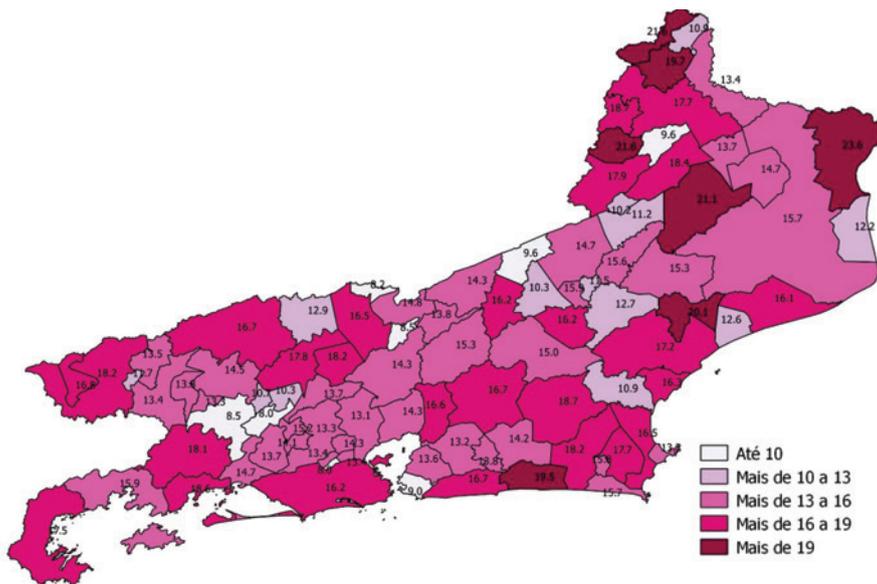
## Votos válidos de Solange Amaral (PFL) para governador no Estado do Rio de Janeiro, primeiro turno, 2002 (%)



Fonte: Tribunal Regional Eleitoral/TRE, registros administrativos – 1982 a 2010

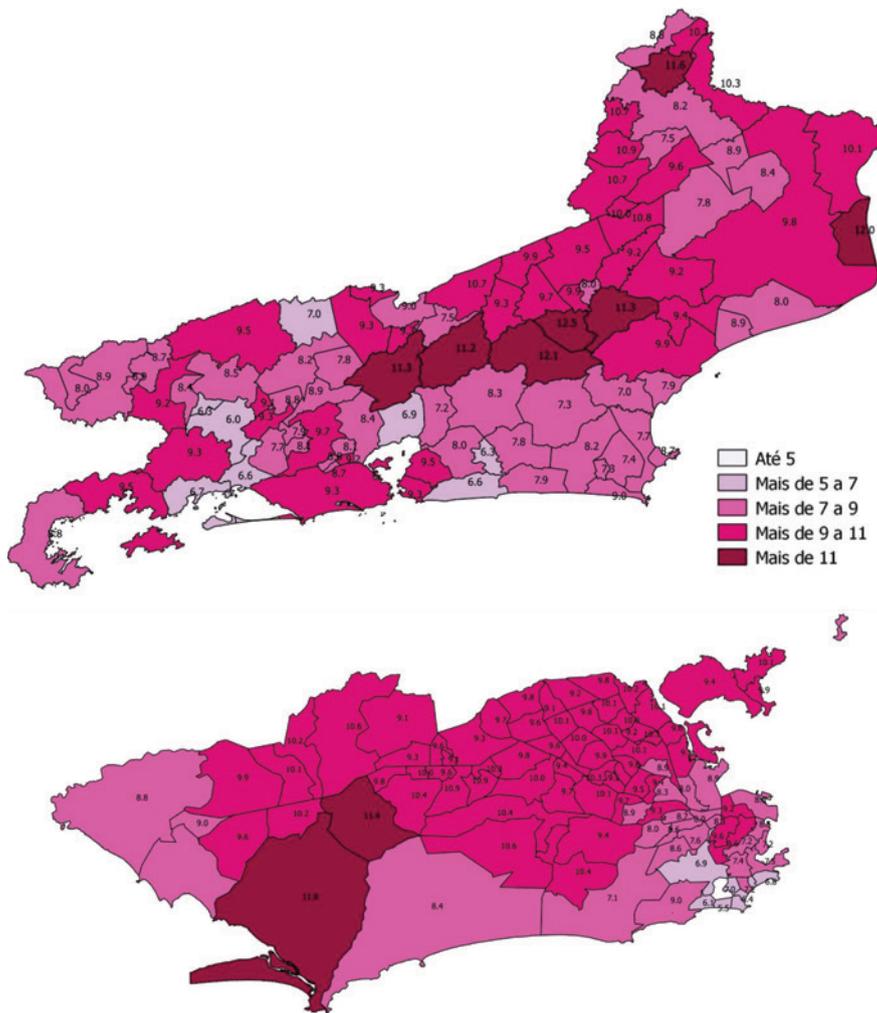
**Mapas das eleições para governador de 2006,  
primeiro turno**

## Taxa de abstenção para governador no Estado do Rio de Janeiro, primeiro turno, 2006 (%)



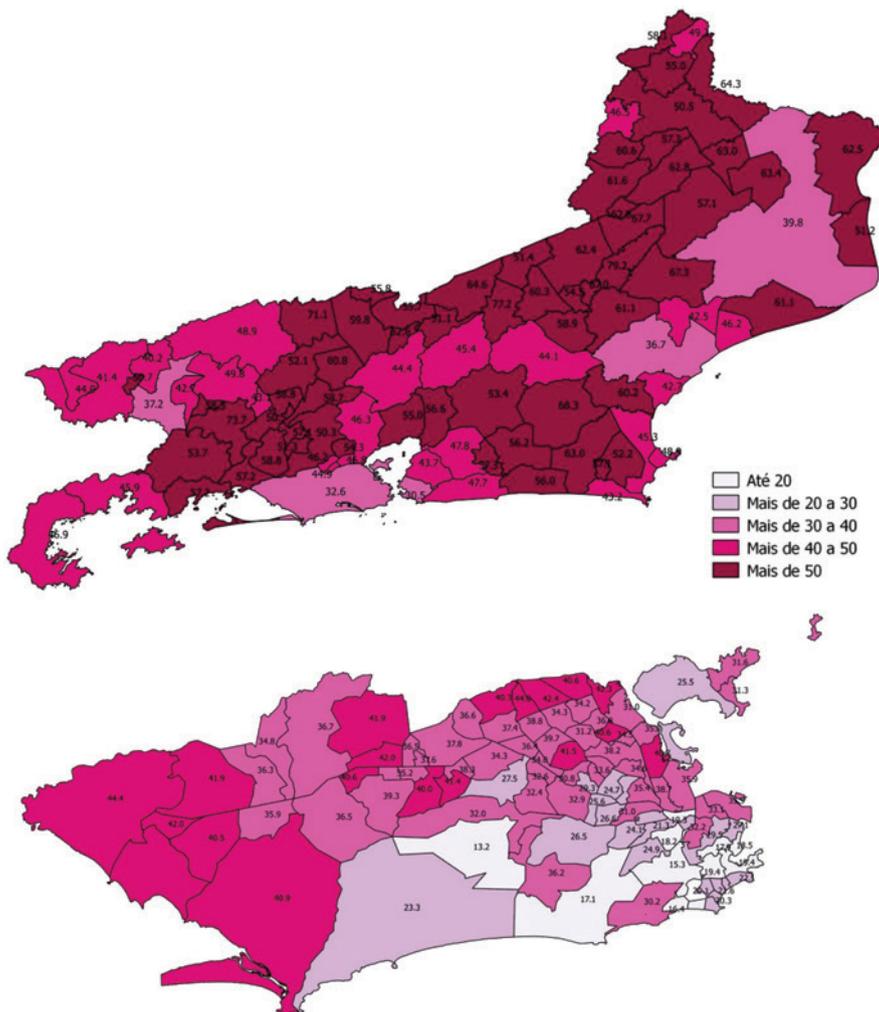
Fonte: Tribunal Regional Eleitoral/TRE, registros administrativos – 1982 a 2010

## Taxa de votos brancos e nulos para governador no Estado do Rio de Janeiro, primeiro turno, 2006 (%)



Fonte: Tribunal Regional Eleitoral/TRE, registros administrativos – 1982 a 2010

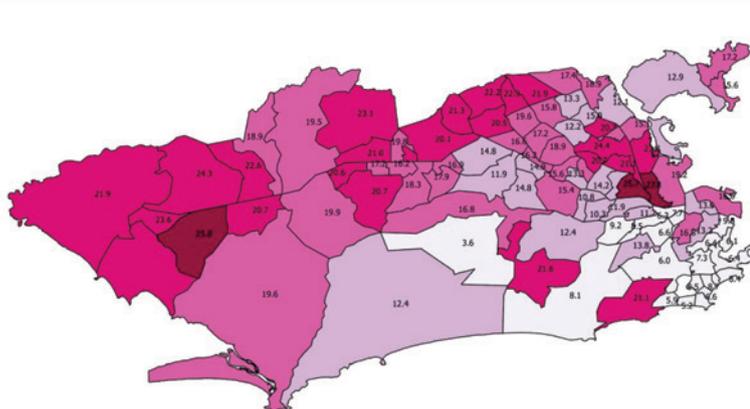
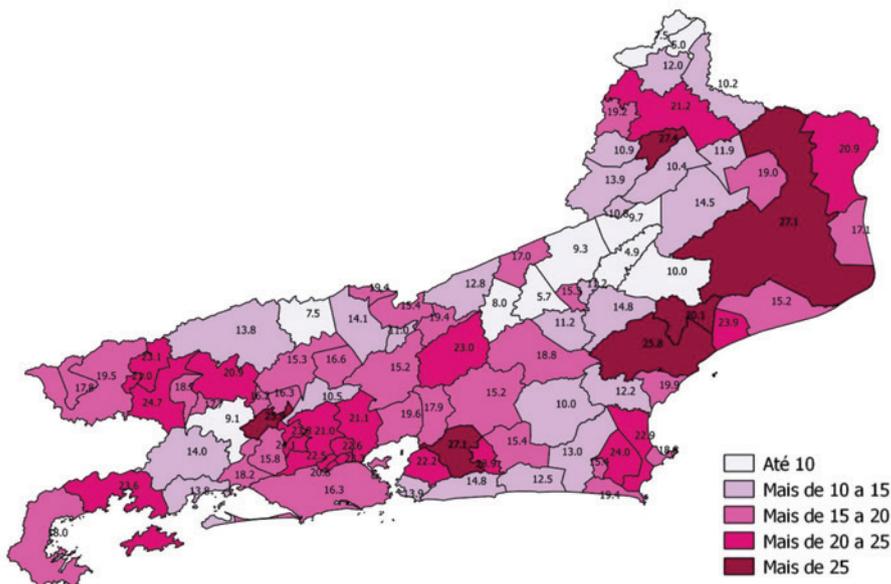
## Votos válidos de Sérgio Cabral (PMDB) para governador no Estado do Rio de Janeiro, primeiro turno, 2006 (%)



Fonte: Tribunal Regional Eleitoral/TRE, registros administrativos – 1982 a 2010

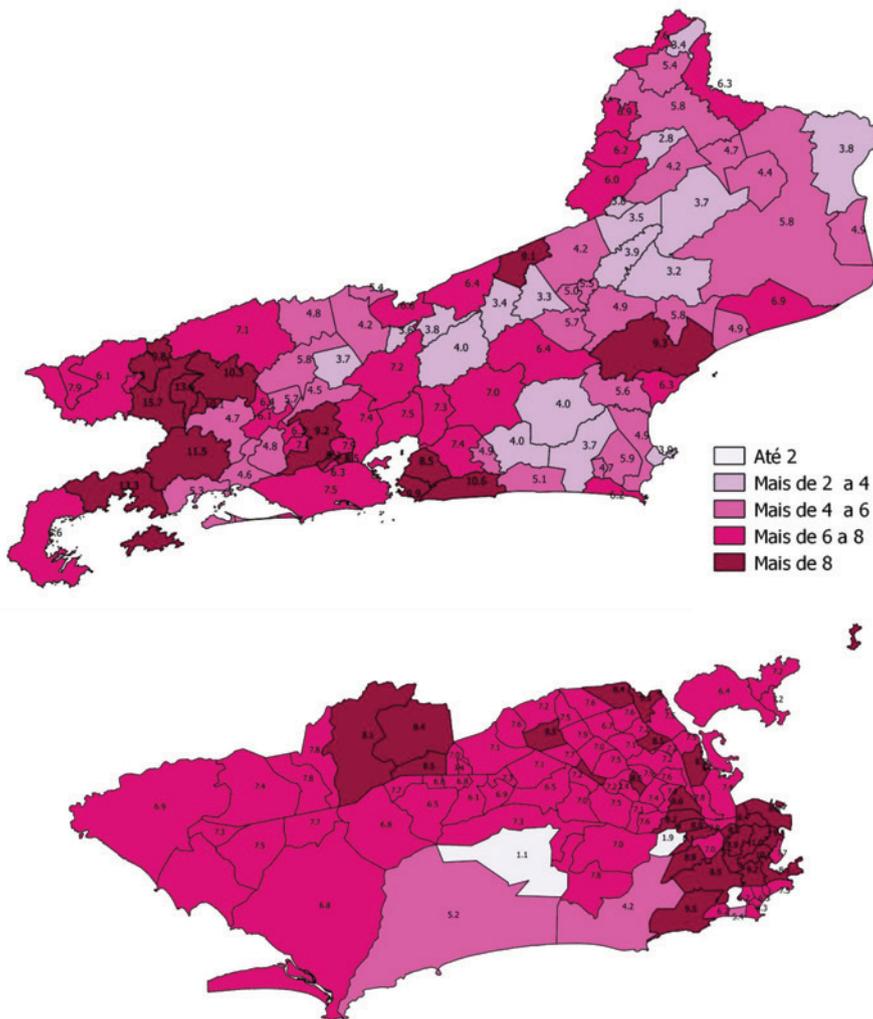


## Votos válidos de Marcelo Crivella (PRB) para governador no Estado do Rio de Janeiro, primeiro turno, 2006 (%)



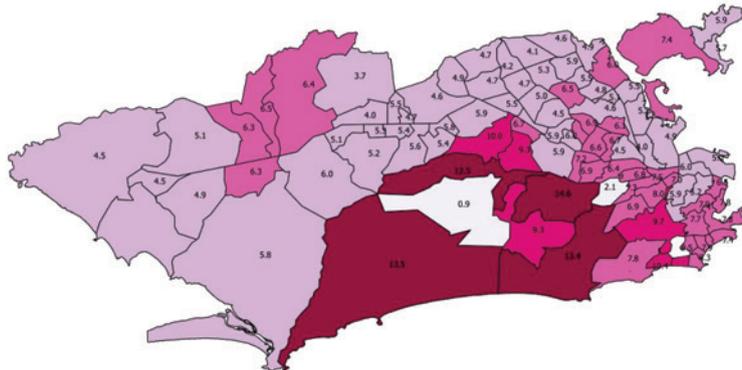
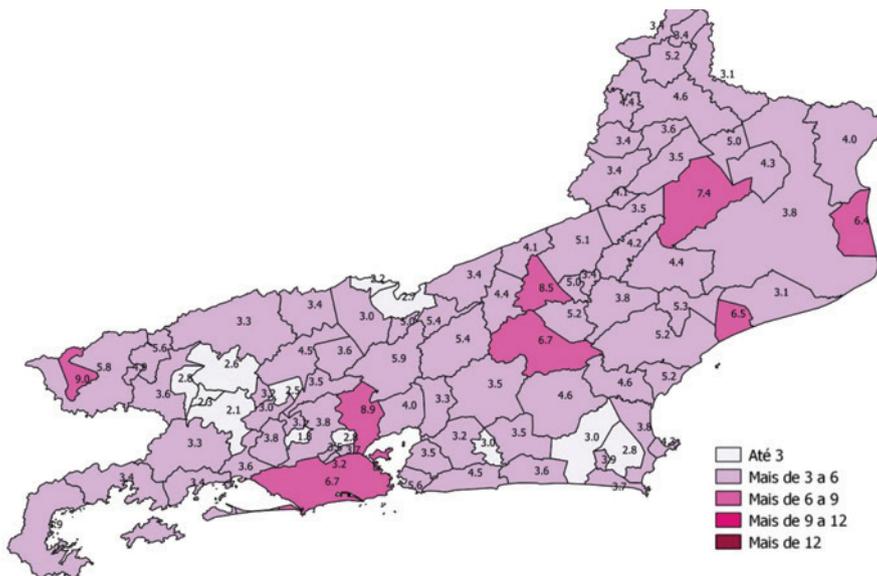
Fonte: Tribunal Regional Eleitoral/TRE, registros administrativos – 1982 a 2010

## Votos válidos de Vladimir Palmeira (PT) para governador no Estado do Rio de Janeiro, primeiro turno, 2006 (%)



Fonte: Tribunal Regional Eleitoral/TRE, registros administrativos – 1982 a 2010

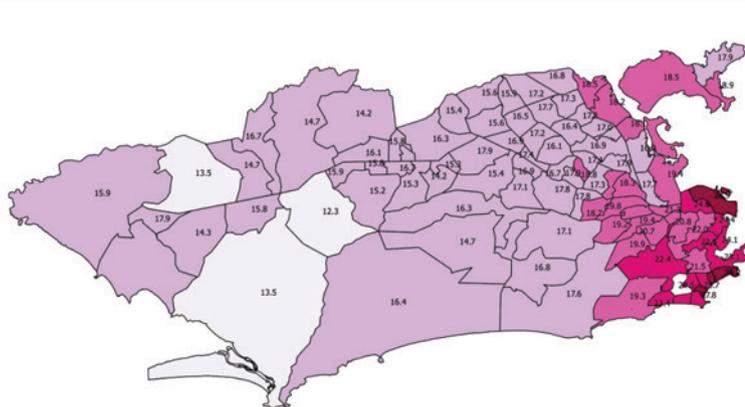
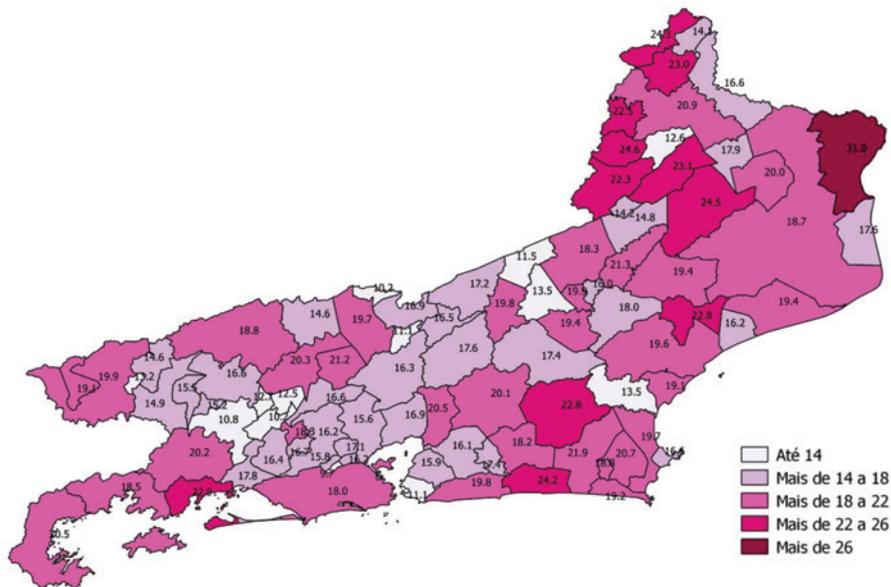
## Votos válidos de Eduardo Paes (PSDB) para governador no Estado do Rio de Janeiro, primeiro turno, 2006 (%)



Fonte: Tribunal Regional Eleitoral/TRE, registros administrativos – 1982 a 2010

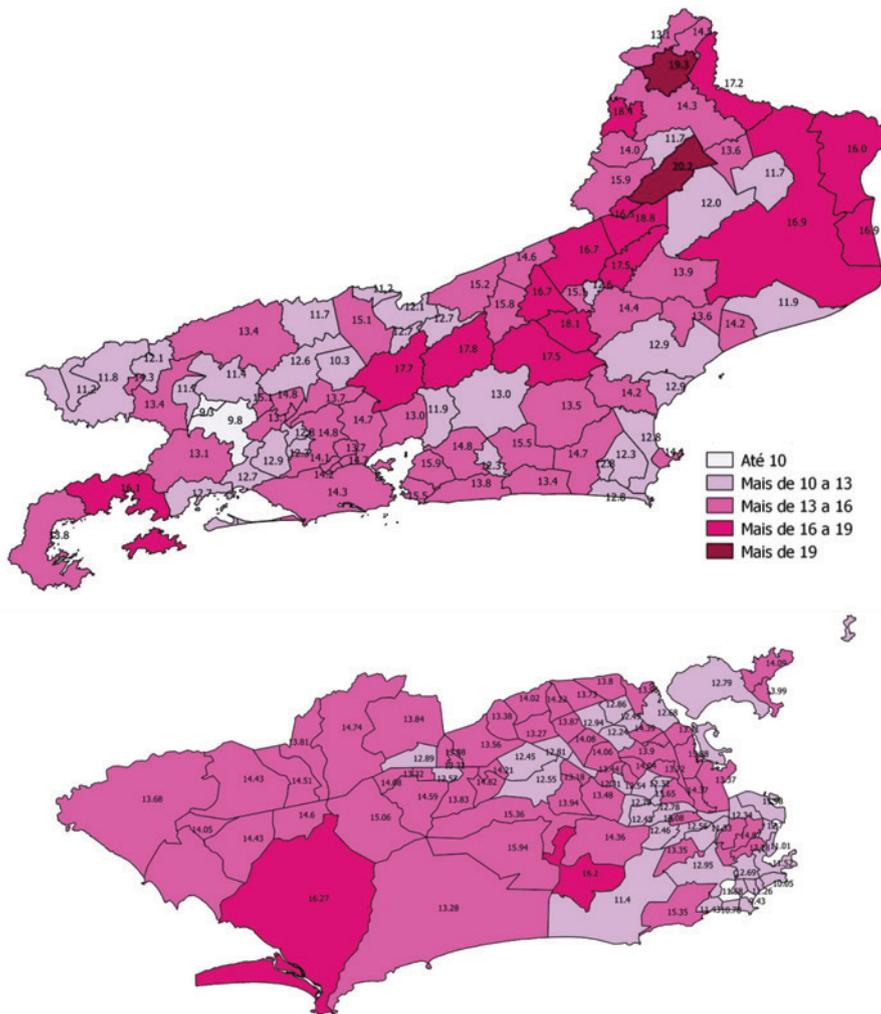
**Mapas das eleições para governador de 2006,  
segundo turno**

## Taxa de abstenção para governador no Estado do Rio de Janeiro, segundo turno, 2006 (%)



Fonte: Tribunal Regional Eleitoral/TRE, registros administrativos – 1982 a 2010

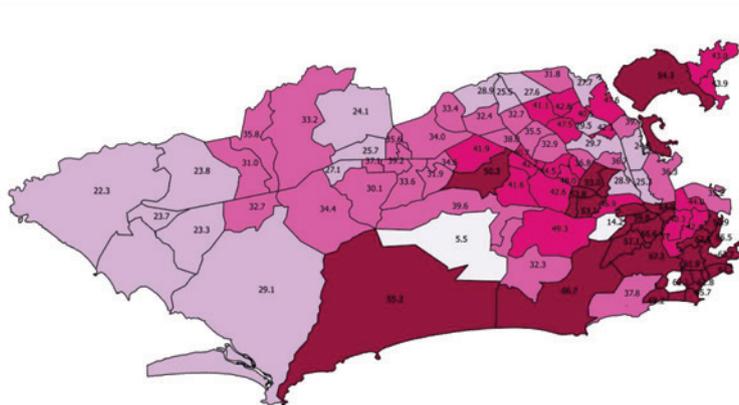
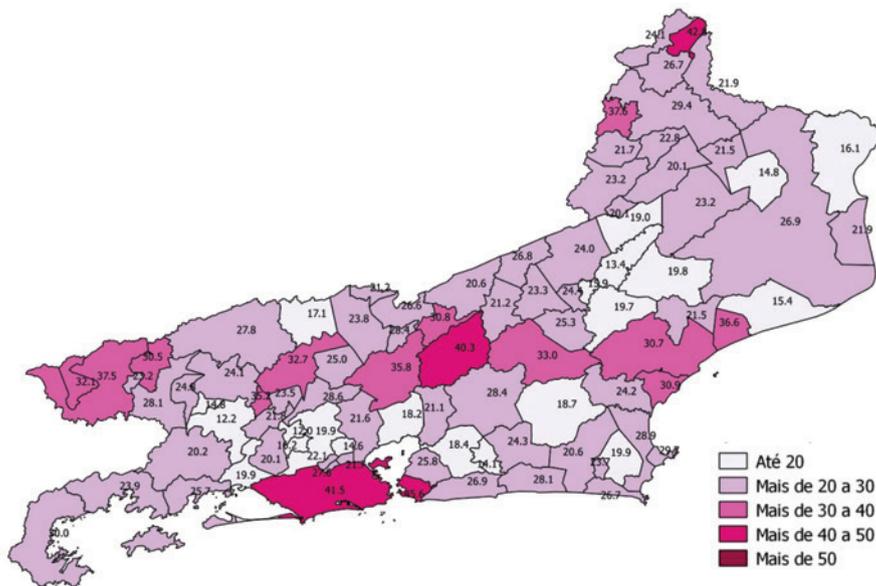
## Taxa de votos brancos e nulos para governador no Estado do Rio de Janeiro, segundo turno, 2006 (%)



Fonte: Tribunal Regional Eleitoral/TRE, registros administrativos – 1982 a 2010



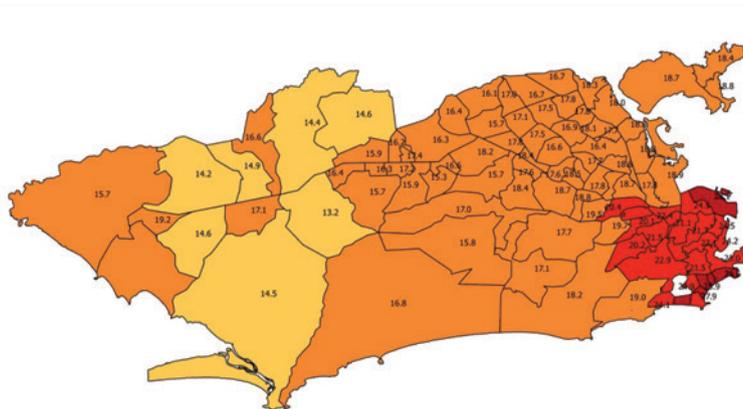
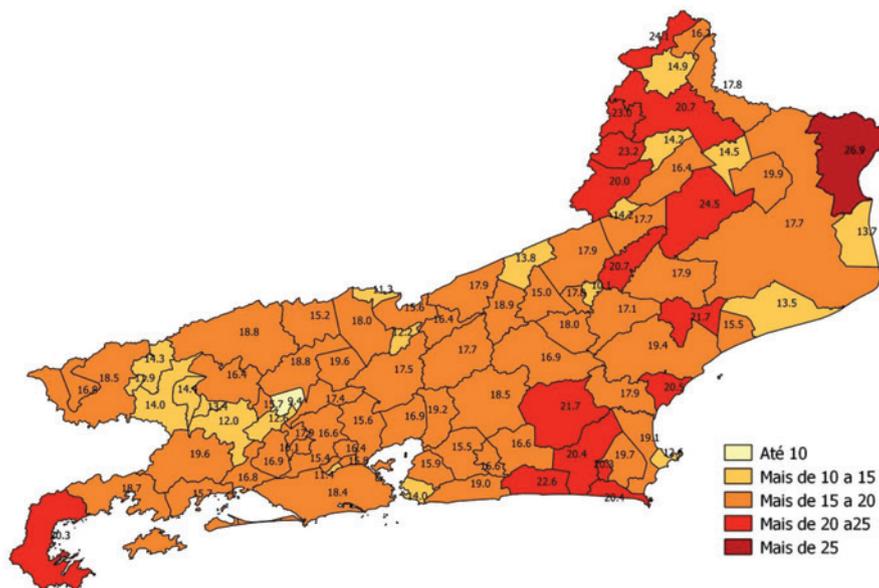
## Votos válidos de Denise Frossard (PPS) para governador no Estado do Rio de Janeiro, segundo turno, 2006 (%)



Fonte: Tribunal Regional Eleitoral/TRE, registros administrativos – 1982 a 2010

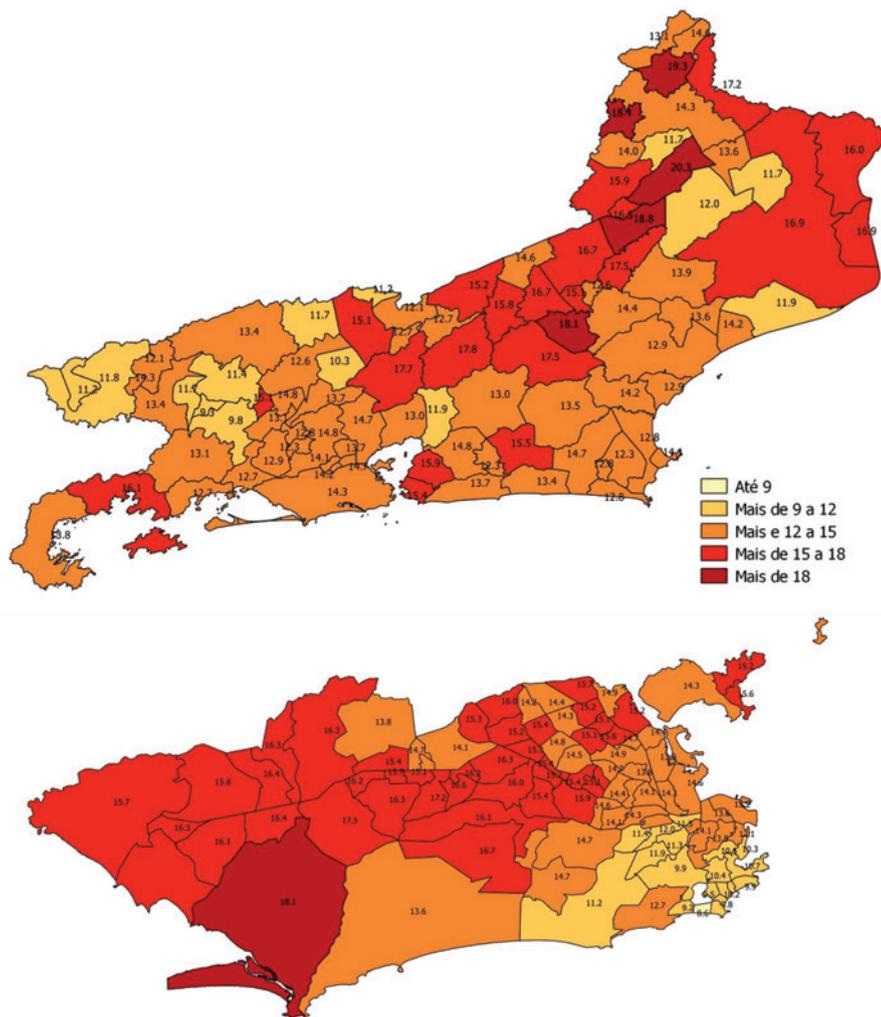
**Mapas das eleições para governador de 2010,  
primeiro turno**

## Taxa de abstenção para governador no Estado do Rio de Janeiro, primeiro turno, 2010 (%)



Fonte: Tribunal Regional Eleitoral/TRE, registros administrativos – 1982 a 2010

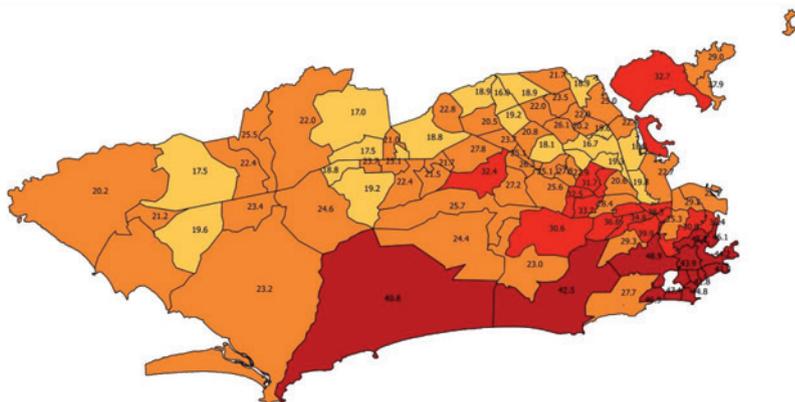
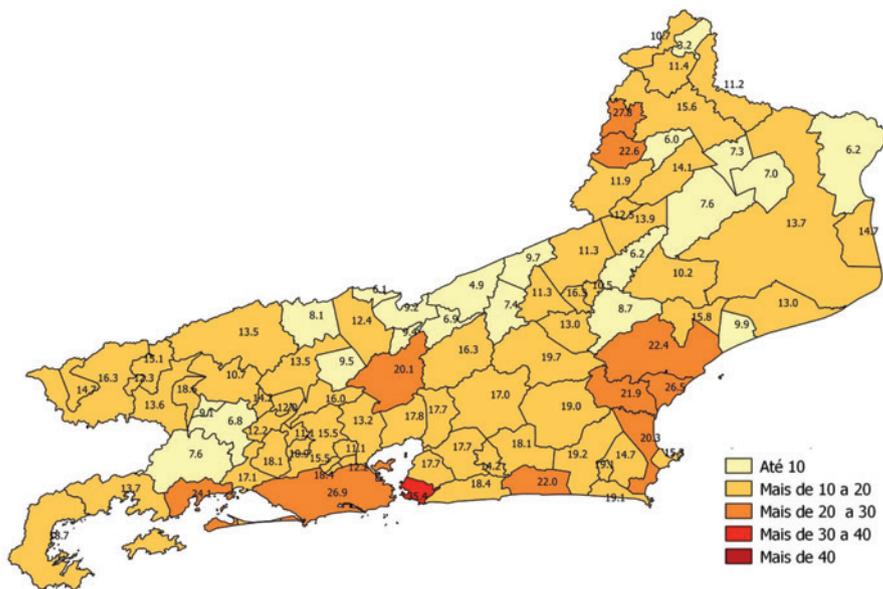
## Taxa de votos brancos e nulos para governador no Estado do Rio de Janeiro, primeiro turno, 2010 (%)



Fonte: Tribunal Regional Eleitoral/TRE, registros administrativos – 1982 a 2010



## Votos válidos de Fernando Gabeira (PV) para governador no Estado do Rio de Janeiro, primeiro turno, 2010 (%)



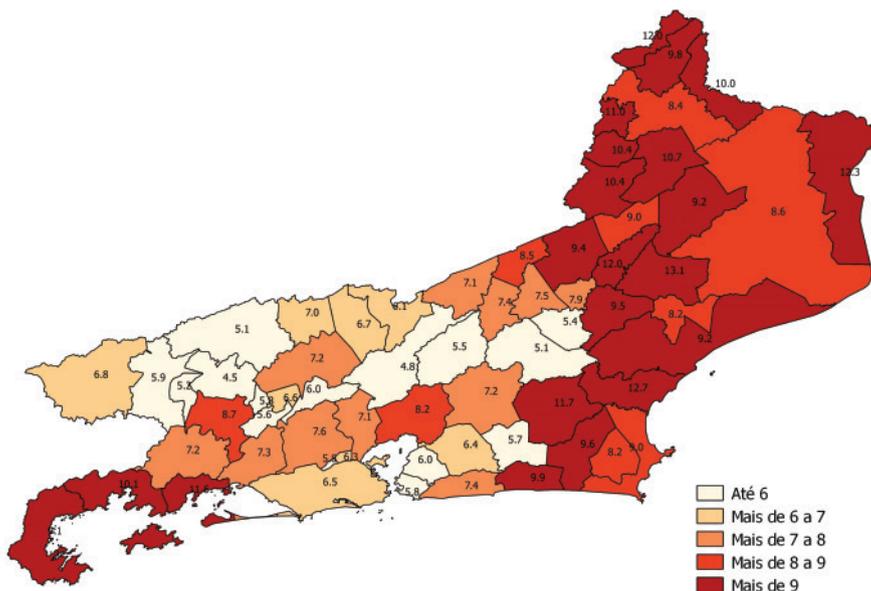
Fonte: Tribunal Regional Eleitoral/TRE, registros administrativos – 1982 a 2010



## **XII. Mapas das eleições para presidente no Estado do Rio de Janeiro (1989 - 2002)**

**Mapas das eleições para presidente de 1989,  
primeiro turno**

## Taxa de abstenção para presidente no Estado do Rio de Janeiro, primeiro turno, 1989 (%)



Fonte: Tribunal Regional Eleitoral/TRE, registros administrativos – 1982 a 2010

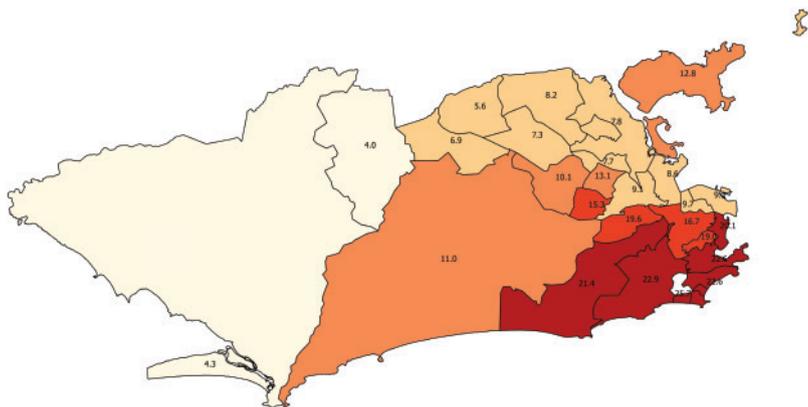
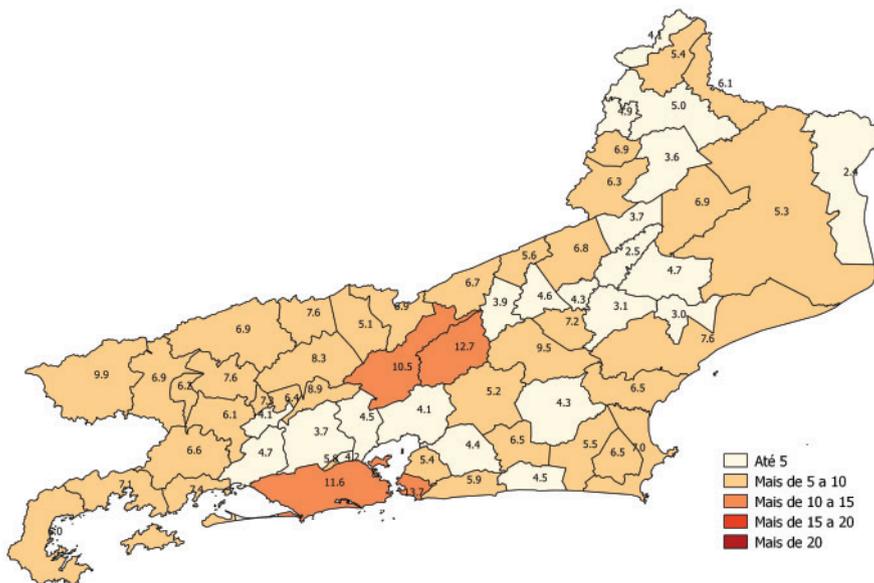








## Votos válidos de Mário Covas (PSDB) para presidente no Estado do Rio de Janeiro, primeiro turno 1989 (%)

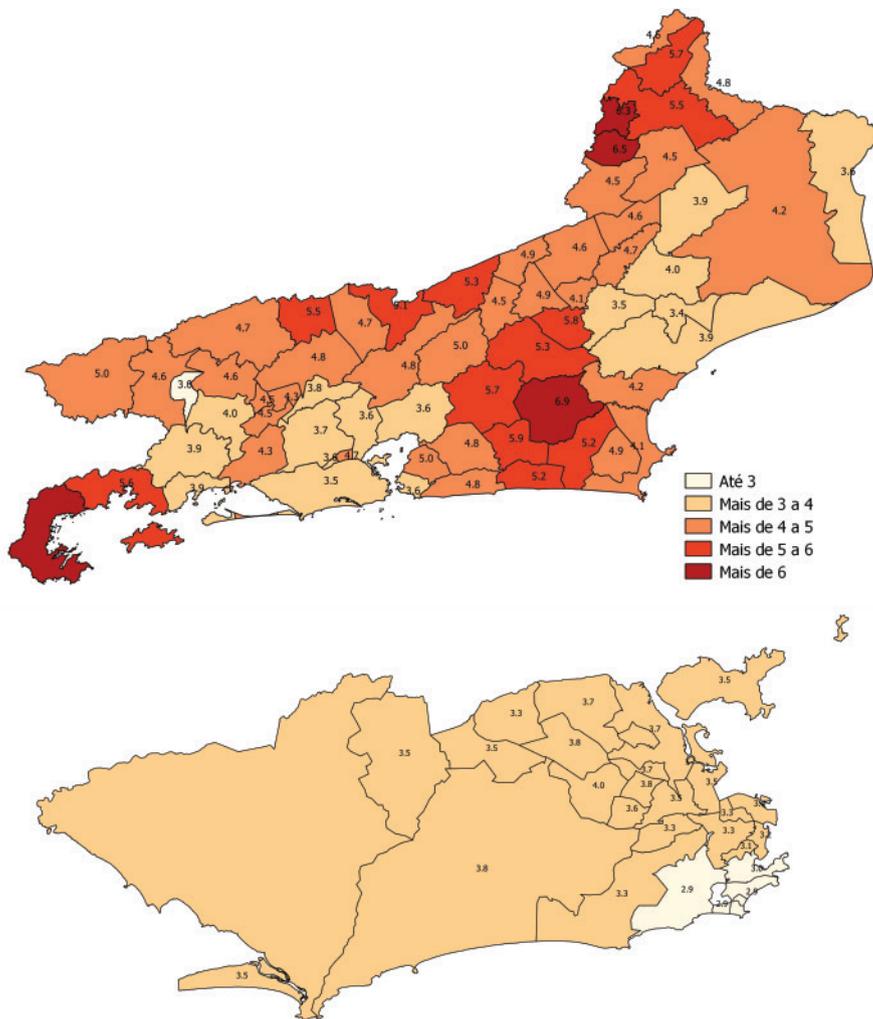


Fonte: Tribunal Regional Eleitoral/TRE, registros administrativos – 1982 a 2010

**Mapas das eleições para presidente de 1989,  
segundo turno**

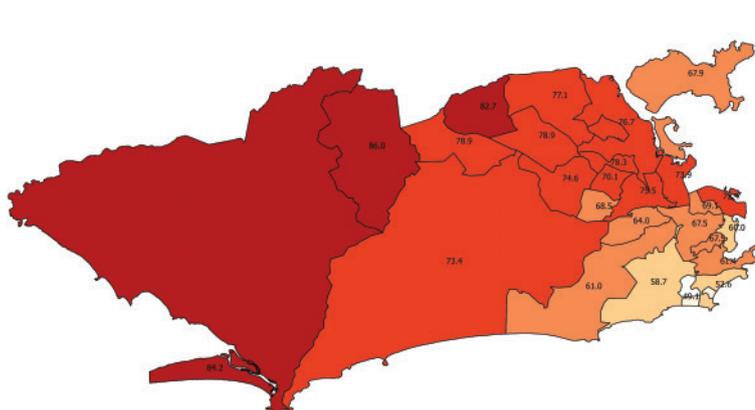
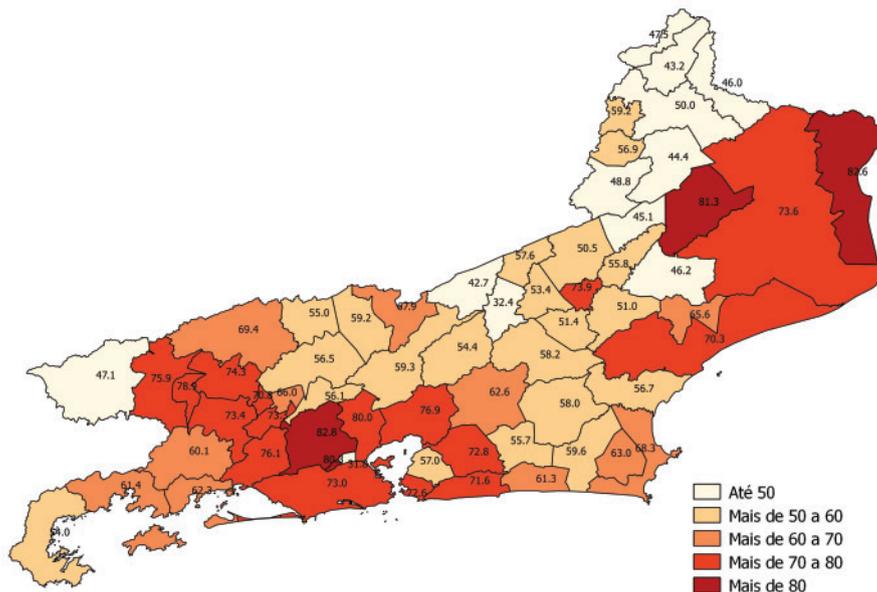


## Taxa de votos brancos e nulos para presidente no Estado do Rio de Janeiro, segundo turno, 1989 (%)



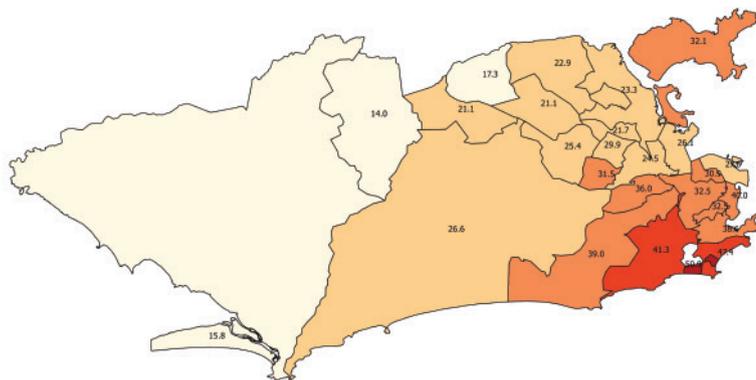
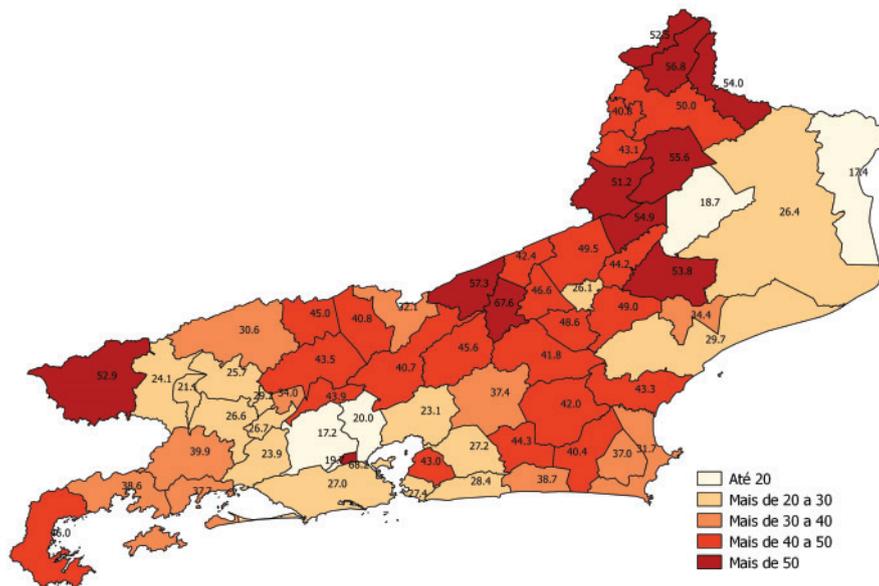
Fonte: Tribunal Regional Eleitoral/TRE, registros administrativos – 1982 a 2010

## Votos válidos de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) para presidente no Estado do Rio de Janeiro, segundo turno, 1989 (%)



Fonte: Tribunal Regional Eleitoral/TRE, registros administrativos – 1982 a 2010

## Votos válidos de Fernando Collor de Mello (PRN) para presidente no Estado do Rio de Janeiro, segundo turno, 1989 (%)



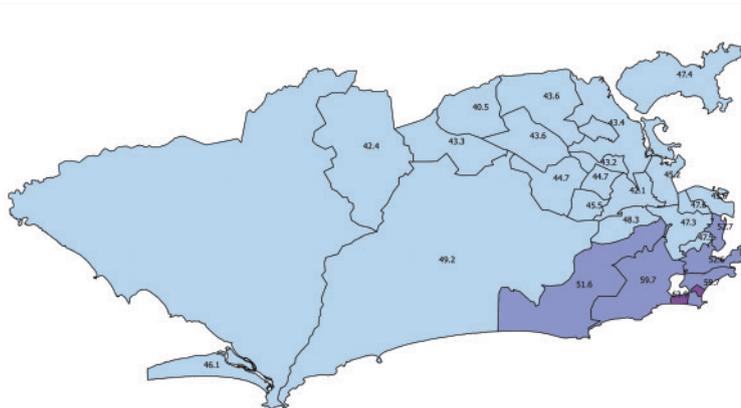
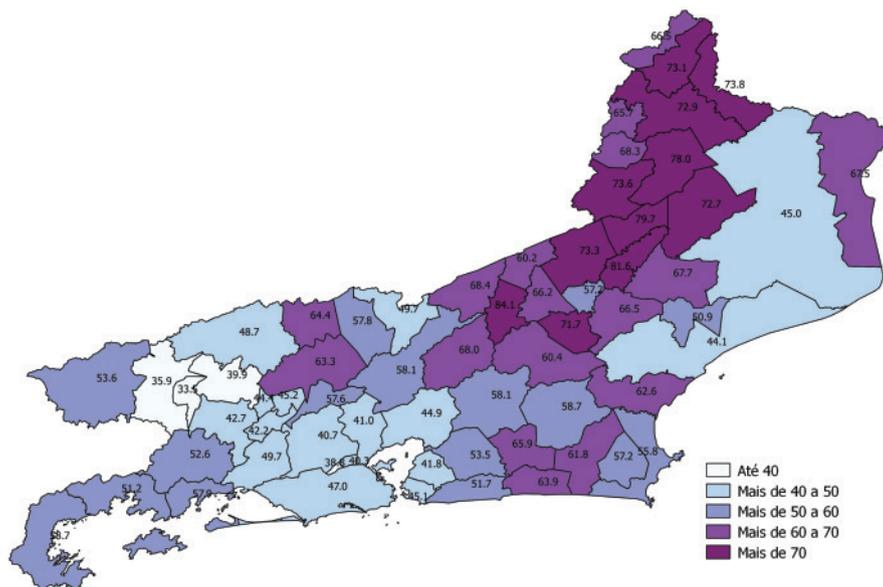
Fonte: Tribunal Regional Eleitoral/TRE, registros administrativos – 1982 a 2010

**Mapas das eleições para presidente de 1994,  
primeiro turno**



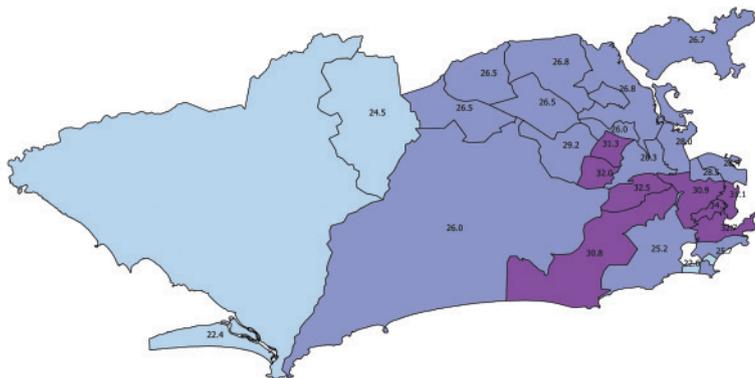
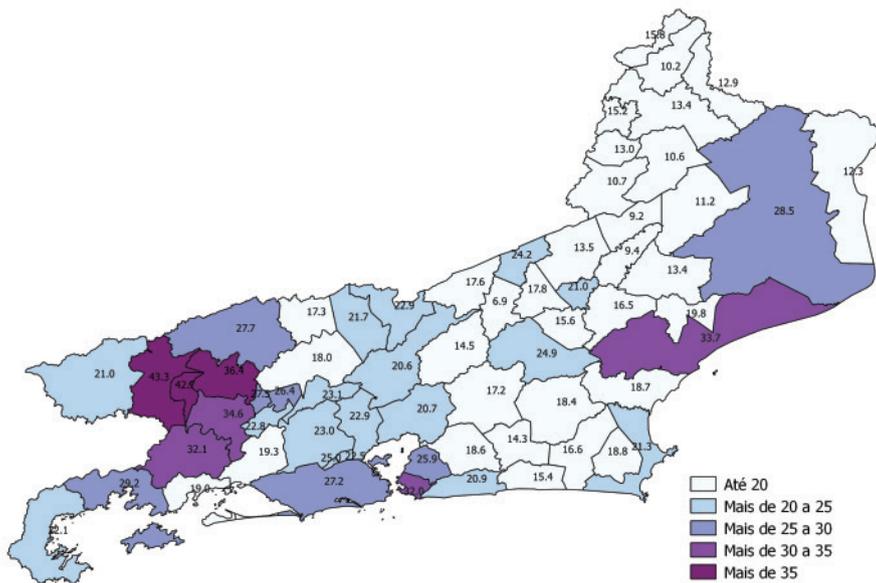


## Votos válidos de Fernando Henrique Cardoso (PSDB) para presidente no Estado do Rio de Janeiro, primeiro turno, 1994 (%)



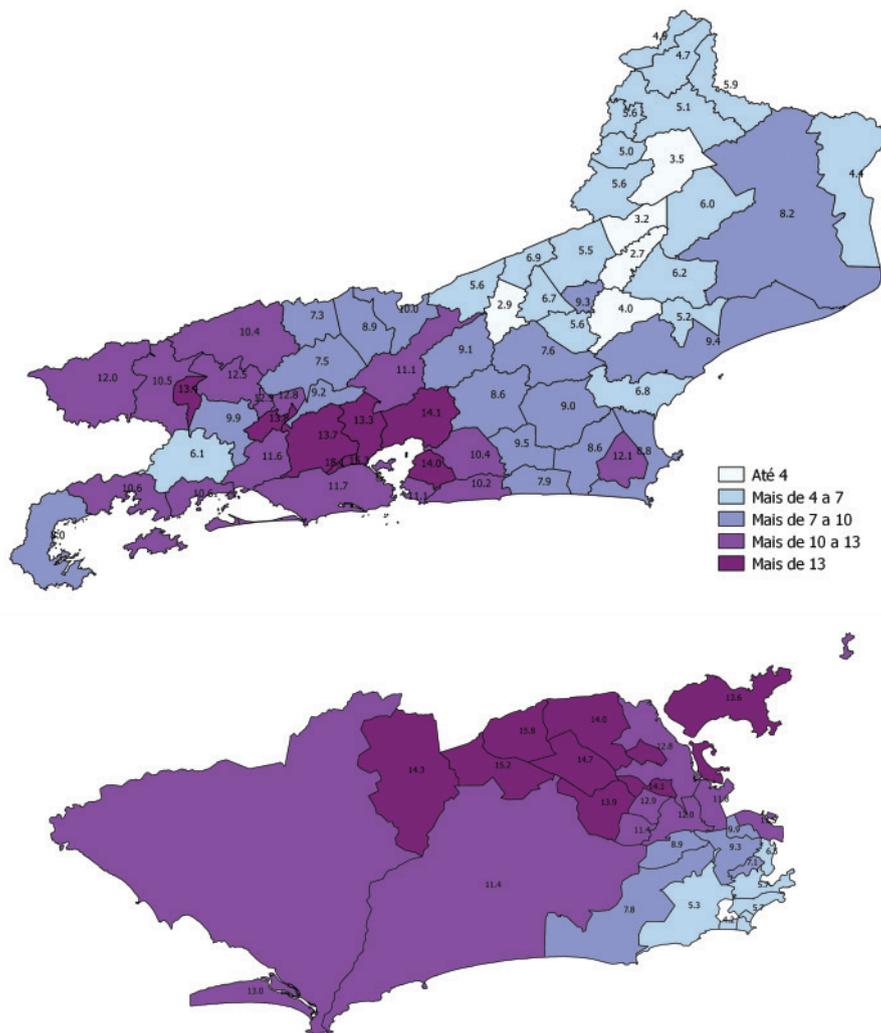
Fonte: Tribunal Regional Eleitoral/TRE, registros administrativos – 1982 a 2010

## Votos válidos de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) para presidente no Estado do Rio de Janeiro, primeiro turno, 1994 (%)



Fonte: Tribunal Regional Eleitoral/TRE, registros administrativos – 1982 a 2010

### Votos válidos de Enéas Carneiro (PRONA) para presidente no Estado do Rio de Janeiro, primeiro turno, 1994 (%)

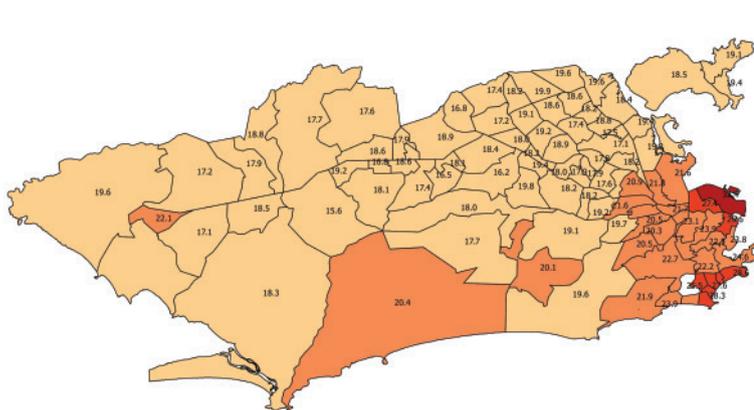
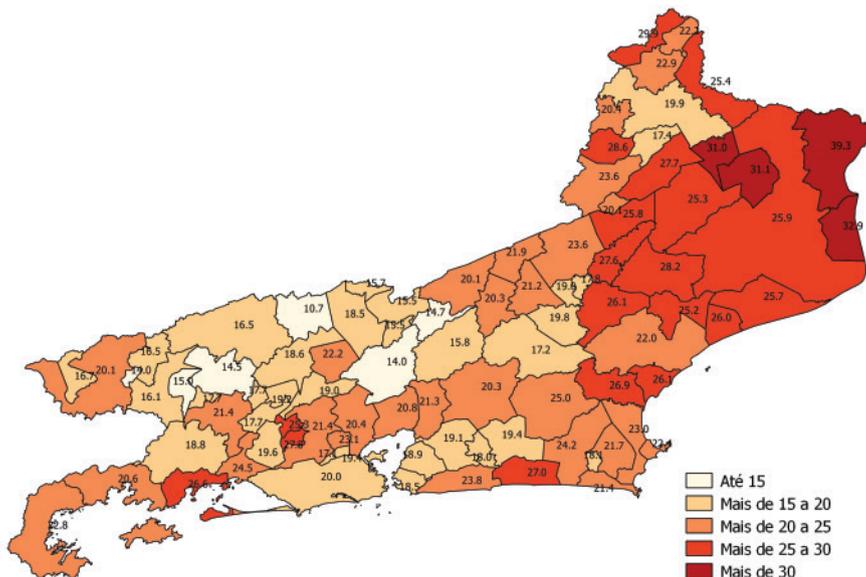


Fonte: Tribunal Regional Eleitoral/TRE, registros administrativos – 1982 a 2010



**Mapas das eleições para presidente de 1998,  
primeiro turno**

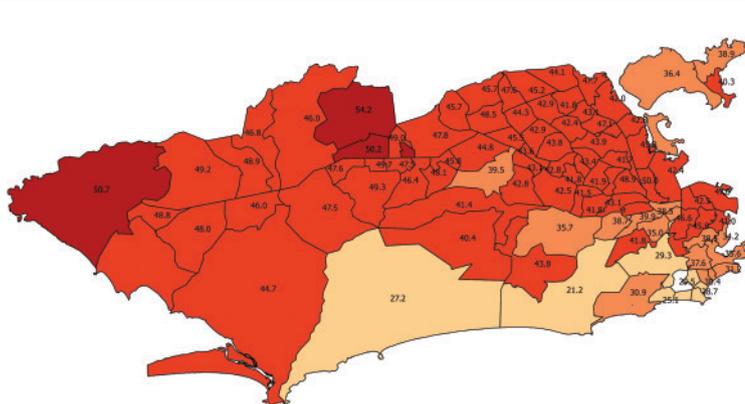
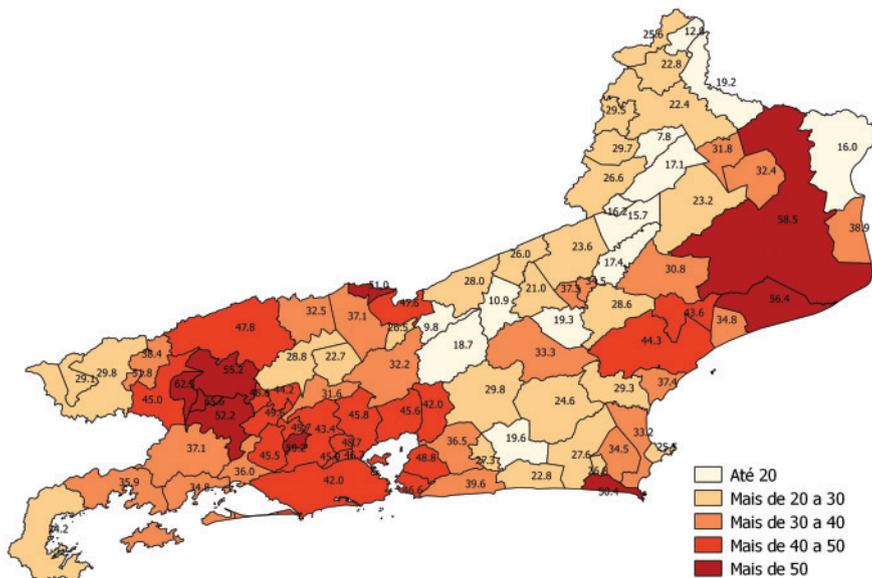
## Taxa de abstenção para presidente no Estado do Rio de Janeiro, primeiro turno, 1998 (%)



Fonte: Tribunal Regional Eleitoral/TRE, registros administrativos – 1982 a 2010

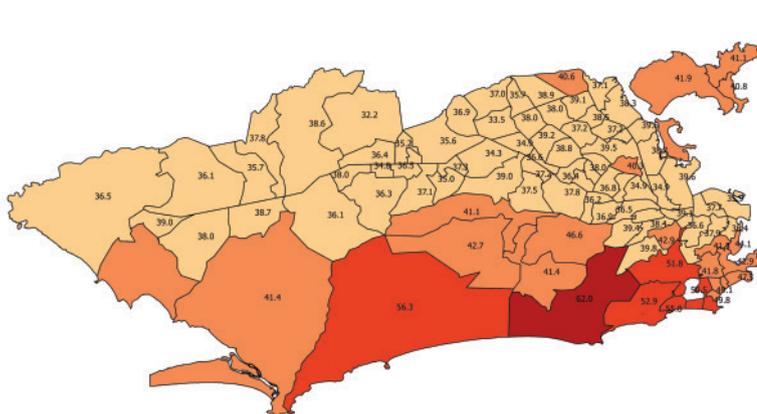
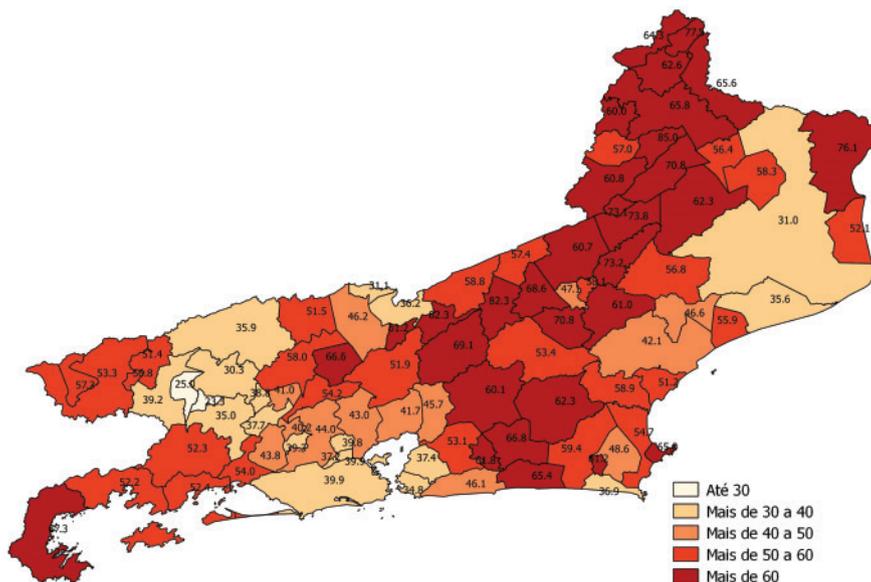


## Votos válidos de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) para presidente no Estado do Rio de Janeiro, primeiro turno, 1998 (%)



Fonte: Tribunal Regional Eleitoral/TRE, registros administrativos – 1982 a 2010

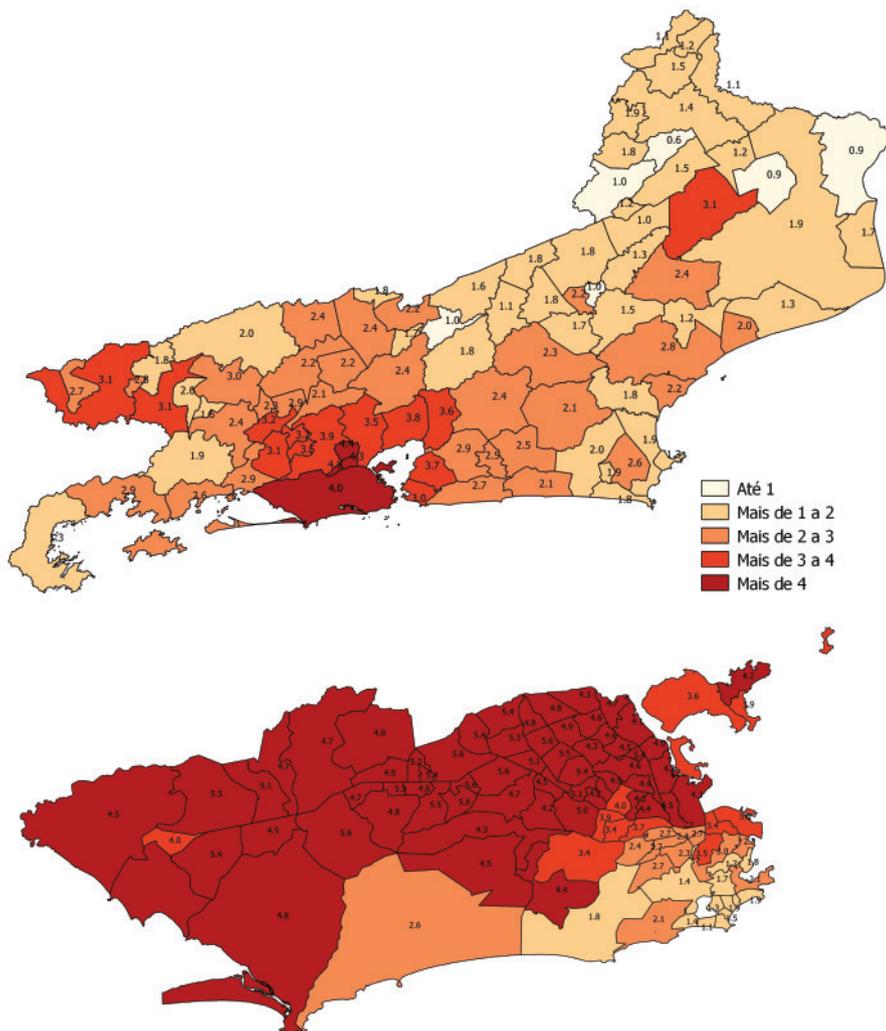
## Votos válidos de Fernando Henrique Cardoso (PSDB) para presidente no Estado do Rio de Janeiro, primeiro turno, 1998 (%)



Fonte: Tribunal Regional Eleitoral/TRE, registros administrativos – 1982 a 2010



### Votos válidos de Enéas Carneiro (PRONA) para presidente no Estado do Rio de Janeiro, primeiro turno, 1998 (%)



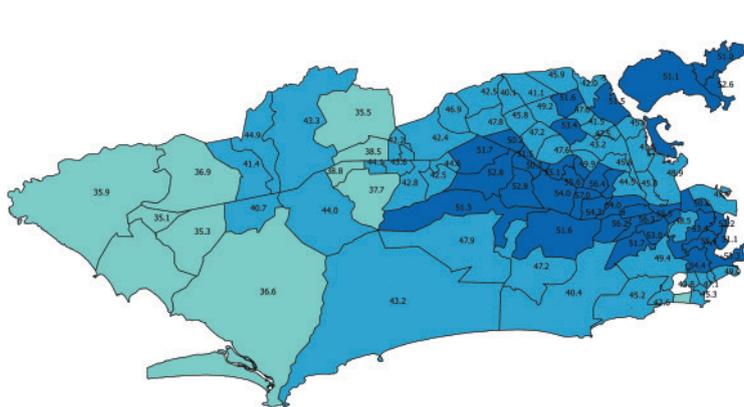
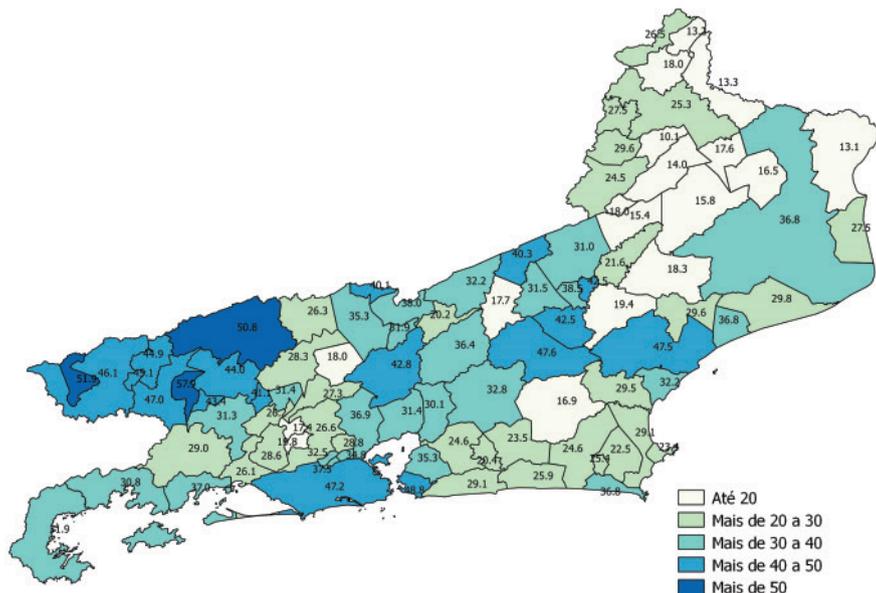
Fonte: Tribunal Regional Eleitoral/TRE, registros administrativos – 1982 a 2010

**Mapas das eleições para presidente de 2002,  
primeiro turno**



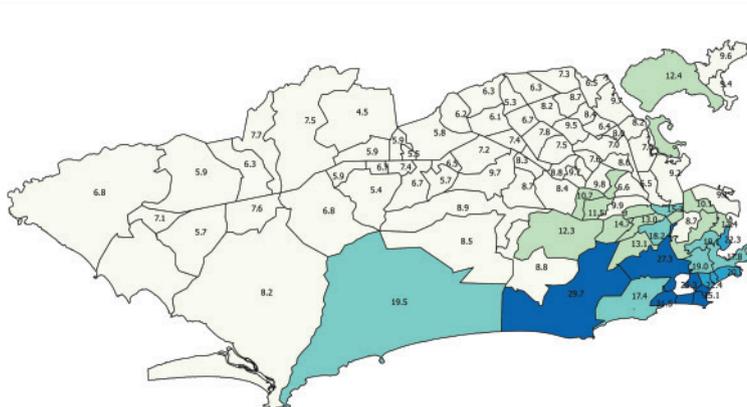
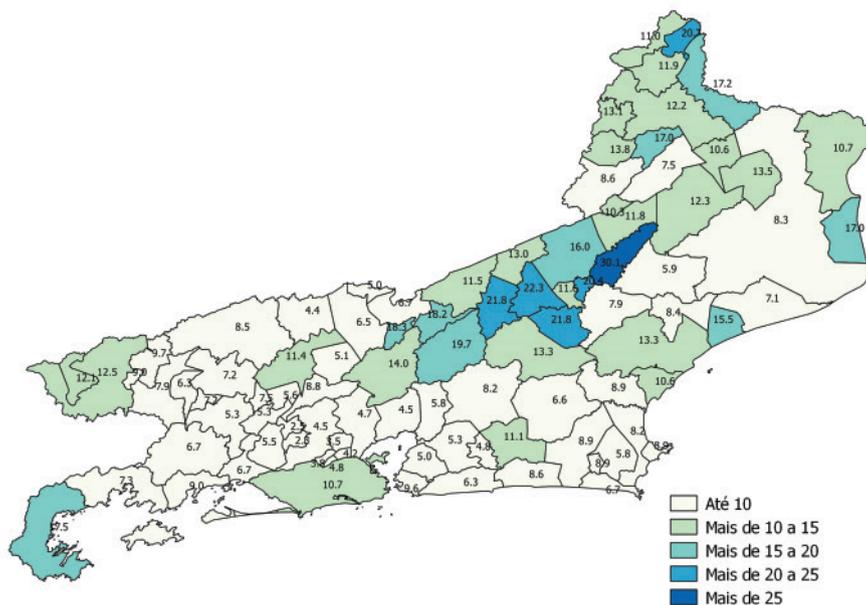


## Votos válidos de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) para presidente no Estado do Rio de Janeiro, primeiro turno, 2002 (%)



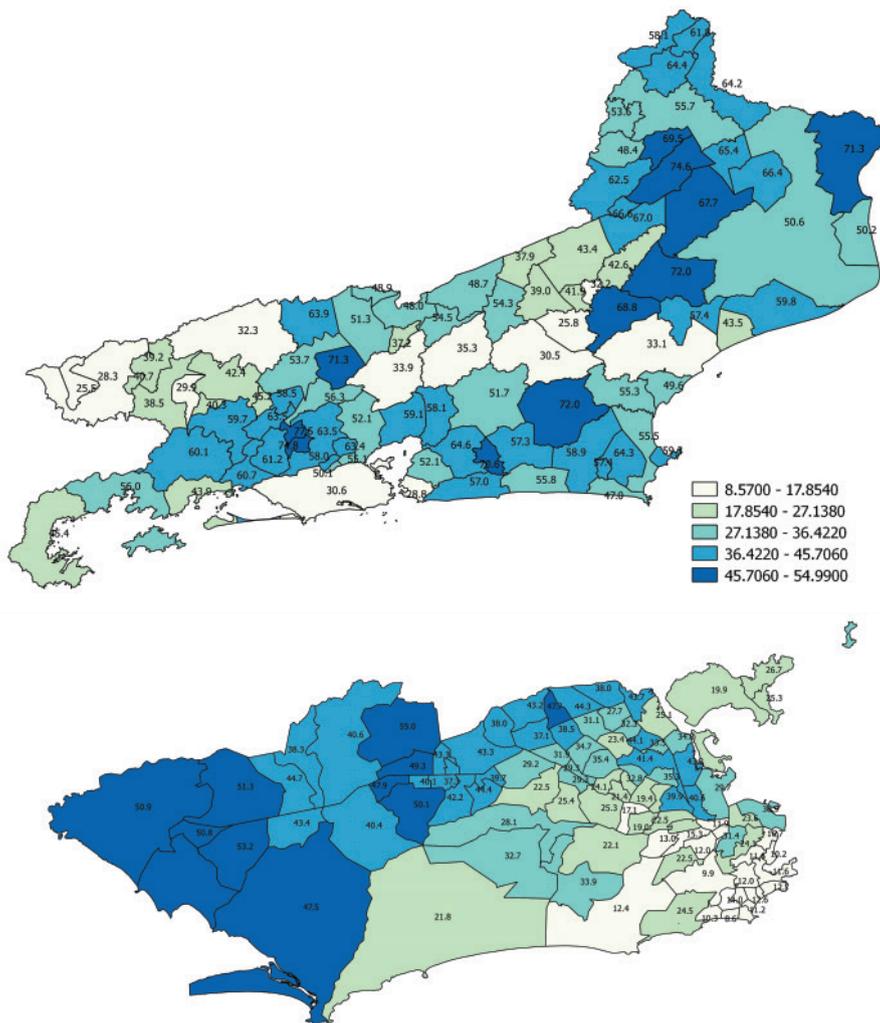
Fonte: Tribunal Regional Eleitoral/TRE, registros administrativos – 1982 a 2010

## Votos válidos de José Serra (PSDB) para presidente no Estado do Rio de Janeiro, primeiro turno, 2002 (%)



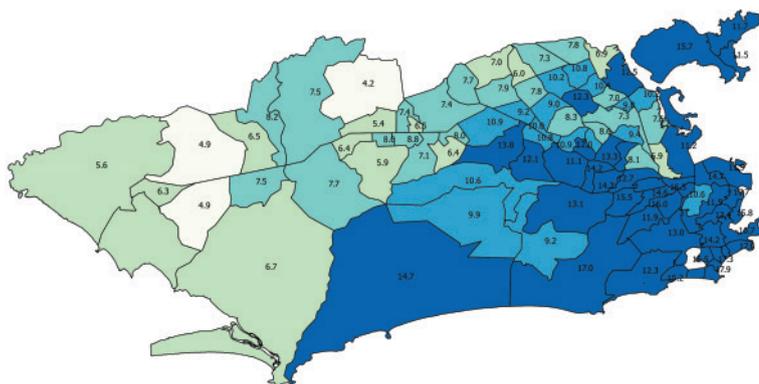
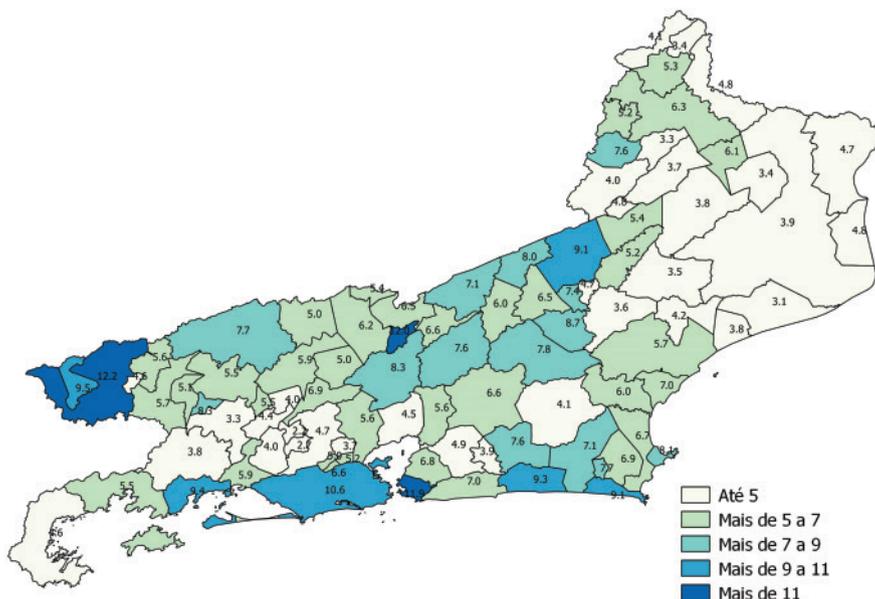
Fonte: Tribunal Regional Eleitoral/TRE, registros administrativos – 1982 a 2010

## Votos válidos de Anthony Garotinho (PSB) para presidente no Estado do Rio de Janeiro, primeiro turno, 2002 (%)



Fonte: Tribunal Regional Eleitoral/TRE, registros administrativos – 1982 a 2010

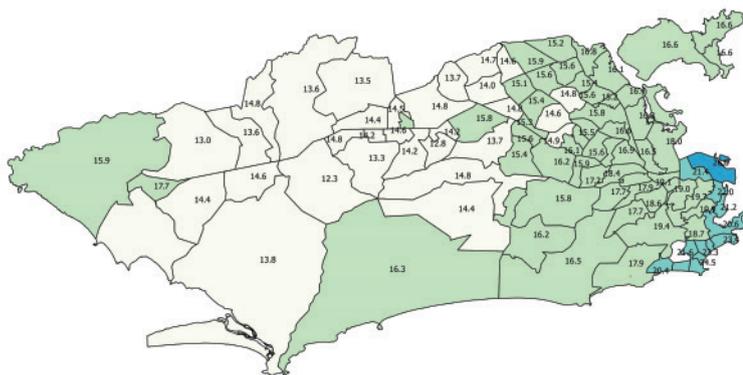
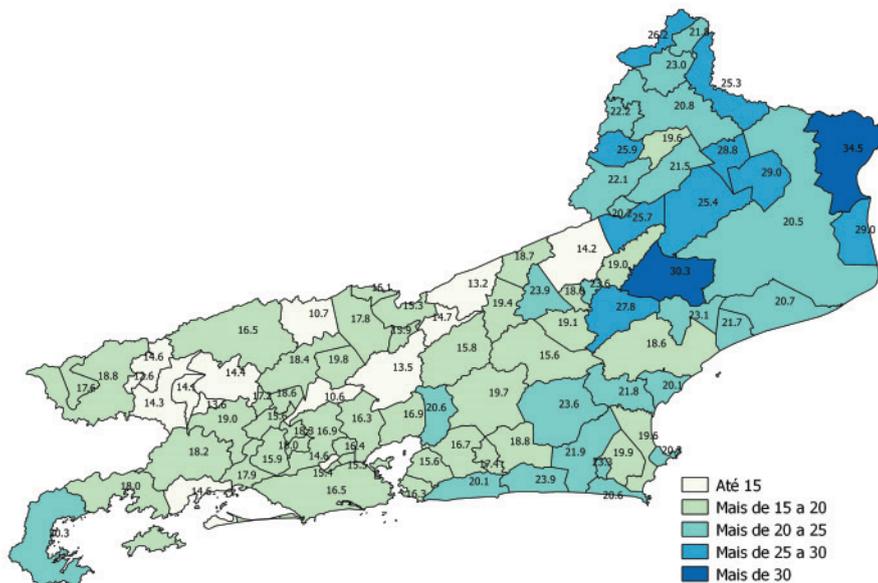
## Votos válidos de Ciro Gomes (PPS) para presidente no Estado do Rio de Janeiro, primeiro turno 2002 (%)



Fonte: Tribunal Regional Eleitoral/TRE, registros administrativos – 1982 a 2010

**Mapas das eleições para presidente de 2002,  
segundo turno**

## Taxa de abstenção para presidente no Estado do Rio de Janeiro, segundo turno, 2002 (%)

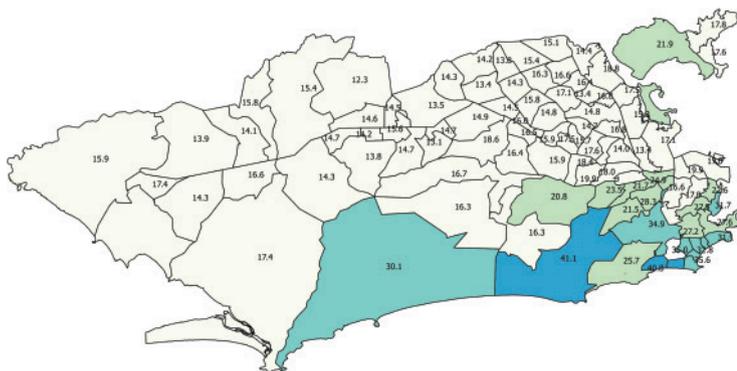
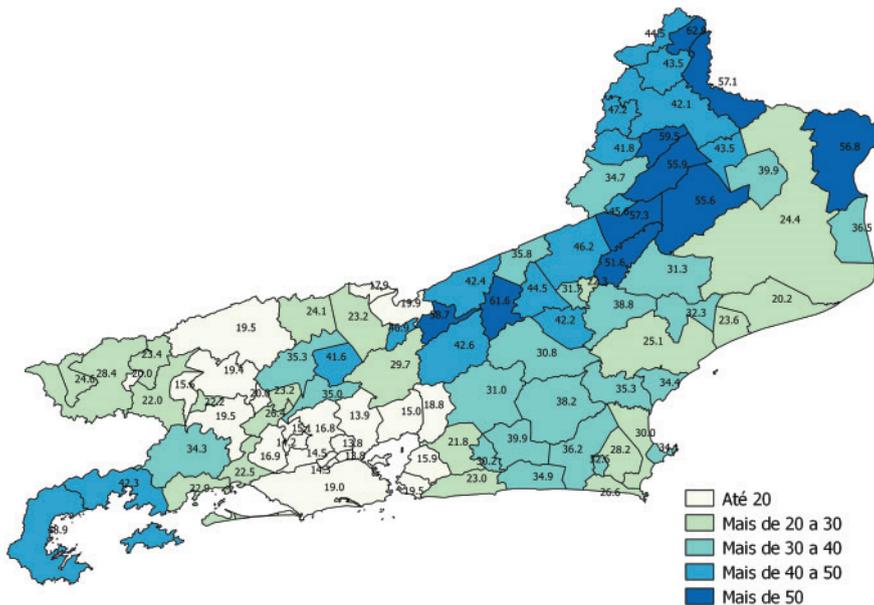


Fonte: Tribunal Regional Eleitoral/TRE, registros administrativos – 1982 a 2010





## Votos válidos de José Serra (PSDB) para presidente no Estado do Rio de Janeiro, segundo turno, 2002 (%)

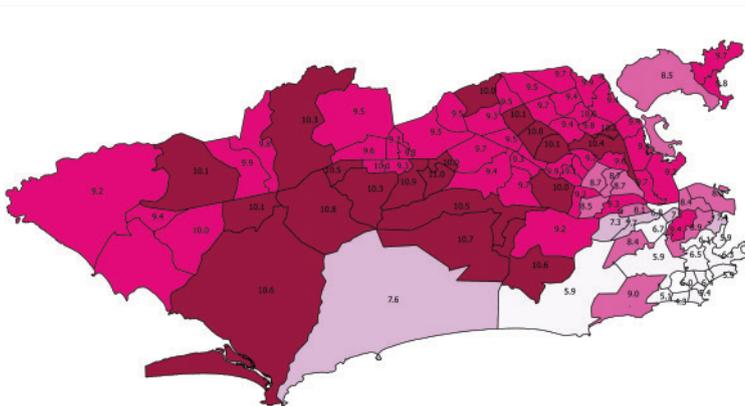
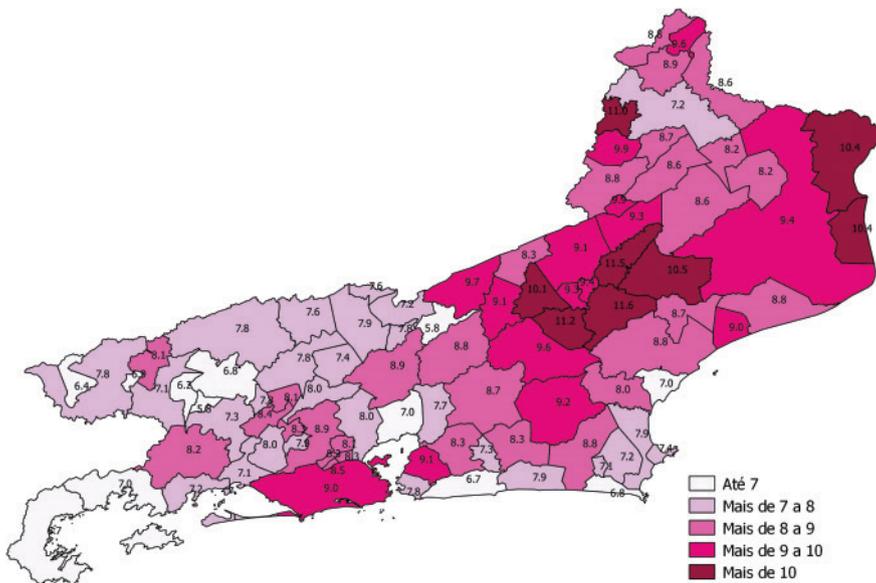


Fonte: Tribunal Regional Eleitoral/TRE, registros administrativos – 1982 a 2010

**Mapas das eleições para presidente de 2006,  
primeiro turno**

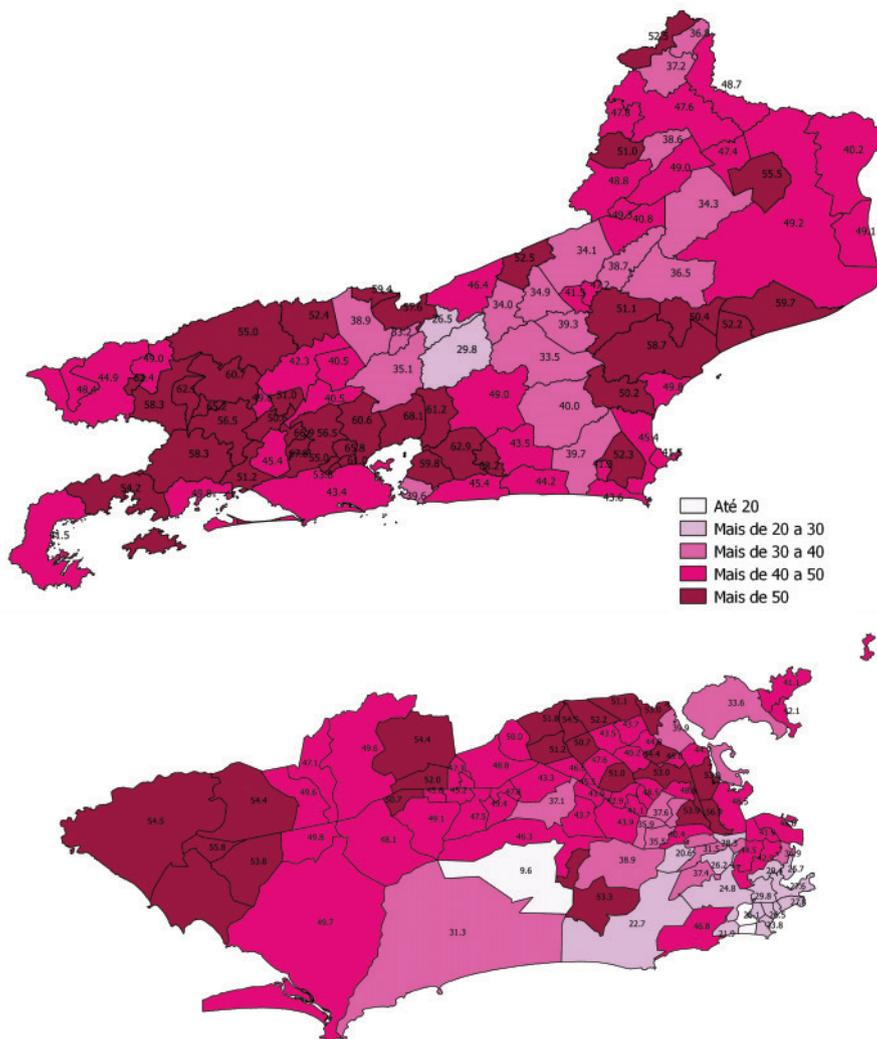


## Taxa de brancos e nulos para presidente no Estado do Rio de Janeiro, primeiro turno, 2006 (%)



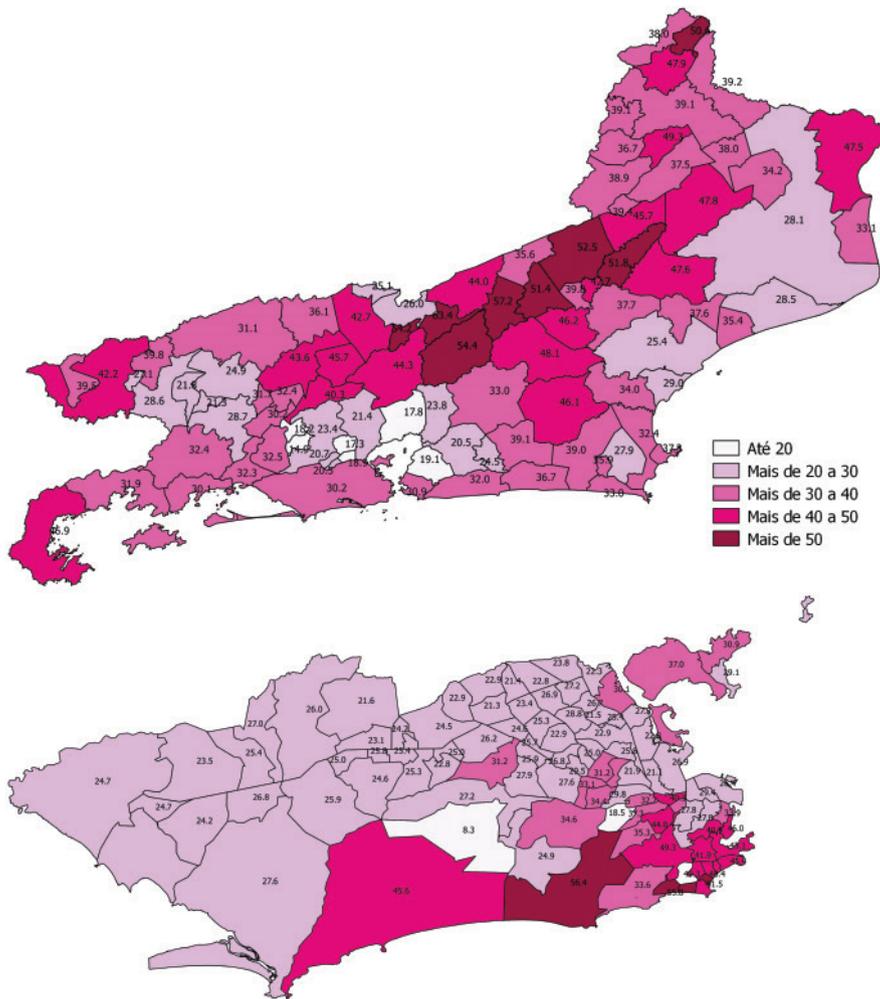
Fonte: Tribunal Regional Eleitoral/TRE, registros administrativos – 1982 a 2010

## Votos válidos de Luiz Inácio da Silva (PT) para presidente no Estado do Rio de Janeiro, primeiro turno, 2006 (%)



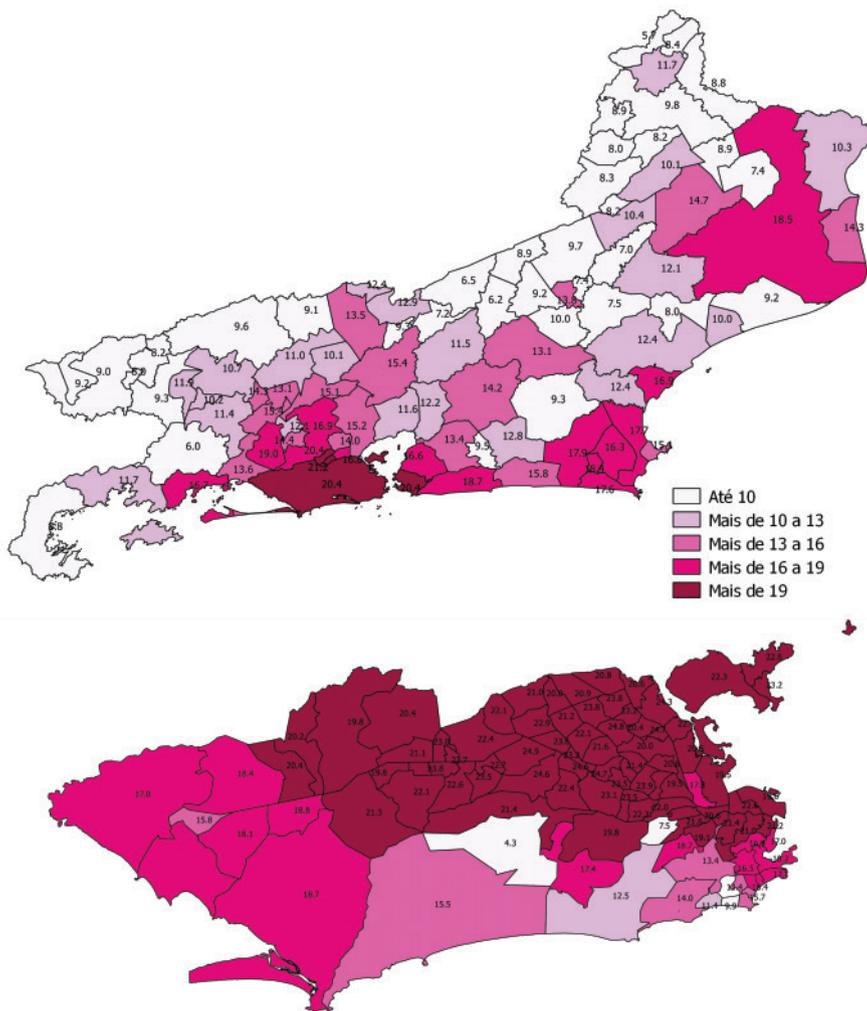
Fonte: Tribunal Regional Eleitoral/TRE, registros administrativos – 1982 a 2010

## Votos válidos de Geraldo Alckmin (PSDB) para presidente no Estado do Rio de Janeiro, primeiro turno, 2006 (%)



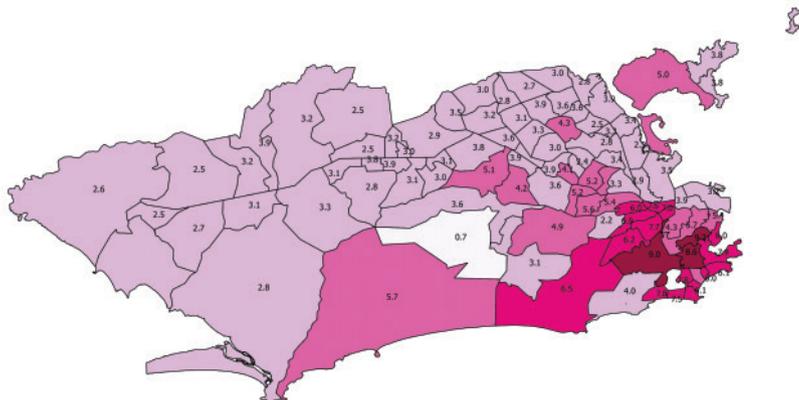
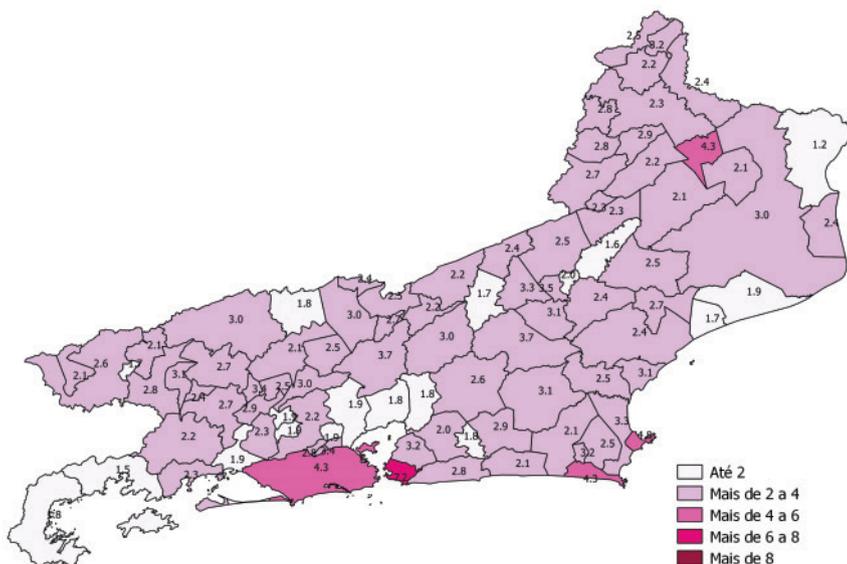
Fonte: Tribunal Regional Eleitoral/TRE, registros administrativos – 1982 a 2010

## Votos válidos de Heloisa Helena (PSOL) para presidente no Estado do Rio de Janeiro, primeiro turno, 2006 (%)



Fonte: Tribunal Regional Eleitoral/TRE, registros administrativos – 1982 a 2010

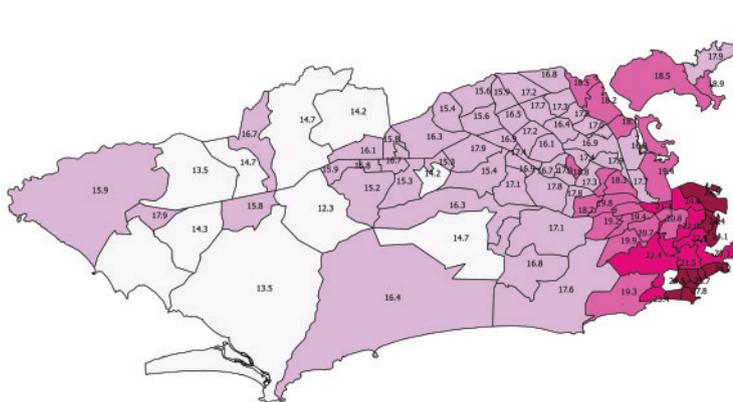
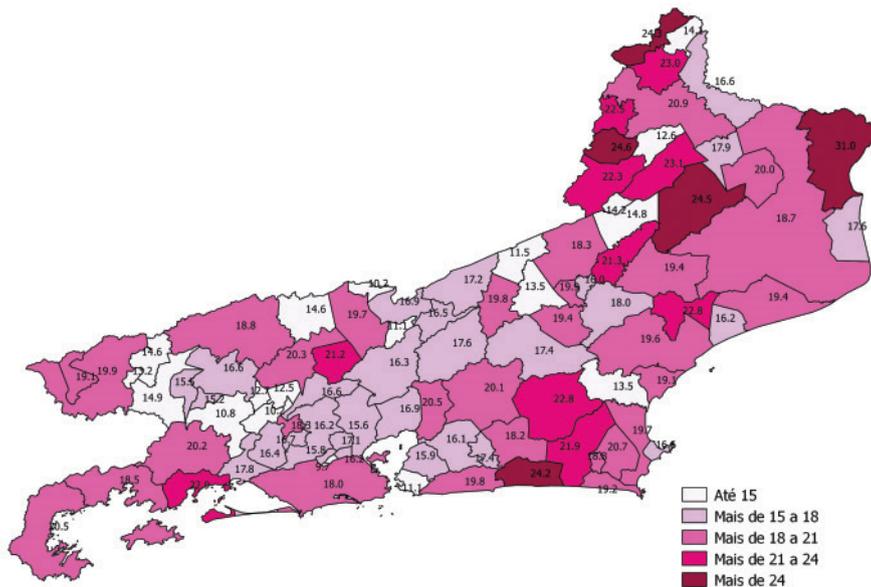
## Votos válidos de Cristovam Buarque (PDT) para presidente no Estado do Rio de Janeiro, primeiro turno 2006 (%)



Fonte: Tribunal Regional Eleitoral/TRE, registros administrativos – 1982 a 2010

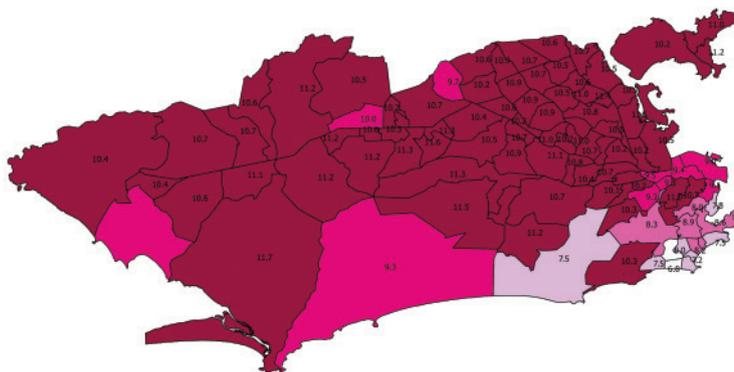
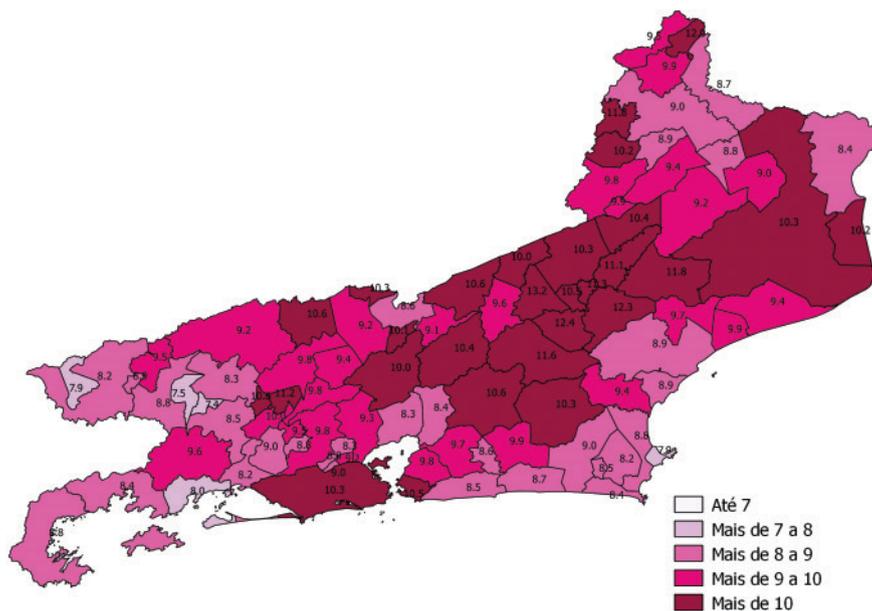
**Mapas das eleições para presidente de 2006,  
segundo turno**

## Taxa de abstenção para presidente no Estado do Rio de Janeiro, segundo turno, 2006 (%)



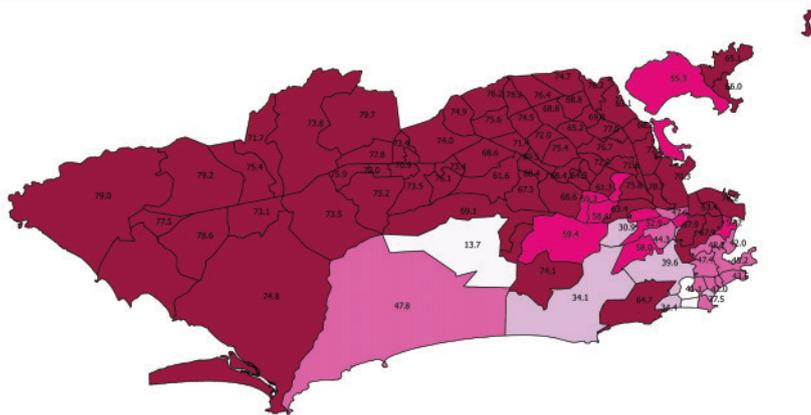
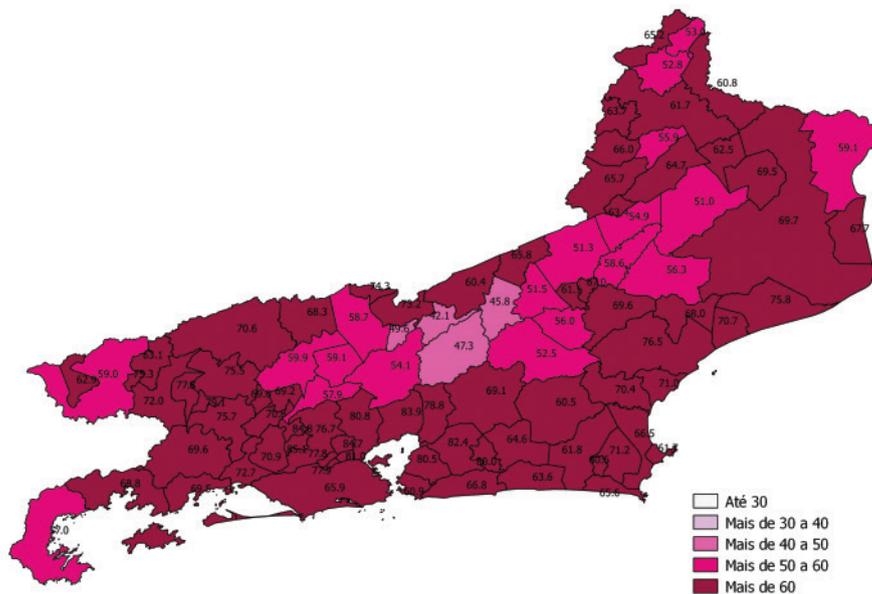
Fonte: Tribunal Regional Eleitoral/TRE, registros administrativos – 1982 a 2010

## Taxa de votos brancos e nulos para presidente no Estado do Rio de Janeiro, segundo turno, 2006 (%)



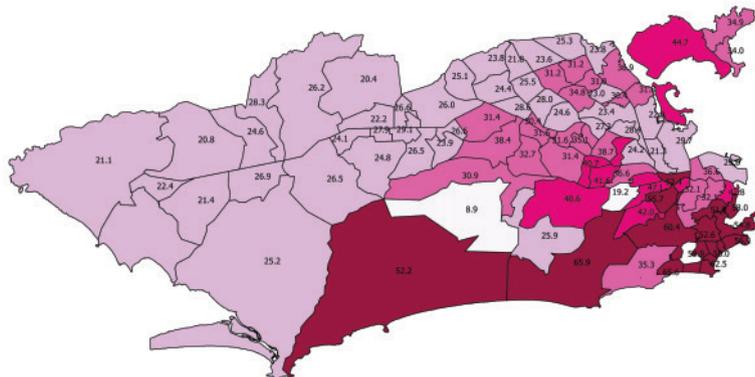
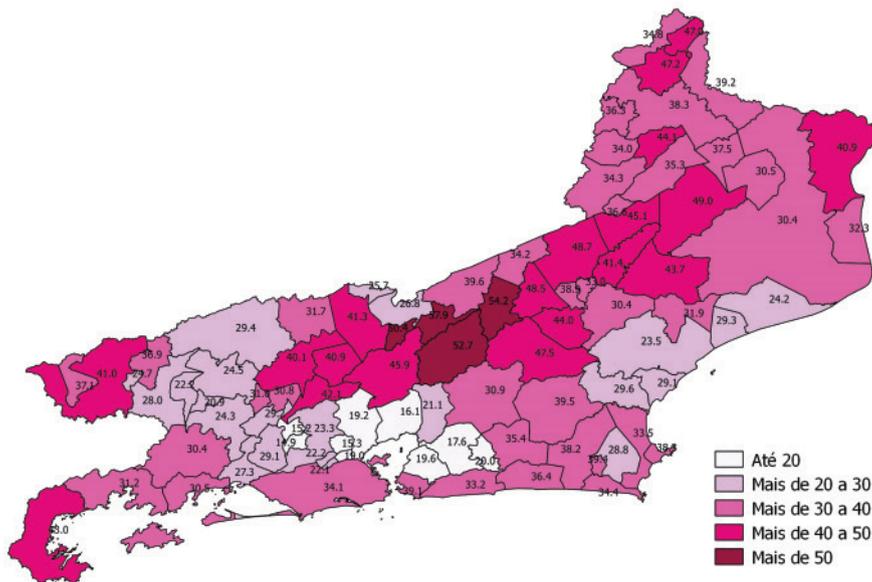
Fonte: Tribunal Regional Eleitoral/TRE, registros administrativos – 1982 a 2010

## Votos válidos de Luiz Inácio da Silva (PT) para presidente no Estado do Rio de Janeiro, segundo turno, 2006 (%)



Fonte: Tribunal Regional Eleitoral/TRE, registros administrativos – 1982 a 2010

## Votos válidos de Geraldo Alckmin (PSDB) para presidente no Estado do Rio de Janeiro, segundo turno, 2006 (%)

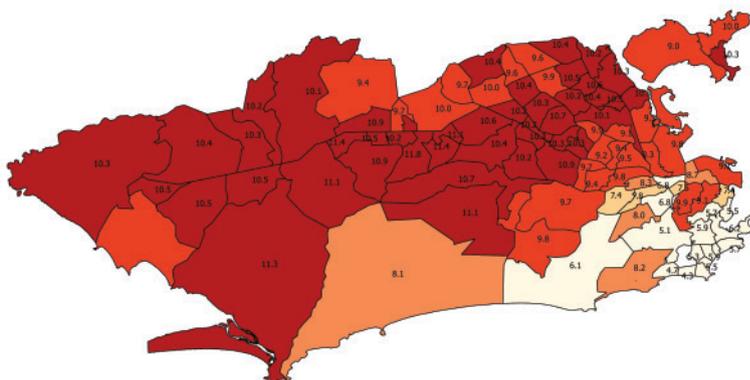
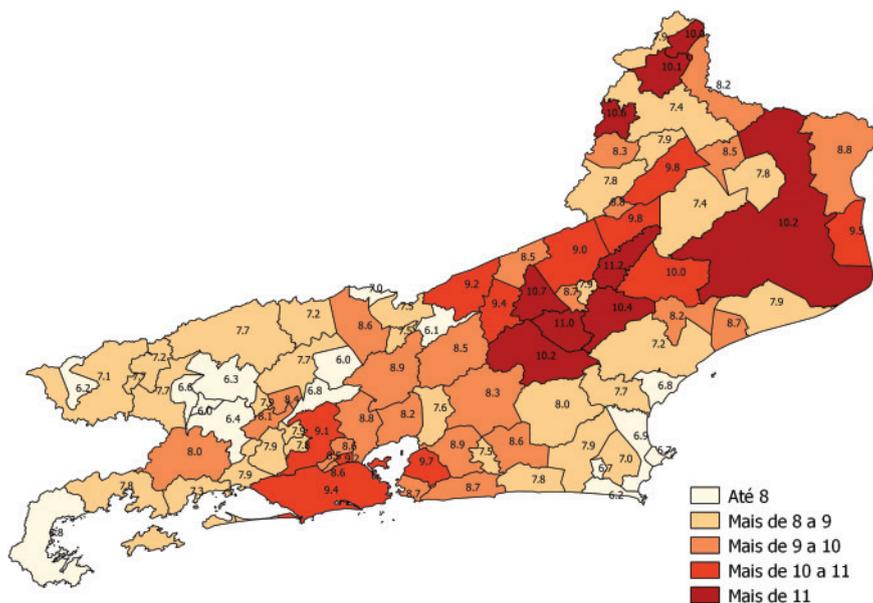


Fonte: Tribunal Regional Eleitoral/TRE, registros administrativos – 1982 a 2010

**Mapas das eleições para presidente de 2010,  
primeiro turno**



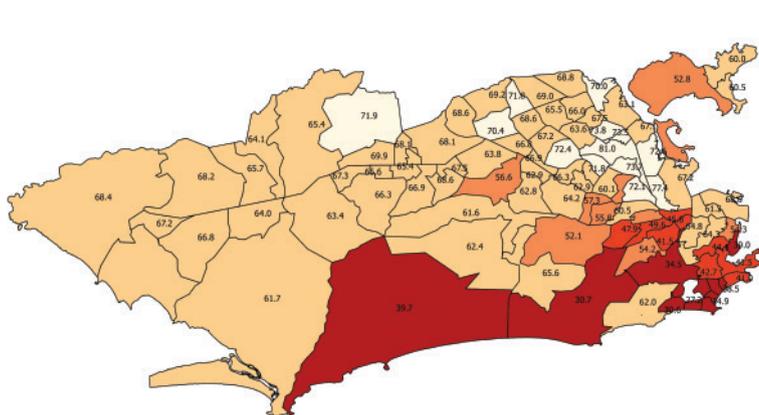
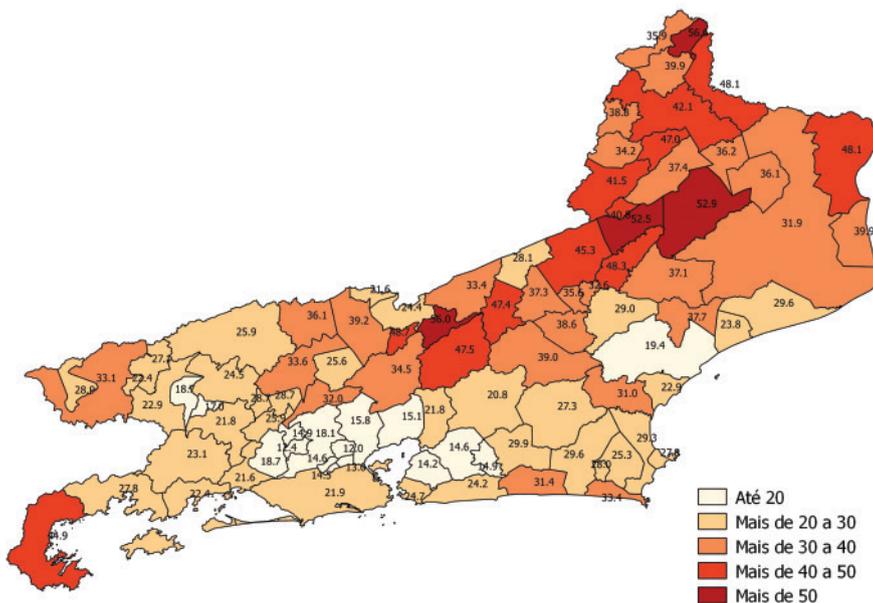
## Taxa de votos brancos e nulos para presidente no Estado do Rio de Janeiro, primeiro turno, 2010 (%)



Fonte: Tribunal Regional Eleitoral/TRE, registros administrativos – 1982 a 2010

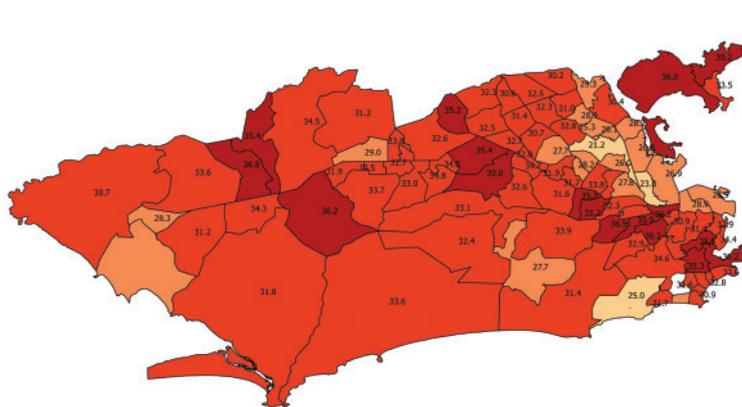
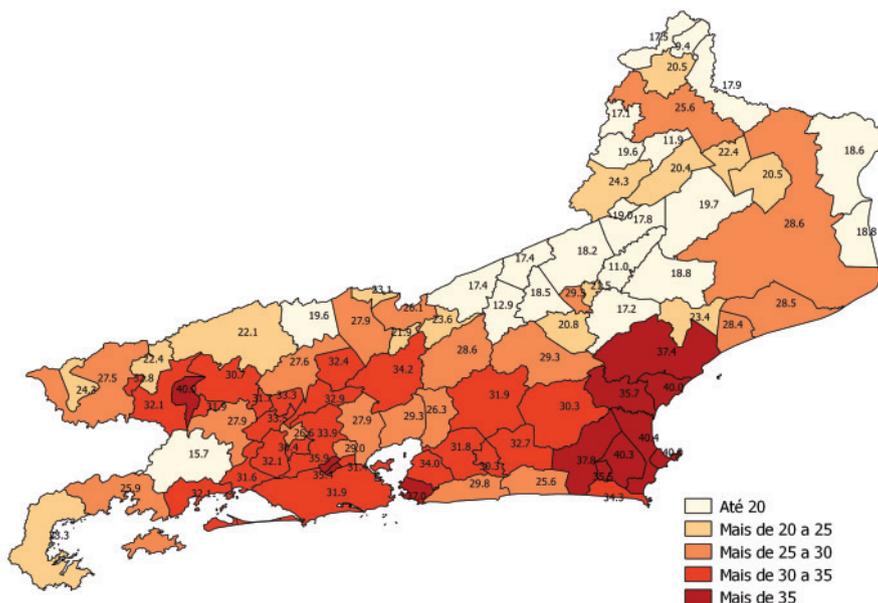


## Votos válidos de José Serra (PSDB) para presidente no Estado do Rio de Janeiro, primeiro turno, 2010 (%)



Fonte: Tribunal Regional Eleitoral/TRE, registros administrativos – 1982 a 2010

## Votos válidos de Marina Silva (PV) para presidente no Estado do Rio de Janeiro, primeiro turno, 2010 (%)

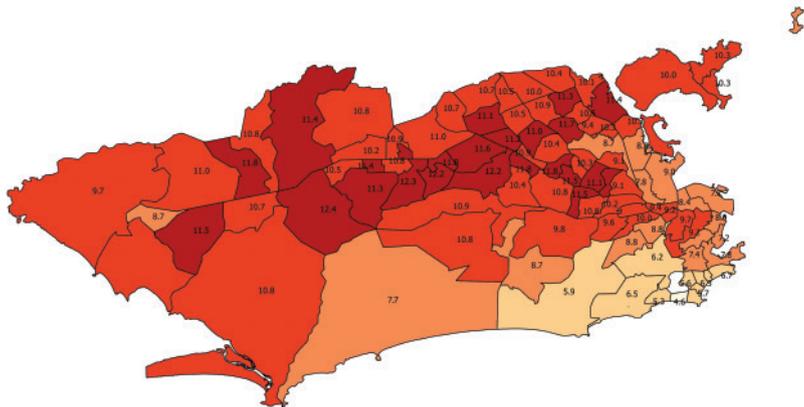
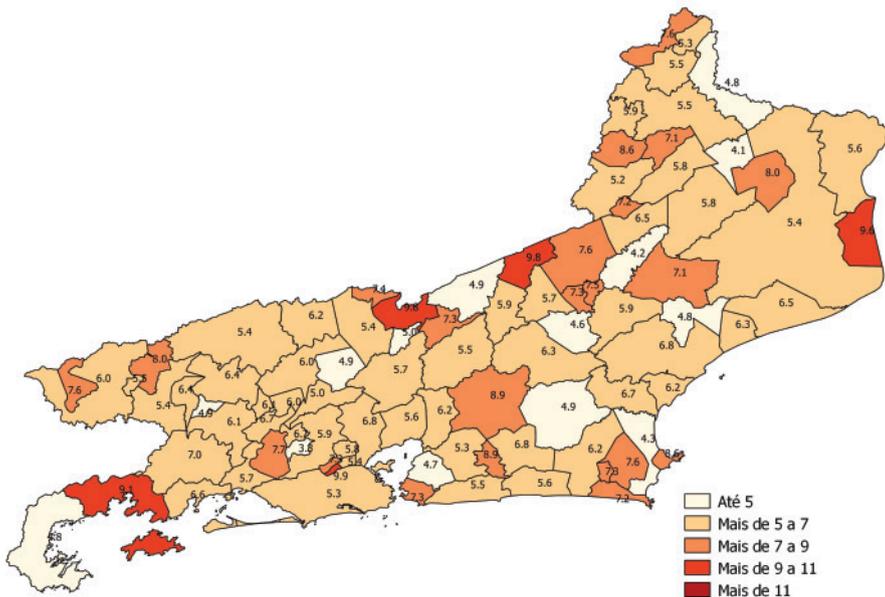


Fonte: Tribunal Regional Eleitoral/TRE, registros administrativos – 1982 a 2010

**Mapas das eleições para presidente de 2010,  
segundo turno**



## Taxa de votos brancos e nulos para presidente no Estado do Rio de Janeiro, segundo turno, 2010 (%)



Fonte: Tribunal Regional Eleitoral/TRE, registros administrativos – 1982 a 2010





### **XIII. Índice de mapas individuais de candidatos**

#### **Candidatos a governador do Estado do Rio de Janeiro de 1982 a 2010**

Anthony Garotinho.....	114, 122, 126 e 132
Benedita da Silva.....	138
César Maia.....	126 e 133
Darcy Ribeiro.....	101
Denise Frossard.....	145 e 153
Eduardo Paes.....	148
Fernando Gabeira.....	102 e 158
Fernando Peregrino.....	159
Jorge Bittar.....	107 e 116
Jorge Roberto da Silveira.....	139
Leonel Brizola.....	92 e 106
Luis Paulo Corrêa da Rocha.....	127
Lysâneas Maciel.....	96
Marcello Alencar.....	113 e 121
Marcelo Crivella.....	146
Milton Gonçalves.....	117
Miro Teixeira.....	94

Moreira Franco .....	93 e 100
Nelson Carneiro .....	108
Newton Cruz .....	115
Ronaldo César Coelho .....	109
Rosinha Matheus .....	137
Sandra Cavalcanti .....	95
Sérgio Cabral .....	144, 152, e 157
Solange Amaral .....	140
Vladimir Palmeira .....	147

### **Candidatos a presidente da República de 1989 a 2002**

Anthony Garotinho .....	191
Ciro Gomes .....	184 e 192
Cristovam Buarque .....	204
Dilma Rousseff .....	213 e 219
Enéas Carneiro .....	177 e 185
Fernando Collor de Mello .....	164, 171 e 193
Fernando Henrique Cardoso .....	175
Geraldo Alckmin .....	202 e 209
Heloísa Helena .....	203

José Serra .....	190,197,241 e 220
Leonel Brizola .....	163 e 178
Luiz Inácio Lula da Silva.....	165, 170, 176, 182, 189, 196, 201 e 208
Mário Covas.....	166
Marina Silva .....	215

## XIV. Bibliografia

ABRANCHES, Sérgio H. de. 1988. Presidencialismo de coalizão: o dilema institucional brasileiro. *Revista Dados*, volume 31, número 1. Rio de Janeiro, IUPERJ.

ABREU, Maurício. 1998. *Evolução urbana do Rio de Janeiro*. 2ª edição. Rio de Janeiro, IPLANRIO: Zahar. [1ª edição de 1987]

ALKMIM, Antonio C. 1991. A participação política eleitoral no Brasil, análise preliminar. *Textos para Discussão*, número 41. Rio de Janeiro, IBGE, fevereiro de 1991.

ALKMIM, Antonio C. 1997. *Voto e segmentação socioespacial no Estado do Rio de Janeiro, 1980-1995*. Tese de doutorado. Rio de Janeiro, IUPERJ.

ALKMIM, Antonio Carlos; KUSCHINIR, Karina. 2001. Mapas eleitorais fluminenses. In: Freire, Américo; Sarmiento, Carlos Eduardo; Motta, Marly Silva da. (org.). *Um Estado em questão: os 25 anos do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro: FGV.

ALKMIM, Antonio Carlos. 2006. Vinte anos de eleições para presidente e governador no Estado do Rio de Janeiro: 1982/2002. *A Ence aos 50 anos, um olhar sobre o Rio de Janeiro*. Escola Nacional de Ciências Estatísticas. Rio de Janeiro: IBGE.

ALKMIM, Antonio Carlos. 2013. O paradoxo do conceito de participação política. *Teoria Política, Revista de Ciência Política*, volume 2, n. 21, p. 56-71.

ARISTÓTELES. *Política*. 1997 Tradução do grego, introdução e notas de Mário da Gama Kury. 3ª ed. Brasília: UNB.

ALMOND, Gabriel A. VERBA, Sidney. 1965. *The Civic Culture - political attitudes and democracy in five nations*. Little, Brown and Company, Inc.

BOBBIO, Norberto. 1997. *A teoria das formas de governo*. 10ª edição. Brasília, Editora UNB. [primeira edição de 1967].

- BOURDIEU, Pierre. 2011. *O campo político*. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n° 5. Brasília, janeiro-julho de 2011, pp. 193-216. [Palestra proferida em fevereiro de 1999].
- BRASILEIRO, Ana Maria. 1985. *Região Metropolitana do Grande Rio: Serviço de Interesse comum*. Brasília, IPEA/IPLANRIO.
- CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede*. São Paulo, Paz e Terra.
- COTA, Maurizio. Representação política. Bobbio, Norberto. 2010. *Dicionário de Política*. 13. ed. Brasília: Editora UNB.
- COUTO, Francisco Pedro do. 1966. *O voto e o povo*. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira.
- DINIZ, Eli. 1982. *Voto e Máquina Política: Patronagem, e Clientelismo no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra.
- IBGE. 2001. *Sinopse do Censo Demográfico de 2000*. Rio de Janeiro.
- IBGE. 2010. Informações capturadas através do endereço eletrônico em janeiro de 2014:  
<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/default.shtm>
- IBGE. 2011. *Indicadores sociais municipais 2010*. Rio de Janeiro, IBGE.
- IBGE. 2011. *Sistema de Contas Regionais do Brasil*. Informação capturada no endereço eletrônico em janeiro de 2014:  
<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/contasregionais/2011/default.shtm>
- IQM. *Índice de qualidade municipal*. 1998. Rio de Janeiro, Fundação CIDE.
- LIMA JUNIOR, Olavo Brasil de. 1990. Alienação eleitoral e seus determinantes - Nota de pesquisa. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, ano 5, n° 14, Rio de Janeiro.

LINS, Cristina; ALKMIM, Antonio Carlos. 2008. *O sistema e o "sistema": o projeto em curso no IBGE e o estudo sobre a cultura*. São Paulo: Observatório Itaú Cultural, número 4.

LIPSET. Seymour Martin. 1959. *Political Man*. Nova York, Doubleday.

MARX, Karl. 1978. *18 Brumário de Luis Bonaparte*. São Paulo: Abril Cultural. (Coleção Os Pensadores). [Original de 1852].

MILL. John Stuart. 1981. *Considerações sobre o governo representativo*. Brasília: Editora UNB. [Original de 1861].

PNUD. 2013. *Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil 2013*. Brasília, PNUD/IPEA/Fundação João Pinheiro.

PITKIN, Hanna Fenichel. 1967. *The concept of representation*. Berkley: University of California Press.

PITKIN, Hanna Fenichel. 2006. *Representação: palavras, instituições e ideias*. Lua Nova, 67: 15-47. [Original de 1989].

RIBEIRO, Luiz César de Queiroz. (org). *Como anda o Rio de Janeiro: análise da conjuntura social*. 1995. Rio de Janeiro: UFRJ/Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano Regional.

ROKKAN. Stein 1970. *Nation building, cleavage formation and structuring of mass politics. Citizens, elections, parties: approaches to the comparative study of the process of development*. New York, Mc Key.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. 2005. *Do contrato social*. São Paulo: Abril Cultural. (Coleção Os Pensadores). [Original de 1757].

SOUZA, Amaury; LIMA JUNIOR, Olavo; FIGUEIREDO, Marcus. 1985. *Brizola e as eleições de 1982 no Rio de Janeiro*. Série Estudos/IUPERJ nº 40. Rio de Janeiro: IUPERJ

ROCHA, Sônia. *Governabilidade e pobreza*. 1994. Texto apresentado no seminário: Governabilidade e pobreza, promovido pelo IUPERJ/URBANDATA/Universidade de Toronto.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. 1987. *Crise e castigo: partidos e gerais na política brasileira*. São Paulo, Editora Vértice/IUPERJ.

TAYLOR, P. J. e Johnston, R. J. 1979. *Geography of elections*. Holmes & Meier Publishers, New York.

VENTURA, Zuenir. *Cidade Partida*. 1994. São Paulo: Companhia das Letras.

## XV. Anexo

### Quadro anexo I – Análise fatorial de componentes principais para as taxas de abstenção das candidaturas de presidente e governador no Estado do Rio de Janeiro, 1982 a 2010

	Fator 1	Fator 2	Fator 3	
Abstenção 1998, segundo turno (governador)	0,92	0,28	0,12	Variância Explicada (%)
Abstenção 1989, primeiro turno (presidente)	0,86	0,17	0,42	
Abstenção 2002, segundo turno (presidente)	0,86	0,37	-0,11	
Abstenção 1994, segundo turno (governador)	0,85	0,21	0,39	
Abstenção 1998, primeiro turno (presidente e governador)	0,84	0,37	0,23	Fator 1
Abstenção 1990, primeiro turno (governador)	0,82	0,20	0,44	Fator 2
Abstenção 1994, primeiro turno (presidente e governador)	0,77	0,32	0,49	Fator 3
Abstenção 1989, segundo turno (presidente)	0,72	0,03	0,44	Total
Abstenção 2002, primeiro turno (presidente e governador)	0,64	0,56	-0,06	85,0
Abstenção 2006, primeiro turno (presidente e governador)	0,12	0,93	0,22	
Abstenção 2006, segundo turno (presidente)	0,30	0,89	0,19	
Abstenção 2010, segundo turno (presidente)	0,23	0,88	0,22	
Abstenção 2010, primeiro turno (presidente e governador)	0,29	0,86	0,20	
Abstenção 1986 (governador)	0,17	0,22	0,76	
Abstenção 1982 (governador)	0,32	0,30	0,67	

Correlação de Pearson para os fatores e média das taxas de abstenção	Média dos fatores	Média das taxas de abstenções
Fator 1 para as taxas de abstenções	0,58	0,72
Fator 2 para as taxas de abstenções	0,58	0,62
Fator 3 para as taxas de abstenções	0,58	0,32
Média dos fatores para as taxas de abstenção	1,00	0,95
Média das taxas de abstenções	0,95	1,00

Fonte: Tribunal Regional Eleitoral/TRE, registros administrativos – 1982 a 2010.

Nota: para a extração dos fatores foi utilizado o método Varimax com a normalização Kaiser.

## Quadro anexo 2 – Análise fatorial de componentes principais para as taxas de votos brancos e nulos para candidaturas de presidente e governador no Estado do Rio de Janeiro, 1982 a 2010

	Fator 1	Fator 2	Fator 3	
Brancos e nulos, 1989, primeiro turno (presidente)	<b>0,91</b>	0,22	0,10	
Brancos e nulos, 1986 (governador)	<b>0,87</b>	-0,01	-0,14	
Brancos e nulos, 1994, primeiro turno (presidente)	<b>0,85</b>	0,34	0,10	
Brancos e nulos, 1994, primeiro turno (governador)	<b>0,85</b>	0,23	0,38	
Brancos e nulos, 1990, primeiro turno (governador)	<b>0,81</b>	0,02	0,43	
Brancos e nulos, 1998, primeiro turno (presidente)	<b>0,76</b>	0,46	0,21	
Brancos e nulos, 1989, segundo turno (presidente)	<b>0,75</b>	0,09	0,34	
Brancos e nulos, 1982 (governador)	<b>0,71</b>	-0,22	0,06	
Brancos e nulos, 1998, primeiro turno (governador)	<b>0,71</b>	0,34	0,50	
Brancos e nulos, 2002, primeiro turno (governador)	<b>0,66</b>	0,55	0,29	
Brancos e nulos, 2002, primeiro turno (presidente)	<b>0,64</b>	0,61	0,18	
<b>Brancos e nulos, 2010, segundo turno (presidente)</b>	<b>-0,82</b>	-0,01	0,02	
Brancos e nulos, 2002, segundo turno (presidente)	0,42	<b>0,48</b>	0,11	
Brancos e nulos, 2006, segundo turno (governador)	0,34	<b>0,71</b>	0,43	
Brancos e nulos, 2010, primeiro turno (governador)	0,20	<b>0,79</b>	0,14	
Brancos e nulos, 2006, primeiro turno (presidente)	0,11	<b>0,95</b>	-0,12	
Brancos e nulos, 2006, primeiro turno (governador)	0,05	<b>0,78</b>	0,34	
Brancos e nulos, 2006, segundo turno (presidente)	-0,05	<b>0,88</b>	0,20	
Brancos e nulos, 2010, primeiro turno (presidente)	-0,07	<b>0,91</b>	-0,07	
Brancos e nulos, 1998, segundo turno (governador)	-0,01	0,28	<b>0,89</b>	
Brancos e nulos, 1994, segundo turno (governador)	0,41	0,03	<b>0,78</b>	

	Variância Explicada (%)
Fator 1	37,5
Fator 2	27,7
Fator 3	12,8
<b>Total</b>	<b>78,0</b>

Correlação de Pearson para os fatores e média das taxas de votos brancos e nulos	Média dos fatores	Média para as taxas de votos brancos e nulos
Fator 1 para brancos e nulos	0,58	0,80
Fator 2 para brancos e nulos	0,58	0,44
Fator 3 para brancos e nulos	0,58	0,40
Média dos fatores para votos brancos e nulos	1,00	<b>0,94</b>
Média para os votos brancos e nulos	<b>0,94</b>	1,00

Fonte: Tribunal Regional Eleitoral/TRE, registros administrativos – 1982 a 2010.

Nota: para a extração dos fatores foi utilizado o método Varimax com a normalização Kaiser.

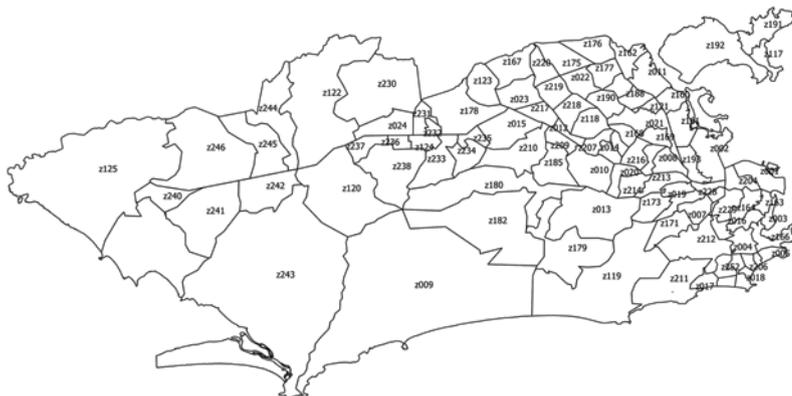


## Mapa anexo 3 – Zonas eleitorais do município do Rio de Janeiro, 1982



Z001	Centro
Z002	Estácio
Z003	Flamengo
Z004	Botafogo
Z005	Copacabana
Z006	Rio Comprido
Z007	Tijuca
Z008	Rocha
Z009	São Cristóvão
Z010	Cascadura
Z011	Olaria
Z012	Madureira
Z013	Barra da Tijuca
Z014	Méier
Z015	Realengo
Z016	Laranjeiras
Z017	Leblon
Z018	Ipãema
Z019	Grajaú
Z020	Engenho Novo
Z021	Bonsucesso
Z022	Irajá
Z023	Deodoro
Z024	Bangu
Z025	Santa Cruz
Z117	Ilha do Governador

## Mapa anexo 4 – Zonas eleitorais do município do Rio de Janeiro, 2010



z001	CENTRO 1 (CASTELO)
z002	S. CRISTOVAO
z003	FLAMENGO
z004	BOTAFOGO 1 (HUMAITA)
z005	COPA 1 (LEME)
z006	TIJUCA 1 (ESTACIO)
z007	TIJUCA 2 (S.PENA)
z008	JACARE
z009	BARRA 1 (RECREIO)
z010	ENCANTADO
z011	PENHA 1 (OLARIA)
z012	MADUREIRA 1 (CASCADURA)
z013	FREGUESIA 1 (JACAREPAGUA)
z014	PIEDADE
z015	MAL. HERMES
z016	LARANJEIRAS
z017	LEBLON
z018	COPA 2
z019	VILA ISABEL
z020	ENG. DENTRO
z021	RAMOS 1
z022	IRAJA
z023	DEODORO
z024	BANGU 1 (S.CAMARA)
z025	SEPETIBA
z117	COCOTA
z118	V. CARVALHO
z119	BARRA 2 (ALTO/FURNAS)
z120	C. GRANDE 1 (A. VASCONCELOS)
z121	OLARIA
z122	C. GRANDE 2 (SANTISSIMO)
z123	ANCHIETA 1 (R. ALBUQUERQUE)

z124	BANGU 2 (P. MIGUEL)
z125	SANTA CRUZ 1
z160	RAMOS 2 (OLARIA)
z161	BONSUCESSO 1 (RAMOS)
z162	CORDOVIL 1 (BRAS DE PINA)
z163	CATETE
z164	SANTA TERESA
z165	PANEMA
z166	BOTAFOGO 2 (URCA)
z167	ANCHIETA 2 (PAVUNA)
z168	INHAUMA
z169	BONSUCESSO 2 (HIGIENOPOLIS)
z170	ANDARAÍ
z171	TIJUCA 3 (USINA)
z173	GRAJAU
z175	PAVUNA
z176	J. AMERICA
z177	CORDOVIL 2 (V. ALEGRE)
z178	REALENGO 1
z179	C. DE DEUS
z180	TAQUARA 1 (TANQUE)
z182	TAQUARA 2 (CURICICA)
z185	P. SECA
z188	PENHA 2
z189	PENHA CIRCULAR
z190	V. DA PENHA
z191	FREGUESIA 2 (TAUA)
z192	J. GUANABARA
z193	BENFICA
z204	CENTRO 2 (CIDADE NOVA)
z205	COPA 2
z206	COPA 3

z207	CASCADURA
z208	PILARES
z209	MADUREIRA 2 (O. CRUZ)
z210	V. VALQUEIRE
z211	S. CONRADO
z212	J. BOTANICO
z213	ENG. NOVO
z214	MEIER
z215	CACHAMBI
z216	TODOS OS SANTOS
z217	BENTO RIBEIRO
z218	VAZ LOBO
z219	ROCHA MIRANDA
z220	ACARI
z228	MARACANA
z229	RIO COMPRIDO
z230	VILA KENNEDY
z231	P. MIGUEL 3 (BANGU)
z232	P. MIGUEL 2
z233	REALENGO 2 (P. MIGUEL)
z234	REALENGO 3
z235	MAG. BASTOS
z236	S. CAMARA 1 (BANGU)
z237	S. CAMARA 2 (SANTISSIMO)
z238	BANGU 3 (S. CAMARA)
z240	SANTA CRUZ 2 (PACIENCIA)
z241	PACIENCIA 1 (S. CRUZ)
z242	C. GRANDE 3 (INHOAIBA)
z243	GUARATIBA
z244	C. GRANDE 4
z245	C. GRANDE 5
z246	PACIENCIA 2 (COSMOS)
z252	COPA 3



CORRIGE

CONFIRMA